



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**A Equivalência na Terminologia de Missões de Paz da ONU em  
Espanhol e Português**

**CACILDA LEAL DO NASCIMENTO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

**BRASÍLIA/DF  
FEVEREIRO/2018**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**A Equivalência na Terminologia de Missões de Paz da ONU em  
Espanhol e Português**

**CACILDA LEAL DO NASCIMENTO**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. René Gottlieb Strehler**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

**BRASÍLIA/DF  
FEVEREIRO/2018**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

NASCIMENTO, Cacilda Leal do. **A equivalência na terminologia de missões de paz da ONU em espanhol e português.** Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2017, 160 f. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de Mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de Mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LL435e	Leal do Nascimento, Cacilda A equivalência na terminologia de missões de paz da ONU em espanhol e português / Cacilda Leal do Nascimento; orientador René Gottlieb Strehler . -- Brasília, 2018. 160 p.  Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução) Universidade de Brasília, 2018.  1. Terminologia. 2. Tradução. 3. Textos de Especialidade. 4. Equivalência Comunicativa. 5. Equivalência Funcional. I. Gottlieb Strehler , René, orient. II. Título.
--------	---



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**A Equivalência na Terminologia de Missões de Paz da ONU em Espanhol e Português**

**CACILDA LEAL DO NASCIMENTO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO.

APROVADA POR:

---

**Prof. Dr. René Gottlieb Strehler**

POSTRAD – Universidade de Brasília – UnB

Orientador e Presidente da banca

---

**Prof. Dr. Hans Theo Harden**

POSTRAD – Universidade de Brasília – UnB

Membro titular da banca/Examinador interno

---

**Profa. Dra. Orlene Lúcia de Saboia Carvalho**

PPGL – Universidade de Brasília – UnB

Membro titular da banca/Examinadora externa

---

**Profa. Dra. Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes**

POSTRAD – Universidade de Brasília – UnB

Membro suplente da banca

BRASÍLIA/DF, 09 de fevereiro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Desejo externar os meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu aqui chegasse.

A meu orientador, Professor Doutor René Gottlieb Strehler, por sua confiança e por ter acreditado em meu potencial e investido em mim. Pelo apoio, orientação e acompanhamento deste meu estudo.

A minha família que me apoiou, em especial meu filho, Luan, que contribuiu e compreendeu os momentos em que eu não podia lhe dar total atenção.

A amigos queridos, pela compreensão das ausências nas confraternizações – muitas faltas, por um bem maior: o conhecimento adquirido;

A meu amigo querido, Maurício, pelas ajudas de cunho “informático” (muito necessário neste momento);

A todos os amigos e colegas do PosTrad, pelas discussões, muitas vezes acalorada, pela torcida e companheirismo;

A meus chefes, General de Divisão Otávio Santana do Rêgo Barros; Coronéis Marcos José de Andrade, Roberto Adriano Dorneles de Matos, Augusto Pompeu de Souza Perez e Cezar Carriel Benetti; e Tenente-Coronel Rodrigo de Lima Gonçalves, por compreenderem a importância desta etapa para o meu crescimento pessoal e profissional.

A meus colegas e amigos de labuta, que sempre, com disposição, cobriram minhas ausências em prol desses estudos.

Aos professores do Programa de Pos-Graduação em Estudos da Tradução, que muito contribuíram para minha formação, pelos valiosos ensinamentos, pela disposição, dedicação e carinho, em especial, às professoras Alessandra Ramos de Oliveira Harden, Carolina Barcellos, Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes e Sabine Gorovitz, que torceram por mim e ajudaram na construção do conhecimento nessa área.

Aos professores que participam da banca, por terem aceitado fazer parte dessa etapa final de meu caminho rumo ao título de Mestre.

As “meninas” da Secretaria do PosTrad, pela atenção dispensada em todos os momentos em que necessitei.

A todos aqueles que por algum descuido eu tenha omitido aqui, mas que, direta ou indiretamente, estiveram presentes em alguma etapa desse processo.

“La terminología hoy es un pozo en ebullición que cambia con el progreso de las disciplinas que la componen y a las cuales sirve.”

CABRÉ, 1995

## RESUMO

A arte de traduzir, ainda que pareça simples, guarda muitas peculiaridades que a tornam extremamente complexa. Trata-se de mais que optar por uma palavra que se considera a mais adequada, o que todo bom tradutor o faz. É preciso que a mensagem seja compreendida na língua à qual o texto foi traduzido, o que exige, também, maior atenção, ao tratar-se de textos de áreas especializadas, como Física, Engenharia, Mecânica ou Direito, pois, além de um exímio conhecimento linguístico, torna-se indispensável conhecimentos da área específica a que se referem e familiaridade com terminologias dessa especialidade tanto da língua de partida do texto, quanto da língua de chegada, para evitar equívocos. Por isso, trabalhando com uma concepção de equivalência funcional e comunicativa, o tema central da presente pesquisa é a busca da equivalência na terminologia de missões de paz da Organização das Nações Unidas, no par linguístico e direção espanhol – português, visando a um levantamento de terminologias específicas para a criação de um Vocabulário Terminológico Bilíngue. A relevância deste estudo se dá, principalmente, porque obras de cunho terminográfico, que poderiam prover apoio a tradutores nessa área de especialidade são quase nulos, restringindo-se, muitas vezes, a compilações de tradutores disponibilizadas na rede mundial de computadores. Dessa forma, para a elaboração desses estudos a que se propõe a pesquisa, foram utilizados dois *corpora* bastante representativos da área (um em espanhol e outro em português), montado com textos relacionados às missões de paz sob a égide das Nações Unidas, segundo critérios científicos para esse fim, para que seja possível recompilar as unidades terminológicas simples e complexas que estão sendo utilizadas nesse campo do conhecimento.

**Palavras-chave:** Terminologia; Tradução; Textos de Especialidade; Equivalência Comunicativa; Equivalência Funcional.

## ABSTRACT

The art of translating may seem an easy one, but it holds peculiarities that make it extremely complex. It's about more than just seeking the word that best fits, which is something every good translator does. Translating requires that the message is comprehended in the language it's been translated to, demanding even more attention when the text refers to a specialized area such as Physics, Engineering, Mechanics or Law, once that besides the linguistic knowledge it's necessary to have knowledge on the specific area and also be familiar with the terminologies of that specialty, both in the language from which it's been translated and in the language to which the translation is made in order to avoid mistakes. For that reason, working with a notion of functional and communicative equivalence, the central theme of the present research is the pursuit of equivalence in the terminology of United Nations (UN) Peacekeeping operations in the linguistic pair and the Spanish Portuguese direction, aiming to survey specific terminologies and create a Bilingual Terminologic Vocabulary. The relevance of this study is due mainly to the fact that terminographic works that provide support to translators in this area of speciality are almost non-existent and many times restricted to a translator's compilation made available on the World Wide Web. Thereby, for the elaboration of the studies proposed were used two corpora representative of the refered area (one in English and the other in Portuguese) assembled from texts related to UN Peacekeeping operations utilizing scientific criteria to make possible the recompilation of simple and complex terminologic unities used in the field of knowledge.

**Keywords:** Terminology; Translation; Specialty Texts; Communicative Equivalence; Functional Equivalence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – O ato comunicativo segundo Jakobson (à esquerda) e Cabré (à direita) .....	22
Figura 2.2 – O ato comunicativo, baseado na teoria de Cabré (1993, p. 104) .....	23
Figura 2.3 – Esquema dos subconjuntos da Língua .....	26
Figura 2.4 – Árvore de conceito, segundo relação genérica da UT "legislação". .....	56
Figura 4.1 – Interface do “Cluster” do AntConc – busca pelo termo "operaç*"..	105
Figura 4.2 – Exemplo de redução vocabular em uma árvore de conceito.....	116
Figura 4.3 – Exemplo das UTC do quadro 4.10 na árvore de conceito "operação de paz". ..	119
Figura 4.4 – Exemplo da árvore conceitual criada para a área do conhecimento. ....	126
Figura 4.5 – Esquema da área de Missões de Paz da ONU.....	128
Figura 4.6 – Fluxograma do trabalho de pesquisa realizado. ....	131

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1– Diferentes enfoques sobre Terminologia, segundo Cabré.....	33
Quadro 3.1– Síntese da inclusão dos idiomas na Assembleia Geral da ONU.....	70
Quadro 3.2 – Síntese da inclusão dos idiomas no Conselho de Segurança da ONU. ....	71
Quadro 3.3 – Síntese do uso dos idiomas nos organismos do Sistema da ONU.....	72
Quadro 3.4 – Composição do corpus de espanhol. ....	90
Quadro 3.5 – Composição do corpus de português do Brasil. ....	91
Quadro 4.1 – Quadro comparativo das duas “Word List” (em espanhol e português). ....	98
Quadro 4.2 – Exemplo de possíveis variantes coocorrentes das "Word List". ....	98
Quadro 4.3 – Exemplos de uso das possíveis variantes coocorrentes do quadro 3.2.....	99
Quadro 4.4 – Verbos candidatos a UT simples (Esp/Port).....	101
Quadro 4.5 – Adjetivos pré-candidatos a UT simples.....	103
Quadro 4.6 – Candidatos a termos para busca detalhada com o Cluster.....	104
Quadro 4.7 – Exemplo de análise de equivalências funcionais de candidatos a UTC.....	109
Quadro 4.8 – Exemplo de siglas e acrônimos encontrados nos corpora. ....	112
Quadro 4.9 – Exemplo de redução vocabular.....	116
Quadro 4.10 – Candidatas a UTC que sofreram redução vocabular, que se tornaram variantes coocorrentes. ....	117
Quadro 4.11 – Exemplo da aplicação do 3º critério da L'Homme. ....	121
Quadro 4.12 – 3º critério de Boulanger aplicado em “peacekeeper”/“mantenedor da paz”..	122
Quadro 4.13 – Análise do UTC e UT com correspondência sinonímica em inglês.....	123

## LISTA DE SIGAS E ABREVIATURAS

AA – artigo acadêmico  
Alte – Almirante  
ARG – Argentina  
BOL – Bolívia  
BRA – Brasil  
BRABAT – Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion*)  
BRAENGCOY – Companhia de Engenharia de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company*)  
CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil  
CEA – Conferência dos Exércitos Americanos  
CHL – Chile  
Cia E F Paz – Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY)  
CIJ – Corte Internacional de Justiça  
CIMIC – Coordenação Cívico-Militar  
CIVPOL – Polícia Civil  
COE – Equipamento de Propriedade do Contingente  
COE – Equipamento do Próprio Contingente (*Contingent-Owned Equipment*)  
COL – Colômbia  
CONTBRAS – Contingente Brasileiro  
CPTM – Manuais Básicos de Treinamento Pré-Desdobramento (*Core Pre-deployment Training Materials*)  
CS – Conselho de Segurança  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
DM – Dissertação de Mestrado  
doc. – documentos  
DPKO – Departamento de Operações de Manutenção de Paz (*Department of Peacekeeping Operations*)  
DSRSG – Representante do SRSG  
EB – Exército Brasileiro  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
ECU – Equador  
EEC – estabelecimentos de ensino civis  
EM – Estado-Maior  
EME – Estado-Maior do Exército  
Eng – Engenharia  
ESP – Espanha  
FA – Forças Armadas  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FC – Comandante da Força  
FC – Comandante da Força (Force Commander)  
FC – *Force Commander* (tradução ao português: Comandante da Força)  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
Gp Op – Grupamento Operativo (de Fuzileiros Navais)  
L. Espec. – Linguagem de especialidade  
MB – Marinha do Brasil  
MD – Ministério da Defesa

MEX – México  
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti  
MOU – Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding*)  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
NIC – Nicarágua  
O Lig – Oficial de Ligação  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
Of – Oficial  
OMP – Operação de Manutenção de Paz  
ONG – Organizações Não-Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PER – Peru  
PKO – Operações de Manutenção de Paz  
RCA – República Centro Africana  
RE – revista especializada  
SG – Secretário-Geral  
SRSG – Representante Especial do Secretário-Geral (*Head of Mission ou Special Representative of the Secretary General*)  
Staff – Estado-Maior  
TCC – País Contribuinte de Tropa (*Troop Contributing Countries*)  
TD – Tese de Doutorado  
UN – Nações Unidas (sigla em inglês)  
UNIBAM – Manual de Batalhão de Infantaria das Nações Unidas (*United Nations Infantry Battalion Manual*)  
URY – Uruguai  
USA – Estados Unidos da América  
VEN – Venezuela

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1	A TRADUÇÃO DE TEXTOS ESPECIALIZADOS .....	18
2.2	A LÍNGUA GERAL E A LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE .....	21
2.2.1	A linguagem de especialidade .....	24
2.2.2	Reconhecendo os textos de especialidade .....	27
2.3	O QUE É TERMINOLOGIA .....	30
2.3.1	Teorias da Terminologia.....	33
2.3.1.1	A Teoria Geral da Terminologia.....	34
2.3.1.2	A Teoria Comunicativa da Terminologia .....	35
2.4	TERMINOGRAFIA E ELABORAÇÃO DE OBRAS TERMINOGRÁFICAS .....	37
2.5	A UNIDADE TERMINOLÓGICA .....	40
2.5.1	O que é Unidade Terminológica.....	41
2.5.1.1	As Unidades Terminológicas Complexas.....	44
2.5.2	Identificando a Unidade Terminológica em textos de especialidade .....	45
2.5.2.1	Analisando as unidades terminológicas complexas.....	51
2.5.3	A estrutura conceitual de conhecimento de uma área especializada .....	53
2.6	A EQUIVALÊNCIA EM TEXTOS DE ESPECIALIDADE.....	58
2.6.1	Os primeiros passos da teoria da equivalência com Nida.....	59
2.6.2	Estudos levam a uma nova concepção de equivalência.....	61
2.6.2.1	A equivalência funcional de Peter Newmark .....	64
2.6.2.2	A equivalência comunicativa.....	65
3	MATERIAL E MÉTODO PARA A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	67
3.1	O QUE É A ONU E COMO NASCEU UM ORGANISMO DESSA MAGNITUDE .....	67
3.1.1	Os idiomas oficiais da ONU para a tramitação de documentos .....	69
3.2	O QUE SÃO MISSÕES DE PAZ .....	73
3.2.1	O Brasil nas missões de paz.....	74
3.3	ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO BILÍNGUE DE MISSÕES DE PAZ DA ONU.....	76
3.3.1	O que é um Vocabulário, enquanto obra terminográfica.....	77
3.3.2	A relevância de elaborar um Vocabulário de Missões de Paz da ONU .....	79

3.3.3	A escolha do par linguístico espanhol – português para o Vocabulário Bilíngue.....	80
3.4	METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO BILÍNGUE ....	82
3.4.1	O <i>software</i> AntConc .....	83
3.4.1.1	A codificação dos textos para usar no programa .....	84
3.4.2	A escolha de documentos para o <i>corpus</i> de Missões de Paz da ONU.....	85
3.4.3	A criação dos <i>corpora</i> de Missões de Paz da ONU em Espanhol e Português .....	92
4	A PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO.....	94
4.1	EXTRAÇÃO DE CANDIDATOS A TERMOS NOS <i>CORPORA</i> ESPECIALIZADOS.....	95
4.1.1	Em busca de candidatas a UTC .....	104
4.1.2	As siglas, acrônimos e afins como unidades terminológicas.....	110
4.1.3	A Redução Vocabular como economia linguística.....	114
4.1.4	Análise das candidatas quanto aos demais critérios para identificação.....	119
4.2	A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ÁRVORES CONCEITUAL .....	125
4.2.1	A UT “Paz” como campo nocional.....	127
4.3	A VALIDAÇÃO DOS CANDIDATOS A TERMOS.....	129
4.4	SINTETIZANDO O PROCESSO DA PESQUISA .....	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	138

## 1 INTRODUÇÃO

A arte de traduzir, embora parece algo simples, guarda muitas peculiaridades que a tornam extremamente complexa. Trata-se de mais que optar por uma palavra que se considera mais adequada, o que todo bom tradutor o faz. É preciso que a mensagem seja compreendida na língua à qual o texto foi traduzido. Esse trabalho necessita ainda de maior atenção, quando se trata de textos de áreas especializadas, como Física, Engenharia, Mecânica ou Direito, pois, além de um exímio conhecimento linguístico, requer, também, conhecimentos da área específica a que se referem, para evitar equívocos, além de necessitar, ainda, familiaridade com terminologias específicas tanto da língua de partida do texto, quanto da língua de chegada.

Por esse motivo, tantos estudiosos têm se dedicado a investigar essa área. O que se percebe ao adentrar na teoria é que a cada dia surgem novas concepções, embora, em geral, tomem o mesmo rumo, em direção ao aperfeiçoamento do ato de traduzir. No entanto, para uma pesquisa mais eficaz, faz-se necessário que se conheça um pouco mais a própria terminologia da área, que não deixa de ser ambígua. Assim, primeiramente procurar-se-á delinear conceitos, como o da própria tradução de textos especializados, como e quando surgiu? Fato é que tanto a tradução, quanto a terminologia surgiram da premência de se compreender línguas diferentes, ou seja, nasceram de uma necessidade comunicativa, o que faz com que a qualidade do produto final, que alcance o leitor adequadamente, tem sido objeto de tantos estudos.

Enquanto ciência, a Terminologia originou-se a partir dos estudos do engenheiro e pesquisador austríaco Eugen Wüster, publicados em 1931, especialmente um estudo sobre o vocabulário de eletrônica, que suscitou o interesse de outros pesquisadores quanto aos termos na área técnica. Considerado o pai da Terminologia, sua pesquisa acabou por estabelecer os princípios do que mais tarde viria a se chamar Teoria Geral da Terminologia (ou TGT).

Inúmeros estudos prosseguiram, a fim de aperfeiçoar os entendimentos, até que a terminóloga espanhola Maria Teresa Cabré deu origem a novos parâmetros, criando, na década de 1990, a Teoria Comunicativa da Terminologia (ou TCT), diante da necessidade de se analisar as relações comunicativas existentes do termo dentro de um contexto e em ambiente natural, o que, em outras palavras, significa estudá-lo dentro do próprio texto. Essa nova visão da unidade terminológica, tornando-a um elemento pertencente a um conjunto dinâmico, considera o termo uma unidade tanto linguística (segundo abordagem saussuriana), como de comunicação e cognitiva.

Nos estudos direcionados ao ato tradutório, a equivalência e seus múltiplos desdobramentos têm se transformado em foco de atenção desde a década de 1960. Roman Jakobson foi, provavelmente, o primeiro a mencionar o termo e, posteriormente, em 1965, John Cunnison Catford, também sob a ótica da Linguística Estruturalista, busca colocar no centro da preocupação do tradutor a busca de equivalentes na língua de chegada, com foco especial em aspectos formais, como diferenças gramaticais e elementos linguísticos. A revolução em termos de teoria da equivalência ocorreu com Eugene A. Nida, que desenvolveu seus estudos linguísticos a partir da tradução da Bíblia e apresentou dois conceitos de equivalência: a formal e a dinâmica – ainda preocupado com a forma e a língua, pois a tradução, para ele, deveria ser linguística e não cultural, pois esta última é uma adaptação e não é legítima (NIDA; TABER, 1982, p. 134).

Hoje, diferente de outrora, os olhos estão mais voltados ao leitor e à compreensão exata do que se pretendia com o texto na língua de partida. O processo é longo, para que emissor e receptor possam se fazer compreender mutuamente e a comunicação se concretize a contento, observando anseios e expectativas de ambos os lados.

Por isso, a presente investigação trabalhará com as teorias da equivalência funcional e da comunicativa, que trouxeram novos direcionamentos ao tema. Nesse contexto, um equivalente deve, acima de tudo, permitir que o termo “funcione” em todos os sentidos na língua de chegada da tradução, além de manter os mesmos valores comunicativos que possuía na língua de partida do texto. Nomes preponderantes para essa linha de investigação foram Hans J. Vermeer, Katharina Reiss e Peter Newmark.

Dessa forma, o tema central da presente pesquisa é a equivalência na terminologia de missões de paz da ONU, no par linguístico espanhol e português, sendo a língua espanhola a língua de partida do estudo e a língua portuguesa falada no Brasil, a língua de chegada, visando a um levantamento de terminologias específicas para a criação de um Vocabulário Terminológico Bilíngue.

A opção de se trabalhar com essas línguas deu-se devido ao fato de o Brasil ter apresentado uma crescente participação no cenário internacional, inclusive junto às Nações Unidas, em missões de paz, como a do Congo e do Haiti, as mais notórias e em constante divulgação jornalística, além de outras não tão comentadas pela mídia. A questão é que o português não é um dos idiomas oficiais do organismo, mesmo possuindo este o caráter multicultural e multinacional, nem para a tramitação de documentos, tampouco para as conferências, enquanto a língua espanhol possui tal *status*.

O interesse do Brasil por um maior papel no âmbito internacional, com crescente interesse político na área tem levado a um aumento no número de documentos e matérias jornalísticas sobre o tema no País, em especial atinentes às missões de paz. Na direção oposta aos interesses governamentais, as obras de cunho terminográfico, que proveem apoio aos tradutores e abarquem a terminologia específica dessa área de especialidade são quase nulos, restringindo-se, muitas vezes, a compilações de tradutores disponibilizadas na rede mundial de computadores. Por essa razão, optou-se por estudar a questão da equivalência da terminologia relacionada às missões de paz da Organização das Nações Unidas, com base em corpora representativos das línguas espanhola e portuguesa (do Brasil).

Esses dois idiomas (português e espanhol) costumam causar bastante confusão para o tradutor, principalmente devido à proximidade linguística que possuem, tendo inúmeros termos graficamente semelhantes, mas que, muitas das vezes, podem ser antagônicos, como, por exemplo, em casos de falsos cognatos.

Dessa forma, como objetivo desta pesquisa, pretende-se analisar a questão da equivalência na terminologia utilizada pela Organização das Nações Unidas referente a operações de paz, no par linguístico e direção espanhol – português, a fim de montar um Vocabulário Bilíngue da Terminologia de Missões de Paz da ONU nesses idiomas.

Dentro dos objetivos específicos, e segundo aspectos que envolvem toda a problemática, pretende-se, para a presente investigação:

- definir e diferenciar as áreas de terminologia e terminografia para fins desta pesquisa;
- levantar critérios para a diferenciação de unidades terminológicas simples e complexas, para fins de estudo;
- realizar um estudo sobre noções de equivalência, em especial as definidas para esta investigação (a funcional e a comunicativa);
- verificar como são tratados os idiomas dentro da ONU, quanto à língua oficial e de trabalho, em especial a língua espanhola e a língua portuguesa, objetos do presente estudo;
- especificar o que são missões de paz e como o Brasil tem atuado nessa área;
- montar dois corpora representativos, um em língua portuguesa e outro em língua espanhola, de textos de especialidade relacionados às missões de paz sob a égide das Nações Unidas;
- analisar a terminologia específica da área de missões de paz, sob a responsabilidade da ONU, a partir dos dois corpora criados para esse fim;

- compilar as unidades terminológicas de maior relevância, a partir dos corpora em espanhol e português, a fim de contribuir para a criação de um vocabulário bilíngue da área.

Assim, com base nessas premissas acima, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos, iniciando-se, no Capítulo 1, que traça uma introdução acerca do trabalho desenvolvido.

O Capítulo 2 apresenta uma análise profunda da bibliografia voltada ao tema, que também busca explicar melhor o que vêm a ser textos especializados. Aqui buscar-se-á, ainda, definir importantes termos, como os conceitos relacionados à terminologia, dentre eles o de língua geral e linguagem de especialidade. Saber diferenciar ambos é, muitas vezes, uma árdua tarefa, pois não há uma linha clara e precisa que os separa, apesar de a linguagem de especialidade ser carregada, em certo grau, de conteúdo específico. Como proceder para diferenciá-la? Existe alguma técnica mais clara que auxilie o terminólogo?

Como o tema é complexo, faz-se necessário que alguns parâmetros sejam estabelecidos para que uma investigação seja levada a cabo a contento. Além disso, importantes contribuições para as teorias da equivalência que serão adotadas neste estudo serão explanadas com maior detalhe ainda nesse capítulo.

O Capítulo 3 pretende explanar o processo em que se deu a preparação para o desenvolvimento da pesquisa, incluindo a organização do material, bem como será detalhado o método escolhido para executar a investigação. Detalhar-se-á, inclusive, a própria área de missões de paz das Nações Unidas e definições quanto ao próprio organismo, a fim de que se compreenda mais sobre o tema, antes de estudá-lo e descrevê-lo.

O quarto capítulo trará a extração dos candidatos a termo, sua análise e validação, bem como todo o processo de investigação da terminologia encontrada em ambos os idiomas (espanhol e português).

Por fim, nas considerações finais serão apresentadas algumas constatações a que se chegou após todo o trabalho investigativo, com reflexões quanto ao tema, à área e à terminologia encontrada nessa área de especialidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de mais nada, procurar-se-á, aqui, definir alguns conceitos necessários que nortearão a presente pesquisa e influenciarão seus resultados, como o que vem a ser conhecimento especializado e as definições de Terminologia e Terminografia, bem como as noções de equivalências com que se pretende trabalhar. Muitas são as teorias, que, em geral, tomam o mesmo rumo, em direção ao aperfeiçoamento da arte de traduzir, levando o leitor à compreensão exata do que se pretendia com o texto, tanto na língua de partida (LP) quanto na língua de chegada (LC). A arte de traduzir, neste contexto, é uma perfeita sintonia entre o texto de partida, o tradutor e sua compreensão da mensagem, o texto traduzido e o leitor final na LC, de modo a fazer com que a mensagem seja transmitida e atinja seu objetivo funcional e comunicativamente.

Para que se chegue a esse ponto, vejamos, a partir de agora, alguns dos conceitos-chave para o sucesso de toda essa operação, aparentemente simples, mas cercada de minúcias que podem fazer a diferença.

### 2.1 A TRADUÇÃO DE TEXTOS ESPECIALIZADOS

O primeiro conceito aqui discutido é o de tradução de textos especializados. Quando surgiu e para que serve? Como se dá esse trabalho?

Para a terminóloga espanhola Maria Teresa Cabré, professora de Linguística e Terminologia da *Universidad Pompeu Fabra*, em Barcelona (Espanha), determinar quando um termo foi utilizado pela primeira vez para expressar o conhecimento especializado é algo difícil ou até mesmo impossível, tanto quanto definir o surgimento do conhecimento especializado (CABRÉ, 1999, p. 178). Com relação à tradução, esse fato não é diferente, apesar de que se têm mostras de traduções de crônicas de viagens, por exemplo, o que permite apenas comprovar que a técnica da tradução já existia na prática há bastante tempo (*ibidem*). Assim, quando a tradução em si teve início e quando a sua prática passou a englobar documentos especializados são fatos difíceis de precisar, embora se esteja seguro de que se deu centenas de anos antes da Terminologia ter se tornado área do conhecimento ou ter sido introduzida nas Universidades como uma disciplina, o que data de meados do século passado. O fato certo é que a tradução,

assim como a terminologia, nasceu de uma necessidade comunicativa, da premência de se compreender línguas diferentes (*idem*, p. 179).

Para que seja possível facilitar a comunicação, em especial quando se trata de textos especializados, e a compreensão do texto na LC, é importante o domínio, por parte do tradutor, das formas terminológicas específicas na LP, principalmente porque é a terminologia que veicula os conhecimentos específicos (CABRÉ, 1993, p. 107). Pode-se, então, dizer que “a Terminologia facilita aos tradutores a translação de um conteúdo de uma língua para a outra”<sup>1</sup> (*ibidem*), além do que, tanto a tradução quanto a terminologia surgiram de atividades práticas, em resposta à necessidade de caráter informativo e comunicativo (*ibidem*, p. 183).

Nesse campo do conhecimento especializado, uma das premissas básicas é que o tradutor deve possuir certo conhecimento dos conteúdos que pertencem à área específica com a qual irá trabalhar. Como intermediário da língua, ele deve possuir uma competência paralela à do especialista que, de maneira natural, se comunica sobre a especialidade; e, se não for um especialista, necessitará fazer-se de especialista, demonstrando que conhece a matéria e sua especificidade cognitiva, bem como mostrando que sabe utilizar com desenvoltura os mesmos elementos que os peritos, incluindo os termos da área tanto da LP quanto na LC (*idem*, p. 188).

Para a tradutóloga espanhola:

*Uma boa tradução não apenas deve expressar o mesmo conteúdo que o texto de partida, mas o deve fazer com as formas que utilizaria um falante nativo da língua de tradução. No caso da tradução especializada, esse falante seria um especialista da disciplina, portanto, um bom tradutor técnico deve selecionar a temática com a qual quer trabalhar e conseguir uma mínima competência nesse campo de especialidade, para poder ter certeza do que é fiel aos conteúdos e às formas das duas línguas em que trabalha<sup>2</sup>. (CABRÉ, 1993, p. 107)*

Claro que o cenário descrito por Cabré seria o ideal, não necessariamente o real: um tradutor especializado, que pertence à área e possui a competência terminológica para atuar. Isso não é o que ocorre no dia a dia, principalmente no Brasil, pois, dependendo da região em que o tradutor reside, devido à escassez de trabalho em algumas áreas mais técnicas, normalmente, necessita atuar em áreas distintas, mesmo especializadas. Por isso, é importante

---

<sup>1</sup> Do espanhol: “La terminología facilita a los traductores la traslación de un contenido de una lengua a otra” (tradução nossa).

<sup>2</sup> Tradução do espanhol: “Una buena traducción no solo debe expresar el mismo contenido que el texto de partida, sino que debe hacerlo con las formas que utilizaría un hablante nativo de la lengua de traducción. En el caso de la traducción especializada, este hablante sería un especialista de la materia; por lo tanto, un buen traductor técnico debe seleccionar la temática en que quiere trabajar y conseguir una mínima competencia en ese campo de especialidad, para poder estar seguro de que es fiel a los contenidos y a las formas de las dos lenguas en que trabaja” (tradução nossa).

que o tradutor busque, ao menos, conhecer a área e as terminologias com que irá trabalhar, buscando se capacitar no campo de conhecimento específico.

Cabré complementa essa ideia em outra obra sua, ao dizer que, ao assumir suas competências quanto a conhecimentos e habilidades, o tradutor demonstra conhecer a matéria que traduz (1999, p. 188). É importante lembrar que o emissor, autor do texto na LP, conhecia o tema sobre o qual escreveu e, por isso, o tradutor deve saber expressar-se precisa e adequadamente, fazendo-o como o faria espontaneamente um especialista falante nativo da LC. O mais importante é fazer com que o leitor na LC compreenda o texto exatamente como compreenderia um leitor nativo da LP.

O pensamento de Sager não se difere muito, ao dizer que “o terminólogo deve ser um especialista na matéria ou ter contato muito próximo com especialistas para se manter em dia com inovações nos conceitos e na terminologia, respectivamente”<sup>3</sup> (1993, p. 36). Sager menciona especificamente o terminólogo, no entanto, o mesmo se aplica ao tradutor e, em sua obra, percebe-se isso, mesmo tratando mais sobre a elaboração de termos, prática mais afeta ao terminólogo, apesar de ambas as atividades andarem bastante próximas.

As tradutólogas Silvia Pavel e Diane Nolet também estão de acordo com essa teoria, principalmente com relação ao excelente conhecimento do sistema linguístico e da estrutura das línguas de partida e de chegada do texto que a atividade demanda, porque “ajuda [o tradutor] a avaliar a qualidade linguística<sup>4</sup> dos documentos especializados” (2002, p. 14).

Mais que esse conhecimento, para melhor executar seu trabalho, o tradutor necessita de um exímio domínio da língua de partida e de chegada. Para Lídia Almeida Barros, “uma boa tradução não deve apenas expressar o mesmo conteúdo que o texto de partida, mas fazê-lo com as formas que um falante nativo da língua de chegada utilizaria” (2006, p. 23).

A partir de todas essas teorias, a terminologia especializada, seja ela técnica ou científica, enquanto conjunto de unidades de expressão e comunicação, converte-se em uma ferramenta fundamental para representar o conhecimento especializado e transferir o pensamento necessário. Por esse motivo, o tradutor necessita de competências que o habilitem quanto ao uso adequado da terminologia técnico-científica, tanto na LP quanto na LC, para levar seu leitor à perfeita compreensão da mensagem na LC, segundo as ideias expressas pelo autor do texto na LP.

---

<sup>3</sup> Tradução do espanhol: “el terminólogo debe ser un especialista en la materia o tener contactos muy cercanos con especialistas para mantenerse al día de las innovaciones en los conceptos y la terminología, respectivamente” (tradução nossa).

<sup>4</sup> No original ainda consta a forma antiga: “lingüística”, aqui preferiu-se pela observância da Nova Regra Ortográfica da Língua Portuguesa, para não causar estranheza ao leitor.

## 2.2 A LÍNGUA GERAL E A LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE

Após essa breve explanação sobre a tradução de textos especializados, seguir-se-á, então, para a definição do que vem a ser a língua geral e a linguagem de especialidade.

Segundo Maria Teresa Cabré, “o conjunto de regras, unidades e restrições que fazem parte do conhecimento da maioria de falantes de uma língua constitui a chamada língua comum ou geral”<sup>5</sup> (1993, p. 128-129) e são utilizadas em situações que podem ser qualificadas como “não marcadas”. Em contrapartida, a linguagem especializada é considerada como “marcada” e se caracteriza por suas peculiaridades “especiais”, próprias e específicas de cada área de especialidade. Além disso, ainda seguindo o pensamento da terminóloga (*ibidem*, p. 129), dentre outras diferenças, podem ser apontados:

- a) a temática;
- b) o tipo de interlocutores;
- c) a situação comunicativa;
- d) a intenção do falante;
- e) o meio em que é produzido esse intercâmbio comunicativo;
- f) o tipo de intercâmbio que é produzido.

Aqui, essa comunicação tida como “marcada” será chamada, indistintamente, de linguagem de especialidade, ou linguagem especializada, mesmo que as bibliografias sobre o assunto tratem essa unidade lexical com diferentes nomes, como linguagem com propósito específico ou língua de especialidade. Um dos motivos da escolha é o fato de o uso deste último conceito dar a entender a possibilidade de existência de mais de uma língua, o que de fato não ocorre. Da mesma forma, ao se referir à área constituída por essa linguagem, serão empregados os termos “área” ou “campo” de especialidade (ou “especializado”), em vez de “disciplina”, por se entender que esta última possui um conceito mais limitado e mais restrito à área acadêmica.

Mesmo com essa divergência de nomenclaturas encontrada, faz-se necessário, também, saber diferenciar a língua comum da linguagem especializada, que, para as pesquisadoras Maria

---

<sup>5</sup> Tradução do Espanhol: “el conjunto de reglas, unidades y restricciones que forman parte del conocimiento de la mayoría de hablantes de una lengua constituye la llamada lengua común o general” (tradução nossa).

da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finatto, “possui determinadas peculiaridades, como precisão, objetividade e o uso sistemático de termos técnico-científicos” (2004, p. 16).

Para que se compreenda melhor a questão da linguagem e o que vem a ser o ato comunicativo, lembremos da teoria de Roman Jakobson. O linguista, em seu artigo “Linguística e Poética”<sup>6</sup>, em 1960, apresentou um esquema com os seis elementos que compõem esse ato: o remetente, a mensagem, o destinatário, o contexto, o código e o contato. Cabré adaptou esse esquema para melhor compreendê-lo em se tratando de áreas especializadas, renomeando, inclusive, alguns dos elementos, para que se possa entender essa concepção sob a perspectiva comunicativa da tradução.

Dessa forma, no esquema por ela elaborado, tem-se a mensagem oral ou escrita (o texto), que, restrito à área de especialidade à qual pertence, relaciona simultaneamente os outros cinco elementos (CABRÉ, 1993, p. 104), que seriam: a realidade (que Jakobson chamou de contexto), o canal (a que ele chamou de contato), a língua (ou o código, para Jakobson), o emissor (remetente) e o receptor (destinatário). Não se deve esquecer que Jakobson publicou seu artigo em 1960, quando a Teoria Geral da Terminologia ainda estava em processo de desenvolvimento, vindo, somente na década de 1990, a evoluir, pelas mãos de Cabré, para a Teoria Comunicativa da Terminologia, que considera relevante o princípio comunicativo. A figura 2.1 apresenta esses dois esquemas: o de Jakobson e o de Cabré:



Figura 1.1 – O ato comunicativo segundo Jakobson (à esquerda) e Cabré (à direita)  
Fonte: JAKOBSON, 2007, p. 117; CABRÉ, 1993, p. 104.

A terminóloga espanhola acrescenta que, nesse ato comunicativo, o emissor e o receptor partem de uma série de conhecimentos que precedem o momento da comunicação e relacionam-se entre si. São eles: i) o conhecimento prévio da realidade que desejam comunicar; ii) as normas sociais que regem o uso da língua; iii) as formas linguísticas; iv) as convenções de expressão, como o tipo de texto utilizado.

<sup>6</sup> Publicado originalmente em *Style in Language*, organizado por Thomas A. Sebeok (Nova Iorque, M.I.T., 1960), segundo notas dos tradutores da obra, Izidoro Blikstein e José Paulo Paes (JAKOBSON, 2007, p. 117).

Além disso, tanto o emissor quanto o receptor possuem intenções e expectativas determinadas: o primeiro deseja informar, por exemplo, e, por isso, tenta se adequar às expectativas do segundo, que avaliará a mensagem transmitida de acordo com seus próprios anseios. O sucesso da comunicação ocorrerá se as expectativas de ambos estiverem satisfeitas (a do emissor em ser compreendido dentro do esperado e a do receptor de ter recebido a mensagem que esperava).

Na comunicação em áreas especializadas, o que muda, principalmente, é que todos os elementos estariam dentro de um contexto bastante específico, que é a área de especialidade na qual a mensagem é veiculada. Têm-se, então, um emissor e um receptor especialistas (podendo ser de diferentes graus de especialidade), e a realidade está limitada ao campo de conhecimento da área específica. A figura 2.2 procura esboçar essa ideia dentro de uma área de especialidade, com todos os seus elementos.

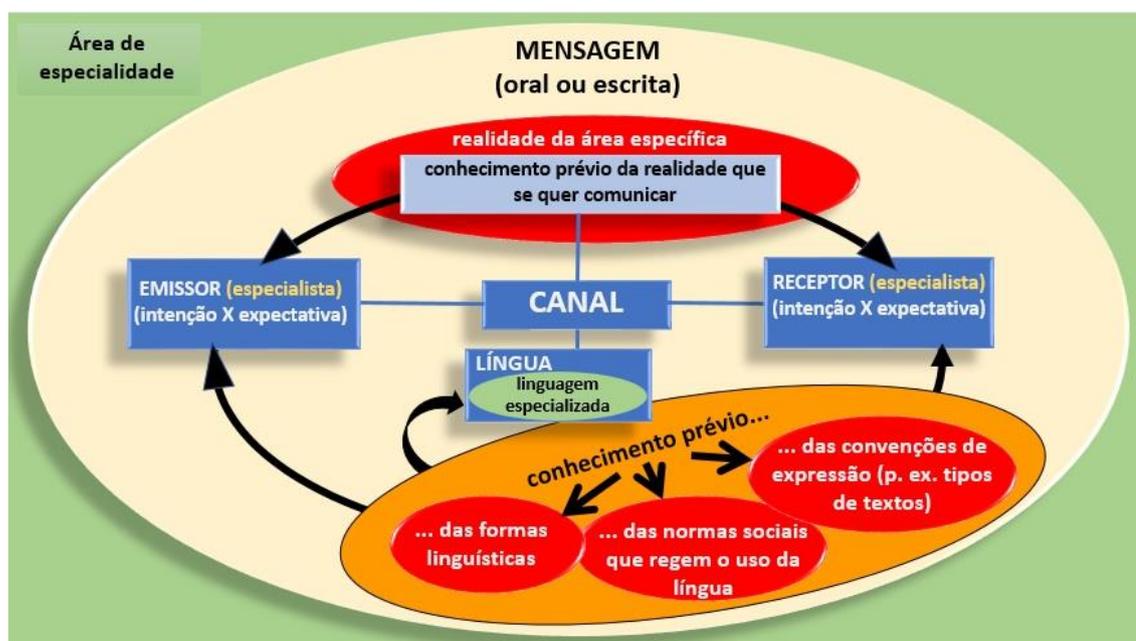


Figura 1.2 – O ato comunicativo, baseado na teoria de Cabré (1993, p. 104)  
Fonte: autores.

Analisando a figura 2.2, tem-se o quadro verde, que representa uma área de especialidade determinada (por exemplo, medicina, mecânica, química...); o círculo amarelo representa a mensagem, que está composta por todos os demais elementos. Nota-se que existe um conhecimento prévio que o ato necessita, destacado em laranja, que engloba três itens importantes para o uso da língua (conhecimento das formas linguísticas, das convenções sociais que regem o uso da língua e das convenções sobre o tipo de texto mais adequado para se

utilizar); e a língua, na qual está contida a linguagem de especialidade, por sua vez, “esbarra” nesses itens de conhecimentos prévios necessários para o sucesso da comunicação. Tanto o emissor quanto o receptor são influenciados por esse conhecimento prévio e o utilizarão para manter o canal comunicativo aberto. Sem todos esses elementos, poderia até haver a comunicação, porém a compreensão correria o risco de ficar prejudicada, mesmo com a existência de uma língua, devido à ausência de alguns dos componentes necessários quanto ao conhecimento prévio, frustrando o emissor e/ou o receptor, que não terão atendidos tanto suas intenções quanto suas expectativas. O mesmo ocorreria caso o emissor ou receptor desconhecesse a realidade da área que está sendo comunicada.

Assim, depreende-se que o ato comunicativo é muito mais complexo do que se poderia imaginar e seu êxito dependerá desse processo, para que o emissor e o receptor possam se fazer compreender mutuamente. Não se pode esquecer que, no esquema apresentado na figura 2, está incluída, também, a língua geral, da qual são extraídas as normas gramaticais, como a sintaxe, a morfologia e parte do léxico (CABRÉ, 1993, p. 105).

### 2.2.1 A linguagem de especialidade

Agora que se conseguiu traçar uma diferença entre a língua geral e a linguagem de especialidade, pretende-se delinear detalhadamente esta última. Então, recorrendo outra vez a Maria Teresa Cabré, encontra-se uma definição que analisa a linguagem de especialidade sob uma ótica pragmática, definindo-a como

*... um conjunto de possibilidades determinadas pelos elementos que intervêm em cada ato de comunicação: os interlocutores (emisores y destinatários, com todo o conjunto de características que lhes são próprias), as circunstâncias comunicativas e os propósitos ou intenciones a que o ato comunicativo se propõe<sup>7</sup>. (CABRÉ, 1993, p. 129)*

Em outras palavras, a linguagem de especialidade pode ser descrita como um conjunto, no real sentido da palavra, definido pelos elementos que o compõem, desde interlocutores e suas especificidades (incluindo aqui propósitos e intenções), até as circunstâncias em que ocorre

---

<sup>7</sup> Do espanhol: “un conjunto de posibilidades determinadas por los elementos que intervienen en cada acto de comunicación: los interlocutores (emisores y destinatarios, con todo el conjunto de características que les son propias), las circunstancias comunicativas, y los propósitos o intenciones que se propone el acto de comunicación” (tradução nossa).

a comunicação. A área de especialidade é, então, um subconjunto da área geral, como Cabré explica (1993, p. 129) e, dentro do universo geral, os termos formam o componente lexical especializado ou temático sobre determinada área em uma língua.

O termo, então, “é um elemento inerente às chamadas comunicações especializadas” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 16) que, por sua vez, estão relacionadas à geração de teses, resenhas, artigos científicos, dentre outros produtos dessa natureza. Apesar dessa vertente formal e escrita, esse tipo de linguagem também ocorre nas comunicações orais, como, por exemplo, em uma aula ou em uma palestra (embora o nível de especialidade dependa do público a quem é dirigida a comunicação); ou até mesmo na interação entre um médico e seu paciente, cuja comunicação se desenvolveria em um nível de especialidade mais baixo.

Segundo Lothar Hoffmann (2004, p. 80), assim como também para Sager (1993, p. 35), embora as linguagens especializadas possam ser consideradas “sublinguagens” (não no sentido pejorativo, mas no sentido que Cabré também utilizou, como subconjunto da língua geral), nem todas as “sublinguagens” podem ser classificadas como sendo de especialidade. Hoffmann explica que “a sublinguagem é um recorte de elementos linguísticos e de suas relações estabelecidas em textos de uma temática delimitada” (2004, p. 80). Em sua definição, então, o autor considera linguagem especializada como “o conjunto de todos os recursos linguísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nela trabalham” (*ibidem*).

Quando ele menciona “todos os recursos linguísticos”, não se refere a todas as palavras do texto, mas àquelas que definem a terminologia que é própria da área e pertence ao vocabulário especializado, fazendo parte dele. Para Hoffmann, esse vocabulário especializado “num sentido mais estrito, compõe um subsistema léxico global, quer dizer, um subconjunto do vocabulário total de uma língua” (*ibidem*, p. 83). Então, o léxico geral contém o vocabulário geral, que, por sua vez, contém a terminologia específica da área em questão. Desse modo, um texto especializado conterá outros elementos que não se caracterizam como terminologia específica, mas o que predomina e se sobressai é o vocabulário especializado e a terminologia em si.

Cabré utiliza o esquema<sup>8</sup> da figura 2.3 para facilitar a visualização do que se está querendo explicar aqui:

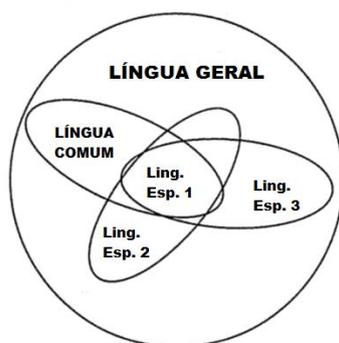


Figura 1.3 – Esquema dos subconjuntos da Língua  
Fonte: CABRÉ, 1993, p. 140.

Como se pode ver, tem-se a língua geral, que engloba todo o léxico de um idioma e ainda regras, unidades e restrições, e, dentro dela, existem subconjuntos, com a língua comum e a de especialidade, que sofrem intersecção em determinado ponto (de entrecruzamento). Assim, algumas palavras podem estar contidas tanto em uma língua especializada, quanto em outra e, também, na própria língua comum. Além do que, o vocabulário geral, que se refere a elementos básicos da comunicação, permeia toda a interação comunicativa em qualquer contexto.

Em resumo, pode-se dizer que o conhecimento especializado se materializa linguisticamente por intermédio dos termos, por isso os textos especializados têm uma densidade terminológica progressivamente crescente à medida que aumenta seu nível de especialidade – quanto maior o nível, maior também será a frequência e especificidade da terminologia encontrada (CABRÉ, 1999, p. 188).

Agora que já se apresentou o que vem a ser uma linguagem especializada, será visto, então, como é possível identificá-la dentro de um texto, a fim de reconhecê-lo como pertencente a uma determinada área específica e classificá-lo como sendo de especialidade.

---

<sup>8</sup> A imagem foi traduzida ao português. No original, constava, para “LÍNGUA GERAL” a expressão “LENGUAJE GENERAL”; para “LÍNGUA COMUM”, a expressão “LENGUA COMÚN”; e para “Ling. Esp.” Constava a sigla “ESP” (tradução nossa).

## 2.2.2 Reconhecendo os textos de especialidade

Como se viu no tópico anterior, a linguagem especializada é bastante específica, no entanto, às vezes é difícil diferenciar um texto considerado geral de um especializado, pois a fronteira entre ambos pode se mostrar extremamente delicada, quase imperceptível. Por esse motivo, faz-se necessário definir o que poderia ser considerado um texto especializado, para que se possa estabelecer os parâmetros para a presente pesquisa.

Segundo Cabré, traçar uma linha divisória bastante nítida entre a noção do que é considerado um texto com língua geral e um que se considera elaborado em linguagem especializada é uma tarefa difícil ou, talvez, quase impossível (1999, p. 189). Desse modo, diferencia-se uma área de conhecimento geral, em contraposição à área de conhecimento especializada, que Cabré chama apenas de conhecimento científico (*ibidem*), embora existam áreas especializadas em que não seria possível classificar como “científico”, como os textos técnicos, por não se configurarem, especificamente, como uma ciência. Por isso, na presente dissertação, irá se utilizar conhecimento especializado para se referir tanto ao conhecimento técnico (como o da área de Direito ou Eletrotécnica), quanto ao científico (como Medicina ou Física Nuclear).

Para a terminóloga, a questão do que é entendido como linguagem de especialidade é hoje bastante polêmica e difusa (CABRÉ, 1993, p. 132). Krieger e Finatto consideram que

*Embora a definição terminológica desempenhe papéis fundamentais na comunicação especializada, existem grande dificuldade em seu estudo, tornando-o um tema de elevada complexidade. Há muita falta de clareza entre os pesquisadores sobre muitos aspectos que permeiam a terminologia. (2004, p. 160)*

É preciso concordar com as autoras, pois as concepções sobre diversos pontos ainda representam sinônimo de divergência entre terminólogos, inclusive quanto à terminologia própria da Terminologia, como se viu no início deste Capítulo.

Hoffmann diz que “o *texto especializado* é instrumento e, ao mesmo tempo, resultado da atividade comunicativa exercida em relação a uma atividade especializada socioprodutiva<sup>9</sup>” (2004, p. 87). Para ele, pode-se determinar esse tipo de texto pelo conteúdo (que é especializado), pela função ou pela finalidade comunicativa da mensagem (*idem*, p. 81).

---

<sup>9</sup> O termo foi grafado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, prática que será realizada em todas as citações diretas desta dissertação, a fim de não causar estranheza ao leitor.

Não muito diferente dessa definição, Cabré simplifica o conceito de especialização, distinguindo o texto especializado segundo dois aspectos, sendo o primeiro a temática e o segundo, as características “especiais” em que ocorrem os intercâmbios de informação (1999, p. 189). Ela enfatiza, ainda, que o uso do primeiro critério é o mais comum nos estudos terminológicos. No entanto, o conceito continua confuso e extremamente subjetivo.

Por isso, recorrendo a Hoffmann outra vez, é possível tentar compreender melhor essa diferença com outra definição um pouco mais clara (apoiada por outros terminólogos também, inclusive Cabré). Para ele, inicialmente, tratava-se das linguagens utilizadas nas ciências naturais (como Física, Química e Matemática); em seguida esse conceito estendeu-se também às ciências aplicadas (como Medicina, Zootecnia) e às disciplinas técnicas (como a Construção de Maquinários e a Eletrotécnica); e, mais recentemente, começou a abranger, ainda, a produção material industrial (HOFFMANN, 2004, p. 82).

Outro fator que cabe destacar é que, na comunicação especializada, os interlocutores que fazem parte do processo comunicativo são especialistas, seja em maior ou em menor grau de especialidade, podendo-se, inclusive, considerar igualmente especialista os estudantes de uma determinada área, por exemplo, como Cabré bem explica:

*É preciso considerar os estudantes de uma disciplina determinada também como especialistas. Uma aula pode ser concebida como um ato de comunicação, frequentemente unidirecional, entre dois especialistas de diferente nível de formação. Esse ato de comunicação pretende fundamentalmente aumentar o grau de conhecimento do receptor.<sup>10</sup> (1993, p. 105)*

Como se enfatiza, aqui, precisa-se levar em conta que os interlocutores têm a consciência de que compartilham determinado grau de informação sobre a área de conhecimento, mesmo que em menor grau, como no caso de uma sala de aula, na qual o professor utiliza um menor nível de especialidade para com os alunos, que ainda se encontram em fase de aprendizado na área de especialidade e, dessa forma, na linguagem específica.

Faz-se necessário salientar que, entre o campo geral e o específico, existem diferentes propósitos comunicativos que ocorrem em diferentes situações de comunicação e para diferentes funções linguísticas (CABRÉ, 1999, p. 189-190). Nem sempre o texto pertencerá apenas a uma área especializada, pois a situação em que a comunicação ocorre é que definirá

---

<sup>10</sup> Do espanhol: “Hay que considerar también como especialistas a los estudiantes de una materia determinada. Una sesión docente puede concebirse como un acto de comunicación, a menudo unidireccional, entre dos especialistas de diferente nivel de formación. Este acto de comunicación pretende fundamentalmente aumentar el grado de conocimiento del receptor.” (tradução nossa)

essa “especialidade”, embora possa se classificar os textos de acordo com níveis de especialização. Segundo Picht e Draskau (*apud* CABRÉ, 1993, p. 138), os textos específicos utilizados entre especialistas pertencem ao topo da classificação, enquanto as comunicações de divulgação, que se destinam ao público em geral, encontram-se no nível mais baixo de especialidade do texto. Cabré (*ibidem*, p. 138-139) enfatiza a ideia de que o que realmente define a especialidade de um texto é a temática, no entanto, o grau de especialidade é um fator importante, afinal, um texto não deixa de ser especializado quando for, por exemplo, um *folder* propagandístico, ainda que em um grau mais baixo. Poderia utilizar-se, aqui, para fins de exemplificação, um *folder* divulgativo de um novo medicamento, que apresentará terminologias específicas, mesmo que em baixo grau de especialidade, como, por exemplo, nomes de componentes medicamentosos ou de enfermidades a que se destina (podendo ser termos mais populares e de conhecimento geral).

Além desses aspectos, um texto especializado é classificado como sendo descritivo-informativo, com uma função comunicativa essencialmente referencial<sup>11</sup> (embora possam surgir, também, outras funções comunicativas, como a conativa ou a expressiva), e o contexto ao redor da comunicação é próprio da especialidade, seja em uma revista, dentro de um laboratório ou em sala de aula (CABRÉ, 1993, p. 105). Todos esses aspectos contribuirão para a definição de textos e documentos que pertencem a uma área de especialidade.

No entanto, a grande confusão surge porque as atividades cotidianas da maioria das pessoas se dão em âmbito especializado e, justamente por ser algo comum do dia a dia, torna-se difícil compreender que se trata de uma área especializada, como o trabalho de um engenheiro ou de um advogado, e esse fator, por si só, não é suficiente para diferenciar um texto especializado (CABRÉ, 1999, p. 189; CABRÉ, 1993, p. 136).

Como se isso não bastasse para dificultar a diferenciação, existe, ainda, uma transposição entre as áreas comuns e especializadas, na qual suas linguagens confundem-se e misturam-se. Da mesma forma, um determinado termo, dependendo do contexto, pode se referir a um conceito geral ou especializado, o que, na terminologia, é tratado não como sinonímia, mas como homonímia, como se verá mais adiante, quando se for detalhar a unidade terminológica, ou apenas UT. Além do que, muitas vezes um termo, ou uma UT, não pertence única e exclusivamente a uma determinada área de especialidade.

---

<sup>11</sup> Aqui utiliza-se a classificação dada por Jakobson quanto à função da linguagem.

Assim como os textos e o vocabulário especializado trafegam de uma área geral para uma especializada, o mesmo ocorre dentro de áreas especializadas distintas, pois um mesmo termo pode pertencer a diferentes áreas de especialidade.

Em suma, os termos abrangidos por uma determinada área de especialidade, ou a terminologia específica dessa área formada pelo vocabulário próprio e específico, cumprem, sistematicamente, duas funções: a de representar o conhecimento especializado, pois dá nome a uma realidade construída consensualmente entre especialistas; e a de transmiti-lo, por intermédio da transferência de conhecimentos, denominando interlinguisticamente essa realidade construída a partir de um segundo consenso (de especialistas de outra língua), na forma de termos equivalente (CABRÉ, 1999, p. 185-186).

### **2.3 O QUE É TERMINOLOGIA**

Como se viu no tópico anterior, o vocabulário específico de uma área especializada é conhecido como terminologia própria dessa área, que, por sua vez, pode trazer diferentes concepções. Maria Teresa Cabré aponta três conceitos diferentes para esse termo (1993, p. 82), podendo-se defini-lo como:

- a) conjunto de princípios e bases conceituais que regem o estudo dos termos, referindo-se, aqui, à disciplina propriamente dita, ou à área de conhecimento, que se ocupa da designação dos conceitos das linguagens de especialidade<sup>12</sup>;
- b) conjunto de diretrizes utilizadas no trabalho terminográfico, referindo-se, portanto, à metodologia que se emprega;
- c) conjunto de termos (unidades terminológicas) de determinada área de especialidade.

Krieger e Finatto também definem a Terminologia, enquanto campo de conhecimento, incluindo, ainda, as fraseologias especializadas, que recentemente passaram a integral o rol dos objetos de estudo da área.

---

<sup>12</sup> Na presente dissertação, sempre que se estiver utilizando esse significado, referindo-se à Terminologia, enquanto área de conhecimento ou à disciplina (visto que alguns autores se referem indistintamente à disciplina ou à área de conhecimento, como se portassem o mesmo significado), a palavra será grafada com inicial maiúscula.

Para essas pesquisadoras,

*A Terminologia é uma disciplina que possui seu objeto primordial definido: o termo técnico-científico. É esse objeto que marca a identidade da área, embora a fraseologia especializada e a definição terminológica também tenham passado a integrar seus horizontes de pesquisa. (2004, p. 20)*

Mais adiante, no tópico 2.5.1.1, será explicado melhor o que são essas “fraseologias”, também chamadas de unidades fraseológicas, que são utilizadas em contextos especializados e são consideradas parte das terminologias de uma área específica. No entanto, a presente pesquisa não pretende englobar essas unidades fraseológicas especializadas, devido à natureza mais complexa desse tipo de terminologia. Assim, serão tratadas, aqui, somente as unidades terminológicas simples (UT) e as unidades terminológicas complexas (UTC).

A Terminologia, enquanto área de conhecimento interdisciplinar, somente começou a ser explorada e estudada mais recentemente, no entanto, essa preocupação com áreas específicas não é tão nova quanto se imagina. Para se ter uma ideia, no século XVII a palavra “terminologia” foi incorporada como verbete em alguns dicionários clássicos da cultura europeia, sendo definida como “matéria que se ocupa de denominações de conceitos próprios das ciências e das artes” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 25), a partir de então, passou-se a reconhecer formalmente a existência de vocabulários específicos de campos do conhecimento especializado, embora o termo tivesse, à época, um alcance mais restrito às ciências e às artes.

Embora os estudos mais aprofundados que deram o *status* científico à Terminologia tenham surgido a partir da pesquisa de doutorado de Eugen Wüster, a prática terminológica já vinha sendo feita há bastante tempo (CABRÉ, 1993, p. 21). Essa necessidade, surgida no século XIX, de que houvesse regras para nomenclaturas especializadas em disciplinas como Botânica, Zoologia e Química, por exemplo, viria a contagiar, no século XX, os técnicos preocupados com o crescimento acelerado de suas áreas advindo do progresso. Era necessário, mais que denominar novos conceitos, “harmonizar” as novas denominações (CABRÉ, 1993, p. 21). O século XX traz grande desenvolvimento e consolidação de terminologias, seja para o uso linguístico especializado para distintas finalidades científicas, seja para fins sociais ou políticos; além do que, também tem fortalecido os pilares da Terminologia, enquanto campo de conhecimento, devido aos estudos mais aprofundados na área (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 26). Assim, a Terminologia, como atividade consciente, surgiu do interesse dos cientistas em se colocarem de comum acordo na fixação dos conceitos e denominações de suas respectivas ciências, principalmente as ciências naturais (CABRÉ, 1999, p. 178).

Outras razões motivaram, ainda, o interesse pelos componentes lexicais especializados em diferentes idiomas, como o processo de globalização que vem incrementando as transações comerciais entre as nações e deu origem aos blocos econômicos e a uma série de intercâmbios que vão além do âmbito comercial, expandindo-se para o mundo científico, tecnológico e cultural (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 27). Esses fatores fizeram com que a preocupação com o uso de terminologias adequadas, principalmente nas traduções, fosse intensificada, enfatizando “o importante papel dos termos técnico-científicos para uma comunicação mais eficiente, uma adequada transferência de tecnologia e um correto estabelecimento de contratos comerciais entre outras ações de cooperação” (*ibidem*, p. 27).

Porém, o que é certo é que esses estudos sempre tiveram como protagonistas os especialistas da área. Hoje, outros profissionais, como os especialistas de línguas, também estão atuando em prol da Terminologia, são os terminólogos, assim denominados aqueles que trabalham com a Terminologia, enquanto campo de especialidade, e cuja terminologia (enquanto conjunto de unidades terminológicas de uma área específica) compõe seu objeto de trabalho (CABRÉ, 1993, p. 38). Eles são profissionais da língua ou de outras especialidades que se dedicam à recompilação, à descrição, ao tratamento e à criação de unidades terminológicas, bem como especialistas que atuam no planejamento linguístico e no tratamento da informação (*ibidem*, p. 38-39).

Assim, então, surgiu as bases da Terminologia. No entanto, para melhor definir esse campo, também especializado, é preciso atenção, pois sua abrangência pode englobar uma infinidade de aspectos. Cabré distingue quatro pontos de vista que conduzem a diferentes enfoques sobre o estudo e a prática da Terminologia. Com base neles, é possível estabelecer, então, duas grandes perspectivas da Terminologia: i) a de quem a utiliza para a comunicação direta ou indireta; ii) a de quem trabalha com ela com a finalidade de produzir obras terminológicas ou para facilitar a comunicação ou disseminação da informação (1993, p. 37). Pode-se, assim, dizer que a terminologia possui duas dimensões diferentes, mas relacionadas entre si: a linguística e a comunicativa. O quadro 2.1 busca explicar melhor esses pontos de vista.

Quadro 1.1– Diferentes enfoques sobre Terminologia, segundo Cabré

Sob a ótica de	O que é terminologia?
Linguistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É uma parte do léxico que é especializada por critérios temáticos e pragmáticos.</li> </ul>
Especialistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade;</li> <li>• É um modo inevitável de expressão e comunicação profissional.</li> </ul>
Usuários diretos e intermediários <sup>13</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, com seu valor estipulado segundo a economia, precisão e adequação.</li> </ul>
Planejadores linguísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um ambiente da linguagem que deve sofrer intervenção para reafirmar a existência, a utilidade e a sobrevivência de uma língua e garantir sua continuidade ante a modernização.</li> </ul>

Fonte: CABRÉ, 1993, p. 37-38.

### 2.3.1 Teorias da Terminologia

Como dito mais acima, a Terminologia surgiu por intermédio da pesquisa realizada pelo austríaco Eugen Wüster (1898-1977), para seu Doutorado. Como engenheiro e pesquisador, Wüster apresentou, em sua tese, em 1931, um estudo sobre o vocabulário de eletrônica, intitulado *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*<sup>14</sup>, na Universidade de Viena, suscitando o interesse de outros pesquisadores quanto à terminologia na área técnica. Sua pesquisa acabou por estabelecer os princípios do que mais tarde viria a se chamar Teoria Geral da Terminologia, ou TGT (CABRÉ, 1993, p. 22; SAGER, 1993, p. 20-21; KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 20 a 23).

A grande preocupação de Wüster era “padronizar o uso de termos técnico-científicos de modo a alcançar a univocidade comunicacional no plano internacional” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 20). Para ele, seria necessário “manter um estreito intercâmbio de experiências com as diversas áreas do saber como a física, a engenharia elétrica e a economia” (WÜSTER *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 20). Mais que apenas padronizar, Krieger e Finatto levantam outra questão, também defendida por Wüster, de que “o uso de termos técnicos é um importante recurso para a precisão conceitual nas comunicações profissionais” (2004, p. 18).

<sup>13</sup> Usuário direto, especialistas de cada campo específico a quem a terminologia é um instrumento de comunicação necessário e importante para seu próprio trabalho; e os usuários intermediários são os profissionais da língua que necessitam da terminologia para exercerem sua profissão como facilitador da comunicação, como os tradutores.

<sup>14</sup> Tradução livro do alemão para o português: “Normalização Internacional de Linguagem Especializada de Engenharia Elétrica” (tradução nossa).

Ainda com base em seus estudos na área de Engenharia e de Terminologia, Wüster publicou, em 1968, “The Machine Tool”, um dicionário modelo para a área técnica de Engenharia (SAGER, 1993, p. 85 e 291) (CABRÉ, 1999, p. 183) e por todo o seu esforço no campo de terminologia, Wüster é considerado como o fundador da Terminologia moderna.

### **2.3.1.1 A Teoria Geral da Terminologia**

Para Wüster, a Terminologia é uma disciplina definida como um campo próprio que estabelece a relação entre “as ciências das coisas” – referindo-se, aqui, aos diferentes campos técnicos e científicos (como Física, Química e Medicina) – e outras disciplinas, como Linguística, Lógica, Ontologia e Informática (CABRÉ, 1993, p. 33). Em seus estudos, Wüster propôs princípios para os estudos da terminologia e fez um esboço de uma metodologia de tratamento dos dados terminológicos (*ibidem*, p. 27). Sua preocupação concentrava-se muito mais na metodologia e na normativa, em vez da teoria. Para ele, a terminologia deveria evitar ambiguidades na comunicação técnica e científica.

Para Cabré, o mundo entrou em uma nova “civilização pós-industrial emergente” (*ibidem*, p. 23-24) no segundo terço do Século XX, diferenciada visivelmente do que vinha ocorrendo no início do século. O principal elemento de mudanças foi o advento de tecnologias que acabaram inovando as comunicações, embora os vestígios da sociedade anterior não tenham sido apagados, ocasionando uma coexistência entre ambas, que se mesclaram trazendo a diversidade que se tem hoje. Algumas das principais mudanças ocorridas nessa época afetaram a língua e a forma de comunicação, surgindo, ainda, novas profissões relacionadas às linguagens e aos novos produtos linguísticos (CABRÉ, 1993, p. 25).

Com as mudanças sociais, a Terminologia acaba também sendo afetada, principalmente devido a fatores como (CABRÉ, 1993, p. 25-26):

- a) o desenvolvimento sem precedentes das ciências e das áreas técnicas, causando o surgimento de grande quantidade de novos conceitos e novos campos conceituais;
- b) o crescimento acelerado da tecnologia e da informação, com sua difusão para a sociedade;
- c) as crescentes relações internacionais entre os países (políticas, culturais e econômicas), com um “mercado universal”, empresas multinacionais e produção em massa de bens;

- d) a massificação da produção, deixando o conceito de “artesanal” no passado;
- e) a transferência de conhecimentos e produtos, principalmente ocasionado pelo intercâmbio científico, técnico, cultural e comercial;
- f) a grande importância atribuída à informação, que se multiplica amplamente, exigindo suportes potentes e eficazes, dando origem a bases de dados de todos os tipos, que requerem constantes atualizações;
- g) o desenvolvimento de meios de comunicação de massa, que permitem a difusão generalizada da terminologia, causando, inclusive, a “banalização” de termos específicos;
- h) a intervenção de Governos na questão linguística, que provoca a inclusão da terminologia nos planejamentos de normalização das línguas e a criação de organismos oficiais para esse fim.

Apesar dos inúmeros estudos sobre o tema, essa teoria, até hoje, continua sendo revista e reestruturada, segundo diferentes visões.

### **2.3.1.2 A Teoria Comunicativa da Terminologia**

O pai da TGT, Eugen Wüster, direcionou a Terminologia para a preocupação de evitar a ambiguidade entre os termos das áreas científicas e técnicas, na busca, principalmente, de uma normalização terminológica. Porém, como já foi dito, muitos estudiosos divergem quanto a vários pontos dessa teoria.

Assim, Cabré, ao explorar os pontos mais críticos da TGT, desenvolveu uma outra teoria, mais complexa, multidimensional e que analisa a terminologia, considerando a variação linguística, de modo a dar conta do complexo caráter comunicativo dos termos e seu uso no discurso especializado (BORN BRIONES, 2001, p. 342). Essa nova proposta parte do pressuposto de que as unidades terminológicas (UT) não são unidades isoladas que compõem um sistema próprio, elas se incorporam ao léxico de um falante na medida em que ele aprende sobre a área especializada em questão (CABRÉ, 1993, p. 99). A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) surge, assim, como uma espécie de ampliação da TGT. Para Born Briones, pesquisadora também espanhola, a teoria wüsteriana não consegue dar conta dos quatro

aspectos da terminologia, como a sua poliedricidade, sua dupla função, a definição de seus elementos operativos e a sua diversidade aplicada (2001, p. 342).

Passou-se, assim, a mudar o foco, tirar a atenção da preocupação que os especialistas do início do século apresentavam por uma “forma correta”, que seria a normalizada, optando-se por mais pragmatismo e mais funcionalidade. A direção adotada deixa de lado a prescrição e passa a voltar-se mais para a variação linguística e para as políticas linguísticas destinadas a resolver situações linguísticas conflitivas (CABRÉ, 1993, p. 36).

Para a criadora da TCT, a Terminologia destina-se

*a resolver necessidades sociais vinculadas à otimização da comunicação entre especialistas e profissionais – seja diretamente ou mediante a tradução –, ou relacionadas com o processo de normalização de uma língua<sup>15</sup>. (CABRÉ, 1993, p. 36)*

Dentre os parâmetros da TCT apontados por Cabré (*ibidem*, p. 342-343), alguns merecem maior destaque dentro do tema que se está discutindo nesta dissertação. O primeiro deles coloca a terminologia como um campo interdisciplinar, cujo objeto de estudo são as unidades terminológicas pertencentes à língua natural e à gramática de cada língua. Ainda relacionado a essa questão, a TCT enfatiza que os termos são unidades léxicas, ativadas singularmente por suas condições pragmáticas e estão constituídos por forma ou denominação e por significado ou conteúdo. Salienta-se que este último não é absoluto, ele é relativo a cada âmbito e situação de uso.

Outros parâmetros levantados por Cabré (*ibidem*) são que os conceitos de um âmbito especializado mantêm relações de diferentes tipos entre si, criando a estrutura conceitual de uma disciplina (ou de um campo do conhecimento). Dentro dessa concepção, o objetivo da terminologia teórica é descrever, de modo semântico, formal e funcional, as unidades que têm valor terminológico e explicar suas relações com outros signos do mesmo sistema ou até de outro.

Por fim, cabe aqui ressaltar outro ponto levantado por Cabré, em seus estudos que delimitam a TCT, de que os termos possuem dupla função: a representação do conhecimento especializado e sua transferência (para outra cultura, outra língua) (*ibidem*).

Krieger e Finatto acrescentam que as novas tecnologias e as novas necessidades comunicativas exigem uma demanda crescente por traduções técnicas, que “necessitam

---

<sup>15</sup> Do espanhol: “a resolver necesidades sociales vinculadas a la optimización de la comunicación entre especialistas y profesionales - ya sea directamente o mediante la traducción -, o relacionadas con el proceso de normalización de una lengua” (tradução nossa).

transpor adequadamente as terminologias de uma língua para outra” (2004, p. 18) e, já que são os termos especializados que veiculam a informação especializada, existe a necessidade de sua divulgação em obras como glossários e dicionários técnico-científicos (*ibidem*). Considerando essa premissa, pretende-se, então, falar um pouco sobre a parte mais prática da Terminologia, que visa, acima de tudo, a transmissão do conhecimento, ou até uma standardização, em alguns casos. Trata-se da elaboração de obras terminográficas.

## **2.4 TERMINOGRAFIA E ELABORAÇÃO DE OBRAS TERMINOGRÁFICAS**

A Terminografia é a parte da Terminologia relacionada às atividades práticas, mais especificamente, à produção de obras terminográficas, como glossários e dicionários técnicos (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 50). Cabré a descreve como um trabalho que consiste na recompilação, descrição e ordenação das unidades terminológicas de uma língua especializada (1993, p. 48). Com isso, o fazer terminográfico, realizado pelo terminólogo, levará em conta diversos aspectos, em especial a temática especializada, a situação linguística e terminológica do contexto, a finalidade do trabalho e o tipo de língua em que a comunicação especializada veiculará (*idem*, p. 48).

Para Krieger e Finatto, assim como a Lexicografia, a Terminografia também envolve o componente léxico do idioma, embora mais de cunho especializado, buscando organizar o conhecimento, visando registrá-lo em obras que funcionarão como “instrumento de referência” para quem necessitar da informação (2004, p. 49). As autoras ainda acrescentam que “apesar de apresentarem aspectos comuns e propósitos semelhantes, as áreas distinguem-se em finalidades específicas, objetos particulares, produtos e metodologias marcando as fronteiras dessa relação” (*ibidem*).

Enquanto a Lexicografia trabalha com as palavras de uso geral da língua, a Terminografia atua sobre a linguagem de especialidade. Outra característica é quanto ao caráter descritivo que a Lexicografia possui, prevendo explicação às unidades lexicais dos conhecimentos que abrangem, diferente da Terminologia, que se propõe a identificar segmentos de uma realidade profissional especializada (CABRÉ, 1993, p. 90), denominando conceitos próprio dessa área. Além disso, Krieger e Finatto lembram o caráter onomasiológico que a

Terminografia possui “tradicionalmente assinalado em razão do plano do conteúdo se constituir em foco preliminar e anterior à preocupação com o pleno significante no trabalho de identificação das unidades lexicais que assumem estatuto de termo” (2004, p. 50).

Outra característica apontada pelas autoras é que, na Terminografia, um sintagma ou uma locução pode se caracterizar como um verbete, enquanto, na Lexicografia as partes que os compõem se tornam, via de regra, entradas separadas (*ibidem*, p. 52). Por exemplo, na área específica que a presente pesquisa está estudando, o sintagma “Nações Unidas”, para a Terminografia, pode se tornar um verbete se estiver devidamente caracterizado segundo as normas estabelecidas para diferenciação de uma unidade terminológica (conforme explicitado no capítulo 3). No entanto, sob o olhar da Lexicografia, ambas as palavras “nações” e “unidas” viriam como verbetes diferentes. Além do que, seguindo outra regra distinta para esses dois campos de estudos analisados, na Lexicografia, tais verbetes teriam que vir lematizados e seriam registrados no singular e no masculino (pelo menos os nomes, já que verbos são grafados em sua forma primária, no infinitivo). Assim sendo, nesse caso apresentado, em um dicionário de língua geral, as entradas desses verbetes seriam “nação” (no singular) e “unido” (no masculino singular). Essa regra serve, em geral, para palavras que não se formam com o uso de hífen, como, por exemplo, a unidade lexical “cessar-fogo” que, por se configurar em um substantivo composto, ganhará uma entrada própria em uma obra lexicográfica (como em um dicionário de língua geral).

Em contrapartida, para a Terminografia, normalmente o sintagma deve compor o verbete como é utilizado na linguagem especializada à qual pertence, sendo a forma registrada, então, quanto ao exemplo acima, no feminino e plural “Nações Unidas” (também grafada com letra maiúscula, quando referente a um nome próprio), exatamente como é usada em sua área de especialidade, não sofrendo redução, seguindo a regra do que Krieger e Finatto chamam de “forma canônica” (2004, p. 51).

Com base nessa explicação, a unidade lexical “cessar-fogo”, tanto em obras lexicográficas quanto em obras terminográficas, estaria presente exatamente como é utilizada (excetuando-se a variação quanto ao número – singular e plural), sem considerar a lematização em separado de cada palavra que a forma, por ser uma “forma canônica” na língua geral e na linguagem especializada – lembrando que existe a possibilidade de algumas unidades lexicais pertencerem tanto à língua geral, quanto a uma (ou mais) área de especialidade.

É preciso, também, levar em conta que uma obra lexicográfica procura ser o mais abrangente possível, na esperança de “cobrir todas as realizações linguísticas e semânticas de

uma palavra” (*ibidem*, p. 52). Porém, em obras de cunho terminográfico, nas quais o conhecimento especializado é o ponto focal, o mais importante é a informação pertinente à área de especialidade em questão, afinal, sua essência “reside na proposição de, prioritariamente, oferecer ao consulente informações específicas da área de conhecimento cujo léxico é repertoriado” (*ibidem*, p. 52).

Outra questão importante a se observar é quanto à polissemia que as palavras da linguagem geral costumam carregar, o que faz com que um determinado verbete possua, muitas vezes, mais de uma acepção explicitada no dicionário. O mesmo não deve ocorrer, ou pelo menos ocorre com menor frequência, na Terminografia, principalmente em função da natureza monossêmica da unidade terminológica. Cabré exemplifica essa questão com a palavra “cuello”, que pode se referir a uma parte do corpo (“pescoço”, em português) ou a uma parte da camisa (“colarinho”, em português). Nesse caso, “cuello”, em ambos os casos, são temos, porém, com significados distintos (pertencentes a áreas de especialidade distintas), sendo, dessa forma, tratados, por muitos terminólogos, como homônimos. Ao contrário do que ocorre na Terminologia, segundo Cabré, as palavras da linguagem comum são quase todas polissêmicas, acrescentando, ainda, que “cada forma linguística está associada a uma diversidade de significados”<sup>16</sup> (1993, p. 95).

Quanto à homonímia, para a terminóloga espanhola, na Terminologia, “um termo, situado em seu sistema temático apenas indica um conceito”<sup>17</sup>. Dessa forma, o termo “cuello”, considerando-se a área de especialidade “Anatomia”, possui apenas um significado; enquanto “cuello”, quanto à área específica “*design* de moda”, por exemplo, referir-se-ia a um homônimo. A terminóloga menciona, exemplificando, ainda, em sua nota de rodapé, o próprio termo “terminologia”, que traz diferentes significados, considerado, nesse caso, homônimos, por exemplo, a disciplina ou o conjunto de termos de uma área de especialidade (conforme se viu no início deste capítulo).

Atualmente, existem autores que defendem a existência de variação em terminologia, como a professora Enilde Faulstich, para quem as “variantes coocorrentes formalizam a sinonímia terminológica” (2003, p. 18). Para essa pesquisadora e linguista, “a sinonímia terminológica relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos que podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo” (*ibidem*). A presente dissertação não pretende entrar nessa seara, porém, fica a sugestão para que, quem

---

<sup>16</sup> Traduzido do Espanhol: “las palabras del lenguaje común son casi todas polisémicas. Cada forma lingüística se asocia a una diversidad de significados” (tradução nossa).

<sup>17</sup> Traduzido do Espanhol: “Un término, situado en su sistema temático solo indica un concepto” (tradução nossa).

sabe, esses termos com possíveis variações coocorrentes possam ser analisados e estudados em uma futura pesquisa de Doutorado.

Em resumo, o fazer terminográfico, incluindo, aqui, o enfoque e a organização do processo, é realizado, pelo terminólogo, de acordo com a situação da temática de que trata o trabalho, de acordo com a situação linguística e terminológica do contexto e levando em conta a finalidade do trabalho e o tipo de língua à qual será veiculada a comunicação especializada (CABRÉ, 1993, p. 48).

Os beneficiados do fazer terminográfico vão além de tradutores e intérpretes, pois a necessidade de utilização desse tipo de obras de referência plurilíngues para sanar dúvidas sobre conceitos e denominações terminológicas também afeta outros profissionais, como documentaristas, redatores técnicos, lexicógrafos, estudantes universitários e, até os próprios terminólogos de outras áreas, além de usuários indiretos e profissionais da mídia, que buscam esses termos para suprir leitores dos mais variados níveis (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 19).

## 2.5 A UNIDADE TERMINOLÓGICA

A diferença entre uma unidade lexical e uma unidade terminológica é algo que às vezes confunde. O termo, enquanto objeto de estudo da Terminologia, possui diferenças com relação às palavras do léxico comum. Maria Teresa Cabré enfatiza que ambos são unidades léxicas parecidas e às vezes até mesmo divergentes, pois

*Uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada da propriedade de se referir a um elemento da realidade. Um termo é uma unidade de características linguísticas parecidas, utilizada em um domínio de especialidade.*<sup>18</sup> (1993, p. 87)

Para as pesquisadoras Krieger e Finatto,

*a constituição estrutural das unidades terminológicas sintagmáticas, predominantes no componente léxico especializado, não se distingue das unidades do léxico geral. Sob essa perspectiva, comprova-se que ambos, palavra e termo, obedecem aos mesmos padrões e sofrem os mesmos efeitos da gramática dos sistemas linguísticos.* (2004, p. 46)

---

<sup>18</sup> Tradução do espanhol: “Una palabra es una unidad descrita por un conjunto de características lingüísticas sistemáticas y dotada de la propiedad de referirse a un elemento de la realidad. Un término es una unidad de características lingüísticas parecidas, utilizada en un dominio de especialidad” (tradução nossa).

Como se pode observar, Krieger e Finatto referem-se à constituição estrutural, à questão de padrões gramaticais, quando dizem que ambos seguem as mesmas regras. Elas estão se referindo a regras que vão desde a formação de novos termos até concordâncias verbais e nominais. Por isso se diz que as linguagens de especialidade pertencem às línguas gerais, não são compostas por sistemas linguísticos diferentes. Devido a essa “semelhança”, Cabré fala da dificuldade em se diferenciar essa linguagem de especialidade dentro do universo geral da língua que se estuda.

Hoffmann coloca a terminologia como um dos fatores principais na diferenciação dos textos especializados, por ser “um dos traços mais claramente diferenciadores das linguagens especializadas, embora não o único” (2004, p. 85). Sager (1993, 43) segue essa mesma linha ao dizer que “os elementos caracterizados por uma referência especial dentro de uma disciplina são os ‘termos’ dessa disciplina e, coletivamente, formam sua ‘terminologia’”<sup>19</sup>. Da mesma forma, o autor define “palavra”, como os elementos “que funcionam como referentes gerais dentro de uma variedade de sublinguagem”<sup>20</sup> assim como sua totalidade, quanto aos termos e palavras forma o vocabulário (*ibidem*).

Assim sendo, no próximo tópico se buscará definir ao máximo o que vem a ser uma unidade terminológica, ou simplesmente UT, a fim de minimizar as confusões que possam vir a existir no momento de delimitação dos candidatos a termos nesta dissertação.

### **2.5.1 O que é Unidade Terminológica**

Eugen Wüster diz que o termo é “uma palavra à qual se atribui um conceito como seu significado [...], ao passo que, para a maioria dos linguistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo” (*apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 76). Vê-se, assim, que, desde o início da Terminologia, ambos os elementos lexicais são diferenciados: a palavra, que é vista no léxico geral de uma língua; e o termo, também chamado de unidade

---

<sup>19</sup> Do espanhol: “Los elementos caracterizados por una referencia especial dentro de una disciplina son los ‘términos’ de esa disciplina, y colectivamente forman su ‘terminología’” (tradução nossa).

<sup>20</sup> Do espanhol: “que funcionan como referentes generales dentro de una variedad de sublenguajes” (tradução nossa).

terminológica, que é compreendido como “vinculada à dimensão conceitual do signo”, que neste caso, se daria pelo conteúdo especializado (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 76).

Dessa forma, a unidade terminológica (ou o termo) também é uma unidade lexical, com características análogas, no entanto, um aspecto linguístico pode diferenciá-lo: a semântica. Mais que isso, em teoria (que tem sido questionada por alguns terminólogos), os termos costumam ter apenas um significado, são monossêmicos e unívocos, o que quer dizer que seu significado dependerá do campo de especialidade ao qual pertencem, podendo, no entanto, haver casos nos quais uma UT pode apresentar outros conceitos, relacionados a áreas distintas de especialidade, ou à mesma área, como se verá mais adiante.

Vale lembrar, aqui, que os mesmos usuários de uma determinada linguagem de especialidade também dominam o léxico comum, no entanto, nem todo usuário da língua geral domina a linguagem especializada, pois um dos requisitos para isso seria fazer parte do grupo a que a terminologia pertence. Da mesma forma, observa-se, no contexto da linguagem de especialidade, palavras do léxico comum, enquanto no contexto geral normalmente não se verá UTs especializadas, embora tenha havido uma espécie de transposição de uma área para a outra, com UT mescladas no dia a dia, compondo a situação comunicativa geral, de falantes não profissionais. Cabré (1993, p. 89) justifica essa percepção à exacerbada difusão de informações pelos mais variados meios, principalmente informatizados, o que tem ocorrido muito mais que antigamente. O público geral tem acesso a uma gama de conhecimento advindos dos meios de comunicação em massa, como a televisão e a *internet*, muito embora, considerando-se a atual conjuntura, esta última não esteja ao alcance de todos. Termos que antes pertenciam apenas a especialistas, hoje compõem o vocabulário geral, e essa tendência cresce exponencialmente a cada dia. Isso é o que é chamado por Cabré de “banalização”, ocasionado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a difusão generalizada da terminologia (1993, p. 25-26).

Quanto à diferenciação, as UTs não possuem a mesma frequência em um texto que palavras do léxico comum, sem contar que obras terminográficas, como um dicionário especializado ou um glossário, apresentam quase que exclusivamente nomes (com escassa incidência de verbos, adjetivos e locuções), o que não se vê nas obras lexicográficas de língua geral, que possui representadas todas as categorias gramaticais (*ibidem*).

Todavia, o melhor aspecto para diferenciar esses dois elementos (termo e palavra) está na pragmática, pois “pragmaticamente, termos e palavras se distinguem i) por seus usuários; ii) pelas situações em que são utilizados; iii) pela temática que veiculam; e iv) pelo tipo de discurso

em que costumam aparecer”<sup>21</sup> (CABRÉ, 1993, p. 88). Percebe-se, aqui, que, além dos critérios comunicativos que diferenciam UTs das unidades do léxico comum, os critérios pragmáticos facilitam o trabalho de identificação da terminologia específica da área. Assim, têm-se os usuários (que são os integrantes de cada área de especialidade, de diferentes graus de conhecimento, desde estudantes até profissionais); a situação comunicativa (bastante restrita e limitada à área profissional da terminologia em questão); a temática específica; e o tipo de discurso, que normalmente tende a ser uma linguagem mais formal, como a utilizada em artigos científicos ou manuais técnicos.

Para melhor se compreender o que significa unidade terminológica, Cabré aponta as três vertentes que compõem uma UT: a cognitiva, a comunicativa e a linguística (1993, p. 93-94) (1999, p. 183). Essas três vertentes que compõem a UT mostram o caráter tridimensional do signo, que pode ser representado pelas seguintes dimensões: forma, significado e referente que representa (CABRÉ, 1993, p. 93). Então:

- 1) pela forma do signo, tem-se acesso ao sistema formal da língua e a um conjunto de normas, composto por unidades lexicais e regras linguísticas e gramaticais, inclusive para a formação de palavras;
- 2) pelo significado, chegamos ao sistema semântico da língua, pois o signo não é uma unidade isolada, imaginada pelo falante, principalmente porque se relaciona com outros significados;
- 3) os referentes estão na realidade do falante, são os objetos, sejam eles materiais ou imateriais, que constituem um conjunto com determinada ordem (que pode sofrer alterações e é polivalente), que guiará o especialista na estruturação conceitual de um campo especializado.

Essa teoria vai ao encontro do que Sager também trata em sua obra “Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología”<sup>22</sup> (1993). Assim, cada dimensão está relacionada a uma vertente:

- a) a forma estaria relacionada à vertente linguística;
- b) o significado relaciona-se à vertente comunicativa;

---

<sup>21</sup> Tradução do espanhol: “Pragmáticamente, términos y palabras se distinguen i) por sus usuarios; ii) por las situaciones en que se utilizan; iii) por la temática que vehiculan, y iv) por el tipo de discurso en que suelen aparecer” (tradução nossa).

<sup>22</sup> Título original (em inglês): “A practical course in terminology processing” – versão usada em espanhol, conforme Referências Bibliográficas.

- c) o referente, ou vertente referencial, refere-se à vertente cognitiva, que é o aspecto relacionado ao conhecimento, a como o pensamento humano compreende os objetos (materiais e imateriais) e constitui os conceitos. Relaciona a forma linguística aos referentes do mundo real (SAGER, 1993, p. 35). Cabré ainda acrescenta que a transferência do conhecimento constitui sua dimensão cognitiva. (1999, p. 187)

Com todas essas especificações acima, então, o trabalho de diferenciar uma UT se torna menos árduo. Agora, quando essa UT é formada por dois ou mais elementos, a confusão aumenta um pouco e o grau de dificuldade pode tomar proporções assustadoras para quem está iniciando.

### **2.5.1.1 As Unidades Terminológicas Complexas**

Dentro do universo das terminologias, têm-se diferentes tipos de unidades terminológicas. Assim, as formadas apenas por um elemento, como “Estado”, são chamadas de unidades terminológicas simples, ou apenas UT. Em contrapartida, algumas UTs possuem mais elementos formadores, como “Nações Unidas”, e são chamadas de unidades terminológicas complexas, ou UTCs.

As UTCs, muitas vezes, são difíceis de serem diferenciadas, não apenas por sua natureza mais complexa, mas também pela proximidade que podem ter com as unidades fraseológicas, que são unidades lexicais nominais que combinam termos unidos privilegiadamente, como “criar um *link*” ou “carregar um programa” (ambos utilizados na área de informática). São classificadas como unidades fraseológicas, ou simplesmente “fraseologias”, embora poucos autores tratem dessa questão (L’HOMME, 2004, p. 61).

Apesar de também fazerem parte do rol de terminologias de áreas específicas, a presente dissertação não tratará de fraseologias.

## 2.5.2 Identificando a Unidade Terminológica em textos de especialidade

Como foi visto no tópico anterior, as UTs são conhecidas fundamentalmente por especialistas de cada área (de diferentes graus de conhecimento) e aparecem com uma frequência elevada nas comunicações (orais e escritas) de cunho especializado. São utilizadas para designar “objetos” de uma realidade pré-existente (CABRÉ, 1993, p. 169), o que significa que, antes de denominá-los, é preciso que exista o objeto que receberá a denominação. Sager explica que, como os termos são representantes de conceitos, “os conceitos devem ser criados e devem existir antes de que se possa formar os termos para representá-los”<sup>23</sup> (1990, p. 46).

Assim considerando, as UT compõem “o elemento mais importante que diferencia não apenas as linguagens de especialidade da língua comum, mas também as diferentes linguagens de especialidades entre si”<sup>24</sup> (CABRÉ, 1993, p. 103). Por isso elas refletem a estruturação conceitual da terminologia e são a base da comunicação especializada. É por intermédio da terminologia que os especialistas transferem o conhecimento sobre determinada área técnica ou científica em uma ou mais línguas. Por esse motivo, há quem diga que “a terminologia é a base da comunicação entre profissionais”<sup>25</sup> (*ibidem*).

Embora as terminologias sejam formadas quase que exclusivamente por substantivos, é possível ver algumas formadas, também, por verbos e até adjetivos. A terminóloga canadense Marie Claude L’Homme cita, por exemplo, o verbo “navegar”<sup>26</sup>, que possui um sentido próprio restrito na área especializada de informática, como em “navegar na *internet*” (L’HOMME, 2004, p. 61). No entanto, é necessário analisar com atenção esses casos, pois tais unidades lexicais precisam comportar um significado específico da área, diferente do que teria em um contexto geral ou em áreas diferentes da especializada em questão. O verbo “navegar” que a autora utiliza em sua obra, na língua portuguesa, em um contexto geral, seria definido, segundo o dicionário<sup>27</sup>, como “fazer viagem no mar ou no ar (em barco, navio, aeronave, astronave etc.)”, além do que, também possui um sentido específico, da área de informática, que o mesmo dicionário descreve como: “[Inf.] Consultar documentos na internet, utilizando-se dos *links*

---

<sup>23</sup> Traduzido do espanhol: “los conceptos se deben crear y deben existir antes de que se puedan formar los términos para representarlos” (tradução nossa).

<sup>24</sup> Traduzido do espanhol: “el elemento más importante que diferencia no solo los lenguajes de especialidad de la lengua común, sino también los distintos lenguajes de especialidad entre ellos” (tradução nossa).

<sup>25</sup> Traduzido do espanhol: “la terminología es la base de la comunicación entre profesionales” (tradução nossa).

<sup>26</sup> Traduzido do francês: “navigner” (tradução nossa).

<sup>27</sup> Dicionário on-line Aulete Caldas – ver Referências Bibliográficas.

contidos nesses documentos”. Dessa forma, considerando-se a área de especialidade, “navegar” poderia ser considerado uma UT, mesmo pertencendo a outra classe gramatical, que não a de substantivo. O mesmo pode ocorrer quanto a adjetivos ou advérbios – estes seriam, na maioria das vezes, aqueles terminados em “-mente”, como “geneticamente” (L’HOMME, 2004, p. 61). Além disso, existem, também, os adjetivos terminológicos que, são, em geral, aqueles derivados de nomes, como “constitucional” (derivado de “constituição”) (*ibidem*).

L’Homme (2004, p. 64) diz que o *status* terminológico de uma unidade lexical é definido de acordo com a ligação que pode ser estabelecida entre seu significado e a área de especialidade a que se refere.

Assim, o primeiro critério de seleção de uma UT, seja ela simples ou complexa, está neste quesito: o significado que carrega necessita relacionar-se à área de especialidade (*ibidem*). Somente depois de se analisar essa questão, pode-se partir para os demais critérios de seleção, sendo que a terminóloga canadense sugere que se combine com esse primeiro critério, outros três de cunho léxico-semântico. Esse critério é o mais simples, o que pode causar maior confusão, por isso mesmo deve ser sempre utilizado junto com outros critérios, para a maior certeza de seleção de UT. Um exemplo de UTC que poderia ser considerada facilmente por esse critério, seria o que delimita a área: “missões de paz”.

Dessa forma, o segundo quesito a se analisar seria a natureza dos “actantes semânticos”, que podem ajudar a confirmar a natureza especializada da unidade lexical, por intermédio de seu significado predicativo (*idem*, p. 65). Caso seus “actantes semânticos” sejam já considerados unidades terminológicas, segundo o primeiro critério exposto acima, essa unidade lexical tende a ser, também, uma UT. Nesse caso, ainda de acordo com L’Homme, a unidade lexical apenas será considerada uma UT se estiver acompanhada de seus respectivos actantes semânticos de sentido especializado.

Para melhor explicar o significado de “actante semântico”, precisa-se recorrer a exemplos, como o fez L’Homme (2004, p. 62-63). Segundo a autora, muitas “unidades lexicais não podem ser descritas usando como um único ponto de referência a organização do mundo real ou a ideia de que fazemos”<sup>28</sup> (2004, p. 62). A terminóloga dá, como exemplo, o verbo “legar”<sup>29</sup>, pois, para explicá-lo, necessita-se necessariamente referir-se a quem legou, ao legado em si e à pessoa beneficiada. Assim, esse verbo e seus significados complementares são os

---

<sup>28</sup> Do francês: “... autres unités lexicales ne peuvent se décrire en utilisant comme seul point de repère l’organisation du monde réel ou l’idée que nous nous en faisons” (tradução nossa).

<sup>29</sup> Do francês “léguer” (tradução nossa).

predicados semânticos, a que Mel'čuk, Clas e Polguère explicam como um “significado que tem ‘buracos’ para receber outros significados”<sup>30</sup> (1995, p. 76).

Em outras palavras, os predicados semânticos possuem significados que “vinculam”, unem outros sentidos semanticamente. Mel'čuk, Clas e Polguère comparam-no às junções que unem as ferragens de uma barraca para formar o esqueleto da tenda (*ibidem*). Para esses autores, os predicados semânticos referem-se a ações, eventos, processos, estados, propriedades, relacionamentos etc. Os autores ainda dão outro exemplo, explicando melhor: “o significado de ‘dar’ é um predicado com três argumentos: alguém [1] dá algo [2] a alguém [3]”<sup>31</sup> (*ibidem*). Ainda usando o verbo “dar”, no exemplo trazido pelos autores, “John dá uma flor para Marie” possui três actantes semânticos: [X] aquele que dá; [Y] o receptor; e [Z] que passa de [X] para [Y]. Enquanto a palavra “esposo” teria apenas dois (X – quem é o cônjuge; e Y – aquele de quem X é o cônjuge) e “grande” possui apenas um (X - o que é grande). L’Homme lembra que, embora essa noção de predicado seja naturalmente mais associada ao verbo, os termos predicativos podem se referir também a adjetivos e advérbios (2004, p. 63).

Transportando, então, essa explicação para a definição de uma UT, caso a natureza do actantes semânticos de determinada unidade lexical confirmem a natureza especializada que ela carrega, segundo o primeiro critério apontado por L’Homme, quanto ao significado relacionado à área de especialidade, a unidade lexical poderá ser considerada uma UT. Um exemplo que se poderia apresentar dentro da área de especialidade da presente pesquisa é quanto ao termo “despliegue” (do verbo “desplegar”, que em português equivale a “desdobrar”), retirado do *corpus* espanhol, com 676 ocorrências, como no exemplo abaixo:

Ex.: “El primer despliegue de tropas bajo el mandato de la ONU tuvo lugar en 1948, en la operación ONUVT.”

Para que se possa compreendê-lo, é necessário considerar seus predicados semânticos, que, por sua vez, também podem ser considerados como uma UT, de acordo com o primeiro critério de L’Homme (com significados relacionados à área de especialidade em questão). Então, ter-se-ia, no caso de “despliegue”, três actantes semânticos, todos de natureza especializada: (1) quem “despliega” tropas (desdobra as tropas: que seria a ONU); (2) o que é “desplegado” (no caso: as tropas); e (3) onde é “desplegado” (no caso seria na ONUVT – missão ocorrida no Oriente Médio). Os três referem-se à área de especialidade em questão: a ONU, as

---

<sup>30</sup> Do francês “est un sens qui a des «trous» pour recevoir d'autres sens” (tradução nossa).

<sup>31</sup> Do francês: “Le sens de DONNER est un prédicat à trois arguments: quelqu'un [1] DONNE quelque chose [2] à quelqu'un [3]” (tradução nossa).

tropas e a missão em si no local (no terreno). Dessa forma, segundo a análise, “despliegue” pode ser considerado uma UT dessa área de especialidade estudada. O mesmo ocorre com o verbo que a originou (“desplegar”), que também deverá ser considerado uma UT.

O terceiro critério leva em conta o parentesco morfológico, que deve vir necessariamente acompanhado de um parentesco semântico, ou seja, os derivados das UT identificadas pelos dois primeiros critérios também serão, conseqüentemente, UT (L’HOMME, 2004, p. 65). Um dos exemplos que a terminóloga canadense utiliza é o de “Constituição”, que, caso seja considerada uma UT da área de Direito, todos os seus derivados igualmente o seriam: constitucional, constitucionalmente, inconstitucional...<sup>32</sup> (*idem*, p. 66). Um exemplo retirado do *corpus* espanhol seria o verbo “desplazar”, que em português refere-se a “deslocar-se” (de uma região conflituosa, por exemplo, ou de sua moradia, devido a conflitos – não possui o mesmo significado de “refugiar-se”, que se refere a pessoas que deixam seus países, dirigindo-se a outros). No *corpus* existem 206 ocorrências, considerando todos os derivados da raiz “desplaza-”. Assim, caso esse termo seja considerado, por outros critérios, como uma UT, dentro desse terceiro critério, todos os derivados de “desplazar” (“desplazado” e “desplazamiento”, por exemplo) poderiam ser considerados igualmente um UT, conforme exemplo abaixo, retirado do *corpus* espanhol.

Ex.: “Los desplazados, junto con los refugiados, son objeto de preocupación de los organismos internacionales.”

Faz-se necessário, no entanto, analisar cada caso, pois esse termo pode se referir, também, à língua geral, sem apresentar um sentido especializado, lembrando que existe uma transposição entre as áreas comuns e especializadas, com termos que se mesclam e se confundem. Dessa forma, um termo pode pertencer à língua geral, pertencendo, ainda, a uma linguagem de especialidade determinada.

O quarto critério seria analisar a relação paradigmática, ou seja, verificar a relação que a unidade lexical possui com outros termos já identificados de acordo com os critérios aqui mencionados (L’HOMME, 2004, p. 66). Como exemplo, aproveitando o trazido pela terminóloga em sua obra, seria o caso do verbo “acusar”; se considerado uma UT da área de Direito, em analogia a ele, o verbo “defender” também o deveria ser. Como exemplo do *corpus*, poderia se retomar o exemplo do segundo critério: “despliegue de tropas”. Se considerarmos

---

<sup>32</sup> Do francês: “constitution”; “constitutionnel”; “constitutionnellement”; e “inconstitutionnel” (tradução nossa).

“desplegar” como uma possível UT, deveria se considerar, igualmente, “redesplegar”, como no exemplo abaixo, do *corpus* espanhol:

Ex.: “Esta nueva misión y condiciones de empleo llevaron a la unidad a desplegar y redesplegar en muchos lugares del área de operaciones.”

De qualquer forma, o terminólogo que está analisando seus candidatos a termo precisa ser cauteloso e sempre procurar identificar as UT e UTC (assim como outros elementos terminológicos) a partir de *corpora* criados para esse fim. Ainda assim, todo cuidado é pouco, pois uma unidade lexical pode, em determinada oração, ser classificada como uma UT ou UTC, no entanto, em outra ocorrência, muitas vezes no mesmo texto especializado, pode não ser considerada terminologia específica da área em questão. L’Homme (2004, p. 66-67) utiliza um exemplo com a palavra “causa”<sup>33</sup>, que poderia ser transportado para a língua portuguesa com o mesmo efeito terminológico quanto à área de Direito:

Ex. 1: Os franco-católicos levaram sua causa aos tribunais.<sup>34</sup>

Ex. 2: (...) de qualquer pessoa absolvida por causa de alienação mental (...)<sup>35</sup>

Nesses dois exemplos, embora a palavra “causa” possua a mesma grafia, seu significado diverge. O parentesco morfológico não vem acompanhado do parentesco semântico em ambas as ocorrências. Têm-se uma UT específica da área de Direito no primeiro exemplo, mas uma unidade lexical da linguagem geral que não é considerada uma terminologia no exemplo 2.

Outro quesito importante a ser levado em conta seria o fato de que uma UT ou uma UTC pode ter vários significados, todos associados à mesma área de especialidade. L’Homme, para exemplificar, utiliza a palavra “acusação”, nos exemplos traduzidos para a língua portuguesa:

#### ACUSAÇÃO

*Como o tempo decorrido antes da acusação, se, por ser excessivo, provoca prejuízo ao acusado, é o artigo 7 ou a alínea 11 d) da Carta que deve ser invocada para demonstrar uma violação dos princípios da justiça fundamental ou um atentado ao direito de inculpá-lo a um julgamento justo.*

#### ACUSAÇÃO

*No segundo caso, o único obstáculo entre o suspeito e o envio de uma acusação é a decisão ‘ex parte’ do Ministério Público. Seria absurdo fornecer uma proteção durante o prazo de apelação ao acusado que foi absolvido e não para o suspeito que*

<sup>33</sup> Do francês: “cause” (tradução nossa).

<sup>34</sup> Do francês: “Les franco-catholiques portèrent leur cause devant les tribunaux” (tradução nossa).

<sup>35</sup> Do francês: “[...] de toute personne acquittée pour cause d’aliénation mentale [...]” (tradução nossa).

*aguarda a apresentação de uma acusação que ele sabe, só depende da decisão do Ministério Público.*<sup>36</sup> (2004, p. 67) (grifo nosso)

É possível perceber-se que, ao se comparar os exemplos acima, na primeira sentença, “acusação” refere-se ao ato de “acusar alguém”, enquanto no segundo exemplo, a mesma unidade lexical possui outro sentido, referindo-se a um documento jurídico, e, em ambos exemplos, o contexto é especializado, da área de Direito.

Além dessa possibilidade de múltiplos significados que uma mesma forma linguística pode comportar, existe, ainda, a possibilidade de a mesma forma pertencer a classificações gramaticais diferentes, como a palavra “informática”, que pode ser um substantivo, que designa uma área, ou um adjetivo, como nos exemplos:

Ex. 1: A informática revolucionou o mundo. (informática = substantivo)

Ex. 2: A revolução informática tomou conta do mundo. (informática = adjetivo)

Por isso L’Homme fala da necessidade de o terminólogo realizar uma revisão atenta, manual, pois esse tipo de problemas não é detectável na análise automática nos *corpora*, feita por um programa de computador (2004, p. 68-69).

Em síntese, a terminóloga canadense estabelece quatro critérios para a identificação de terminologias em áreas de especialidades (L’HOMME, 2004, p. 64-66), que são:

- 1º) a unidade lexical necessita possuir um significado relacionado à área de especialidade;
- 2º) a natureza dos “actantes semânticos” também necessita ser especializada;
- 3º) o candidato a termo necessita possuir um parentesco morfológico, acompanhado de um parentesco semântico com outro termo já identificado pelos critérios anteriores;
- 4º) é necessário haver uma relação paradigmática com outros termos já identificados pelos critérios anteriores.

---

<sup>36</sup> Do francês: “ACCUSATION Quant au temps écoulé avant l’accusation, si, parce qu’il est excessif, il cause préjudice à l’accusé, ce sont l’article 7 ou l’alinéa 1 d) de la Charte qu’il faut invoquer pour démontrer une violation des principes de justice fondamentale ou une atteinte au droit de l’inculpé à un procès équitable.” / ACCUSATION Dans le deuxième cas, le seul obstacle entre le suspect et le dépôt d’une accusation est la décision ex parte de la poursuite. Il serait absurde d’accorder une protection pendant la période d’appel à l’accusé qui a été acquitté et non au suspect qui attend le dépôt d’une accusation qui, il le sait, ne dépend que de la décision de la poursuite” (tradução nossa).

### 2.5.2.1 Analisando as unidades terminológicas complexas

Com relação às unidades terminológicas complexas, já definidas no tópico 4.1.1, buscou-se, nas notas de aula de Jean-Claude Boulanger, um critério para diferenciá-las dentro de textos de especialidade. Esse pesquisador, linguista e professor define a UTC como sendo uma “denominação composta por várias (duas ou mais) palavras simples, autônomas ou não, e que funciona como uma única unidade [lexical]”<sup>37</sup> (1993, p. 10). Assim, podem ser exemplos de UTC, dentro dessa concepção, levando-se em conta a área de pesquisa da presente dissertação: Tribunal Penal Internacional, Direitos Humanos, conflitos armados, Memorando de Entendimento e Direito Internacional Humanitário.

Os critérios levantados por Boulanger para diferenciar as UTC são: inseparabilidade, a comutação, a correspondência sinonímica, a coordenação, a anáfora e a determinação. Flávia Lamberti (2013, p. 59-60) explica melhor esses critérios, definindo cada um deles, conforme apresentado e exemplificado adiante:

- 1) Inseparabilidade – segundo esse critério, não é possível intercalar uma palavra qualquer na sequência lexical da UTC sem alterar o significado, ou seja, não se pode separar ou incluir novos elementos intercalando os que compõem a unidade terminológica. Um exemplo, dentro da área de investigação desta dissertação, seria “conflitos armados”, pois não se poderia inserir outro termo, como “conflitos agrários armados”, sem modificar o significado da UTC, na área de especialidade a que pertence.
- 2) Impossibilidade de comutação ou substituição – neste critério, dentro de uma sequência de elementos da UTC não pode haver substituição de um dos componentes por outro sem romper as relações semânticas da própria UTC. Por exemplo, “Direitos Humanos” não manteria a mesma relação semântica se fosse escrito “direitos das pessoas”, embora “humanos” e “das pessoas” tragam o mesmo significado. No primeiro caso existe uma UTC, é uma unidade que possui estabilidade e, inclusive, dá nome a um conjunto de legislação específicas. O segundo caso não é uma unidade consagrada para a mesma designação, por isso a relação semântica de ambas não se equivale.

---

<sup>37</sup> Do francês: “Dénomination formée de plusieurs (deux ou plus) mots simples, autonomes ou non, et qui fonctionne comme une unité simple” (tradução nossa).

- 3) Ocorrência de correspondência sinonímica – Dentro desse terceiro critério, o grupo lexical inteiro de uma UTC pode ser substituído por uma unidade simples (UT) ou por uma outra UTC, mantendo o significado intacto. São consideradas sinônimas, como nos casos “grupos armados”, “beligerantes” e “forças armadas” (essas três terminologias se equivalem, são sinônimas entre si, possuindo o mesmo significado). Nesse caso, diferente do segundo critério, não é uma comutação, mas uma correspondência, pois não está sendo trocado um elemento ou a sua ordem e sim todos os componentes da UTC.
- 4) Impossibilidade de coordenação ou anáfora – Por fim, segundo esse quarto critério de definição de uma UTC, não é possível coordenar os componentes da UTC com outro elemento ou de recuperá-lo anaforicamente por redução. Por exemplo, considerando-se a UTC “Direito Internacional Humanitário”, na coordenação de elementos, se substituir um dos componentes, como “direito global humanitário”, a relação semântica não seria mais a mesma e não se teria uma UTC. Um exemplo de tentativa de comutação pode ver-se na frase abaixo, extraída do *corpus* em português. Ex. 1: “... a Convenção de Genebra de 1864 inaugurou o chamado direito internacional humanitário.” (fonte: doc. 5)

Ex. 2: “... a Convenção de Genebra de 1864 inaugurou o chamado direito humanitário de várias nações.”

Na tentativa de comutar o termo “internacional” na UTC, o sentido da oração muda e a unidade terminológica com um sentido específico tem seu significado alterado, pois o termo do exemplo 2 não tem a mesma significação: um conjunto de legislações específicas adotadas em caso de conflitos.

Da mesma forma, caso se tente recuperar essa UTC por intermédio de uma anáfora, como “esse direito” ou “o internacional humanitário”, não é possível. Assim, em caso de anáfora, não seria possível utilizar a forma reduzida da UTC, como no exemplo 3 (nesse caso, a redução se deu pelo uso de uma sigla, o que se explicará melhor no capítulo 3):

Ex. 3: “... a Convenção de Genebra de 1864 inaugurou o chamado DIH.”

Caso se desejasse retomar por anáfora a UTC sublinhada, não seria possível reduzi-la para referenciar, como no exemplo 2:

Ex. 2: “Esse Direito é aplicável nos conflitos armados”.

Seria possível retomar anaforicamente substituindo o todo: “Esse conjunto de normas é aplicável nos conflitos armados”.

Assim, percebe-se que o exemplo 2 não mantém a relação semântica com o exemplo 1 extraído do *corpus* português, visto que a construção não é viável. Para Lamberti (2013, p. 60), somente a base poderia, dependendo do caso, ser recuperada anaforicamente, como nos exemplos abaixo:

Ex.:

- 1) “Um dos principais objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU) é manter a paz e a segurança internacional” (extraído do *corpus* português – grifo nosso).
- 2) “A Organização é uma consequência da percepção de que o morticínio ocorrido nas duas guerras mundiais não poderia se repetir” (adaptado de exemplo extraído do *corpus* português – grifo nosso).

No entanto, esse tipo de retomada anafórica nem sempre será viável, como nos exemplos 1 e 2, mesmo sendo o termo “Direito” o elemento base da UTC.

Esses critérios levantados por Boulanger e Lamberti, assim como os trazidos por L’Homme, facilitam o estudo da terminologia específica, principalmente diante de unidades complexas. Assim, na presente dissertação, procurar-se-á utilizar essas especificações apresentadas no decorrer desse tópico, a fim de identificar as UT e as UTC da área de missões de paz das Nações Unidas.

### **2.5.3 A estrutura conceitual de conhecimento de uma área especializada**

Antes de escolher os possíveis candidatos a termos da área de especialidade, é necessário estabelecer-se a estrutura conceitual de conhecimento da área que se estuda.

Segundo Flávia Lamberti e dentro de uma abordagem terminológica, uma linguagem de especialidade possui uma estrutura de conhecimento, que se constitui de conceitos relacionados entre si (2013, p. 57).

Para Sager,

*o léxico de uma língua consiste nos muitos subsistemas independentes que representam a estrutura do conhecimento de cada campo temático ou disciplina. Cada estrutura do conhecimento é constituída de conceitos inter-relacionados de diversos modos.*<sup>38</sup> (1990, p. 35)

Enquanto representantes linguísticos dos conceitos, os termos refletem a organização do conhecimento de determinada área de especialidade e sua estrutura conceitual. L’Homme também segue essa linha de raciocínio, ao enfatizar que, em uma área especializada, sua terminologia é o reflexo da organização do conhecimento que a área abrange, enquanto os termos denotam os conceitos que estão conectados uns aos outros, seja pelo gênero, espécie, parte ou todo. A terminóloga canadense ainda acrescenta que “A organização dos conceitos de uma área – sua estrutura conceitual ou seu sistema conceitual – guia o terminógrafo ao longo de seu trabalho de descrição...”<sup>39</sup> (L’HOMME, 2004, p. 25). Essa relação quanto à estrutura conceitual deve ser encontrada para que se possa estabelecer as relações existentes na área e levantar a terminologia específica. Lamberti, com base nas teorias de L’Homme e de Sager, apresenta uma proposta de relações conceituais para a definição de terminologias específicas, conforme pode-se ver a seguir. Sager (1990) e L’Homme (2004) estabelecem vários critérios para a definição da estrutura conceitual de conhecimento, no entanto, para a presente pesquisa, pretende-se adotar a definição de Lamberti, que analisou a teoria de ambos linguistas e definiu um critério próprio para esse tipo de definição.

Na presente dissertação, as relações encontradas entre as UT serão colocadas em forma de árvores conceituais, para que se possa organizar a terminologia específica da área em ambos os idiomas a que se propôs aqui analisar. Dentre outros estudiosos e linguistas, essa técnica é defendida, também, por Sager, que explica que esse modelo de árvore “nos permite manipular a distribuição dos conceitos ao longo de um *continuum*, assim como representar as variações na distância conceitual entre elementos sem que a estrutura relacional se veja afetada”<sup>40</sup> (1990, p. 38).

---

<sup>38</sup> Do espanhol: “el léxico de una lengua consiste en los muchos subsistemas independientes que representan la estructura de conocimiento de cada campo temático o disciplina. Cada estructura de conocimiento consiste en conceptos entrelazados de forma diversa” (tradução nossa).

<sup>39</sup> Do francês: “L’organisation des concepts d’un domaine – sa structure conceptuelle ou son système conceptuel – guide le terminographe tout au long de son travail de description” (tradução nossa).

<sup>40</sup> Do espanhol: “nos permite manipular la distribución de los conceptos a lo largo de un continuum, así como representar las variaciones en la distancia conceptual entre elementos sin que se vea afectada la estructura relacional” (tradução nossa).

Além disso, segundo Pavel e Nolet,

*A unidade terminológica é a etiqueta de um conceito em uma árvore conceitual. Pode ser uma palavra, um sintagma, um símbolo, uma fórmula química ou matemática, um nome científico em latim, um acrônimo, uma sigla ou a denominação ou o título oficial de um cargo, organismo ou entidade administrativa. (2002, p. 18-19)*

Além disso, Krieger e Finatto salientam a importância dessa fase, a que as autoras chamam de “árvore de domínio”, e explicam ser “um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma” (2004, p. 134). Segundo as autoras, as orientações para a confecção dessas árvores de domínio são recomendações da própria ISO (*International Standardization Organization*), instituição de cunho internacional que se dedica às normalizações técnicas, principalmente as normas ISO 860 (*Terminology work, harmonization of concepts and terms*), ISO 704 (*Principles and methods of terminology*) e ISO 10241 (*International terminology stands - preparation and layout*), que regulam a confecção de bases de dados terminológicos (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 133-134). Para as autoras, essa recomendação deixa o trabalho terminológico mais organizado.

Sager (1990, p. 55-64) apresenta algumas possibilidades de composição de árvores de domínio, segundo os tipos de relações que podem ser estabelecidas, dentro das áreas de especialidade. São:

- a) Relações genéricas – conhecidas, também, como relação gênero–espécie, estabelece uma ordem hierárquica, tendo, como hiperônimo, o termo mais amplo, que é superordenado, que abrange uma série de outros termos (hipônimos) com características conceituais mais restritas e específicas, considerados “tipos” do termo mais genérico. Essa é a mais comum e é utilizada como base para as taxonomias biológica e geológicas.

Ex.: hiperônimo: legislação

hipônimos: legislação internacional (tratados internacionais, convenções internacionais) / legislação federal (constituição, lei ordinária, lei complementar, medida provisória) / legislação estadual (constituição estadual)

Dentro dessa concepção, todos os hipônimos (o conceito superordenado) possuem as características do hiperônimo (conceitos subordinados) e tudo o que se pode dizer sobre o conceito genérico (legislação) também pode ser dito quanto aos conceitos específicos,

podendo-se acrescentar outras coisas sobre este último (o hipônimo) que não são aplicados ao hiperônimo (SAGER, 1990, p. 56).

No exemplo acima, tanto a legislação internacional, quanto as demais (legislação internacional, legislação federal e legislação estadual) são “tipos” de legislação, possuem as mesmas características que “legislação” possui. Por sua vez, todos os hipônimos – legislação internacional, federal e estadual – possuem outras características específicas, além das que seu hiperônimo apresenta. Essa classificação não limita a quantidade de hipônimos, podendo haver, ainda, muitos outros “tipos” de legislação. Essas relações podem ser apresentadas no formato de árvore de conceito, conforme figura 2.4.



Figura 1.4 – Árvore de conceito, segundo relação genérica da UT "legislação".

Cada nível imediatamente inferior traz um grau de especificidade maior e a extensão do conceito torna-se cada vez mais limitada, enquanto sua intensão torna-se mais complexa (SAGER, 1990, p. 57). Na árvore acima, por exemplo, “Lei de Crimes Ambientais” é um tipo de lei ordinária, que, por sua vez, é um “tipo” de legislação federal. Sua extensão é bastante limitada, pois se refere exclusivamente a questões ambientais. A UTC carrega todas as características de seu hiperônimo (legislação), que vão se tornando cada vez mais limitadas na medida em que os níveis da árvore vão baixando, até especificar essa lei, delimitando-a.

- b) Relação partitiva – também conhecida como relação parte-todo ou meronímica, indica a conexão existente entre conceitos formados por mais de uma parte e as partes que o compõem, como por exemplo: computador (todo), que é formado por partes, como: teclado (alfanumérico, numérico e de controle), CPU (microprocessador, circuitos integrados), monitor (tela). Esse tipo de relação também pode ser colocado em uma

árvore. Outros autores tentaram estabelecer subclassificações para as relações partitivas, porém, nesta dissertação não se adentrará nesse nível de detalhes.

- c) Relações associativas – também chamadas por Sager de relações complexas, referem-se a diversos tipos de relações, mais complexas que as anteriores, que podem ser estabelecidas entre conceitos, como no exemplo trazido por Sager: chuva ácida causada por explosão nuclear (relação causa-consequência).

Sager (1990, p. 62-63) faz uma lista de relações possíveis, salientando, porém, que essa lista pode se tornar bastante ampla, devido à quantidade de possíveis relações existentes. Podem ser exemplos: causa – efeito (explosão – chuva ácida); material – propriedade (cristal – frágil); objeto – contra-agente (veneno – antídoto); e atividade – lugar (mineração – mina de carvão).

O autor diz, ainda, que é possível criar-se subconjuntos dessas relações, mediante colocação dos conceitos em classes de referência conceitual (como objetos, métodos, propriedades, qualidades, estados e processos), que determinam as relações entre os conceitos, como no caso de relações de um produto ou um material, que só pode se dar entre entidades materiais. É possível, ainda, combinar a relação genérica com uma indicação da natureza, como “impressora laser” e “impressora matricial” – ambas são tipos de impressora, que se distinguem pelo modo como operam, ou como imprimem (SAGER, p. 63). Esse tipo de subdivisão, que leva em conta características particulares, chama-se “classificação facetada”, sendo utilizada, também, na Ciência da Informação.

- d) Relações interlinguísticas – para L’Homme (2004, p. 115), são relações conceituais de equivalência. É a relação estabelecida entre dois termos pertencentes a línguas distintas, que possuem o mesmo significado. Por possuírem os mesmos componentes semânticos, estão em relação de equivalência. A terminóloga canadense dá o seguinte exemplo desse tipo de relações, baseado em equivalente de uma ficha terminológica (*ibidem*):

Francês: ORDINATEUR

Inglês: COMPUTER

Definição: Dispositivo cuja função é processar dados digitais de modo automático<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Do original em francês: “Appareil dont la fonction est de traiter des données numériques de façon automatique” (tradução nossa)

## 2.6 A EQUIVALÊNCIA EM TEXTOS DE ESPECIALIDADE

Desde a década de 1960, a equivalência e seus múltiplos desdobramentos têm se tornado o foco dos estudos na área da tradução, inclusive, há quem afirme que o trabalho do tradutor deva estar centrado na busca de um equivalente na outra língua. Não se trata de um conceito novo. Roman Jakobson foi, provavelmente, o primeiro a mencionar o termo em um artigo<sup>42</sup> publicado em 1959, dentro de uma visão ainda estruturalista da língua (1973, p. 64). O linguista refere-se à tradução como sendo o uso de outra palavra, “mais ou menos sinônima” (*ibidem*, p. 65), confessando, em seguida, que a sinonímia não apresenta uma equivalência completa, pois os sinônimos não satisfazem a ideia de equivalência de uma determinada palavra. Então, nunca um termo revestirá exatamente o mesmo sentido, pois sempre haverá algum detalhe, por mais sutil que seja a diferença, que o distinga de outros. No entanto, quando Jakobson diz que “qualquer signo poder ser traduzido num outro signo” (*ibidem*, p. 66), a palavra “outro” não se refere especificamente a um “sinônimo” na língua de partida do texto, mas a uma equivalência, mesmo que imperfeita, na língua de chegada.

A ideia de equivalência começou, assim, a ser delineada, e essa preocupação de Jakobson ultrapassa os limites da conceptualização saussureana, preocupada puramente com o signo e aspectos estruturais da gramática. Em outro ensaio ainda, “Linguística e poética”, publicado em 1960, o linguista enfatiza a importância do contexto na compreensão da mensagem, com a ideia de que todo ato de comunicação requer mais que apenas um remetente, uma mensagem e um destinatário (*ibidem*, p. 122-124). Ele começa a olhar para o aspecto social, como um dos fatores que afetam a comunicação, mas não abandona por completo as concepções saussureanas.

Posteriormente, em 1965, John Cunnison Catford, também sob a ótica da Linguística Estruturalista, diz que “o problema central e na prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM [língua meta]” (1980, p. 23). O autor prossegue sua teoria, afirmando que “uma tarefa central em teoria da tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência de tradução” (*idem*). Catford levanta a questão da equivalência, ou

---

<sup>42</sup> Título em inglês: *On linguistic aspects of translation*. Em português: “Aspectos Linguísticos da Tradução”, segundo tradução constante nas referências bibliográficas.

a falta dela, com a preocupação centrada em aspectos formais, como diferenças gramaticais e elementos linguísticos que dificilmente possuiriam equivalentes em outras línguas (*ibidem*, p. 31-32). Para ele, a equivalência formal, também chamada “correspondência”, possui uma estreita relação com o uso adequado de classes ou categorias gramaticais. Assim, por exemplo, o correspondente de um verbo poderia ser apenas outro verbo.

O importante é que Catford, assim como Jakobson, acreditava que uma tradução literal não seria suficiente para transpor a mensagem de uma língua a outra (*ibidem*, p. 24-25). Encontram-se em ambos traços do que viria a ser, pouco mais tarde, um dos objetos da nova disciplina que estava sendo gestada, com foco no estudo das variações linguísticas no âmbito social da linguagem.

Quem realmente revolucionou a noção de equivalência, no entanto, foi Eugene A. Nida, que desenvolveu seus estudos linguísticos a partir da tradução da Bíblia. Em 1964, em seu livro *Toward a Science of Translating: With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating*, ele apresentou dois conceitos de equivalência: a formal e a dinâmica. Depois dele, inúmeros outros estudos surgiram. Maria Emília Pereira Chanut chega a apontar a existência de mais de 57 conceitos de equivalências relacionados à tradução, situados em planos diferentes (2012, p. 56).

Na presente dissertação, a pesquisa pretende utilizar duas teorias mais recentes, a equivalência funcional e a comunicativa, sempre procurando termos que se equivalham e que, acima de tudo, permitam tanto que o termo escolhido “funcione” em todos os sentidos na LC de uma tradução, quanto que mantenha os mesmos valores comunicativos que possuía na LP.

Para que se compreenda melhor essas duas equivalências, que são bastante próximas, adiante será apresentado, brevemente, o surgimento dessa teoria da equivalência e como se chegou a essa teoria que foi, aqui, adotada.

### **2.6.1 Os primeiros passos da teoria da equivalência com Nida**

Segundo a teoria de Eugene A. Nida, expressa no livro que escreveu junto com Charles R. Taber, diferente dos tempos passados, quando a grande preocupação do tradutor era com a forma da mensagem e peculiaridades estilísticas como o ritmo, a rima e os jogos de palavras, a tradução deve centrar-se na reação do leitor ante a mensagem traduzida, de modo a fazê-lo

reagir exatamente igual à reação que teria o leitor do texto na língua de partida (1982, p. 1). Nida e Taber trazem à discussão aquela velha pergunta que se faz, se uma tradução está correta, explicando que a resposta deveria ser outra pergunta: “correta pra quem?”. Para Nida, pode haver várias traduções consideradas como “corretas”, pois depende do público a quem se destina, por exemplo, para um especialista que está familiarizado com o texto original, até mesmo a tradução mais forçada e literal pode ser “correta”, visto que ele a compreenderá (*ibidem*, p. 1-2). Como se vê, a teoria de Nida direciona o foco para o leitor, em especial, sua reação ante a obra traduzida. É como se o tradutor “vestisse a pele” do autor da obra, para não “desvirtuar” o objetivo pretendido ao escrevê-la – uma teoria bastante utópica e idealista, mas importante para introduzir a questão e mudar o foco da preocupação do tradutor, ajudando a revolucionar os Estudos da Tradução, hoje considerada uma disciplina.

Para explicar melhor essa teoria de Nida, poder-se-ia dar, como exemplo, um texto escrito por um determinado autor de modo ambíguo, que, ao ser traduzido a outra língua, deverá preservar essa característica; da mesma forma, se o texto foi escrito para impressionar o leitor, também deve o fazer na língua de chegada do texto traduzido. Segundo Nida e Taber, “a tradução consiste em reproduzir, mediante uma equivalência natural e exata, a mensagem da língua original na língua receptora, primeiro quanto ao sentido e em seguida quanto ao estilo”<sup>43</sup> (1982, p. 12). Nesse contexto, uma equivalência natural é por eles classificada como a melhor, atentando-se, porém, que a tradução deve ser linguística e não cultural, exemplificando isso com a tradução do termo “endemoniado” na Bíblia que, ao ser traduzido como se interpretaria hoje, o sentido desejado à época não seria transmitido – segundo os autores, o termo utilizado atualmente poderia ser “mentalmente perturbado”, o que seria uma reinterpretação cultural do termo utilizado pelos autores na língua de partida (*ibidem*, p. 12-13). Mais adiante, Nida e Taber explicam melhor essa questão, acrescentando que a tradução cultural não passa de uma adaptação (em vez de tradução) e não é legítima (*ibidem*, p. 134).

Dessa forma, em sua teoria, Nida reforça que o tradutor precisa, acima de tudo, priorizar a equivalência dinâmica, que deve ser levada em conta antes da correspondência formal, sendo a primeira direcionada ao receptor da mensagem na LC, o leitor, que é o principal elemento do processo; e a segunda, direcionada à tradução mais literal e gramatical, está relacionada a uma tradução linguística, preocupada com a forma e questões gramaticais. Assim, mais que simplesmente ler e entender a mensagem, o leitor na LC deve decodificá-la, pois a comunicação

---

<sup>43</sup> Do inglês: “Translating consists in reproducing in the receptor language the closest natural equivalent of the source-language message, first in terms of meaning and secondly in terms of style” (tradução nossa).

transmite, também, sentimentos e preceitos. O leitor na LC deve, então, ser levado a sentir uma emoção semelhante à que o leitor do texto considerado “original” teria e responder ativamente de forma parecida como o faria o receptor da mensagem na LP (*ibidem*, p. 44).

Quanto à questão da possível falta de fidelidade em uma tradução baseada na equivalência dinâmica levantada por alguns, Nida e Taber respondem que “a fidelidade de uma tradução deve ser julgada pela reação de seus receptores, que tem que ser equivalente à dos receptores do original”<sup>44</sup> (*ibidem*, p. 28). Ambos os autores ainda acrescentam que, em alguns casos, as notas de rodapé ajudariam a fazer o leitor compreender algumas peculiaridades estilísticas. Os autores apresentam, ainda, uma possibilidade que só vem a ser colocada em prática, em questão de equivalências, algumas décadas depois: a equivalência funcional. Nida e Taber deixam claro que “o que se necessita é uma equivalência funcional, tanto no plano do conteúdo, como no de estilo”<sup>45</sup> (1982, p. 14).

## **2.6.2 Estudos levam a uma nova concepção de equivalência**

Como dito mais acima, a teoria da equivalência vem sofrendo modificações desde então, sendo cada vez mais aperfeiçoada dentro de diferentes concepções. Ainda na década de 1960, surgiram os primeiros estudos da Escola Tradutológica de Leipzig<sup>46</sup>, na qual se destacam nomes como o de Otto Kade, dentre tantos outros que muito contribuíram, e continuam contribuindo, para a área da tradução.

Com os estudos da Escola de Leipzig, passou-se a valorizar mais a atividade tradutória, enquanto interação complexa, com a finalidade de garantir a comunicação entre indivíduos ou grupos diversificados culturalmente, deixando de figurar como uma simples “transcodificação linguística” (WOTJAK, 2002-2003, p. 15). A bagagem sociocultural e os conhecimentos prévios do emissor e do receptor passaram igualmente a ser valorizados, considerando possíveis diferenças entre esses elementos, que pertencem a diferentes comunidades linguísticas e socioculturais (*ibidem*, p. 15).

---

<sup>44</sup> Do inglês: “whereas accuracy can only be rightly determined by judging the extent to which the response of the receptor is substantially equivalent to the response of the original receptors”(tradução nossa).

<sup>45</sup> Do inglês: “[...] it is functional equivalence which is required, whether on the level of content or on the level of style” (tradução nossa).

<sup>46</sup> Também chamada por alguns autores de “Escola Tradutológica de Leipzig”.

Kade, em 1968, definiu que as equivalências são “correspondências potenciais entre signos de uma língua e de outra” (MARTINS, 1999, p. 43) e enfatizou, ainda, ser importante que o conteúdo permaneça intacto. Como professor da Universidade de Leipzig (Alemanha), Kade, definiu que “traduzir consiste num processo de comunicação com o envolvimento de dois sistemas diferentes” (MOREIRA, 2014, p. 42). Segundo Kade, o processo se estrutura em três etapas: i) a comunicação que se dá entre o emissor da mensagem (autor) na língua de partida e o tradutor; ii) a transcodificação da mensagem (conteúdo do texto); e iii) a comunicação entre o tradutor e o receptor da mensagem na LC (*ibidem*).

Para Henri Vernay (1974), o tradutor deve ter como foco a “equivalência informativa” entre o texto na LP e na LC, necessitando, para isso, atentar para normas e necessidades da comunidade comunicativa a que pertence o texto (MOREIRA, 2014, p. 42-43). A equivalência, então, para Vernay, incide sobre o conteúdo, “em relação com o grupo de receptores do texto em língua de partida e com o grupo de receptores do texto em língua de chegada” (MOREIRA, 2014, p. 107).

Também foi em 1974 que Werner Koller, em seus estudos, definiu como objetivo do ato de traduzir a correspondência entre o “efeito comunicativo” do texto na LP e na LC, seguindo já uma linha de raciocínio de muitos autores da teoria funcionalista, segundo a qual a equivalência está na relação entre o texto da LP e o da LC (*ibidem*, p. 106).

Já Wolfram Wilss (1977) coloca a equivalência em destaque, sugerindo que o texto de chegada “respeite o princípio de equivalência comunicativa” (*ibidem*, p. 107), em especial quanto ao estilo e ao conteúdo. Também em 1977, Juliane House delinea um modelo baseado na Pragmática, na Teoria dos Atos da Fala e na Linguística Textual, segundo o qual a tradução é a “substituição de um texto em língua de partida por um texto em língua de chegada que, no tocante à semântica e à pragmática, seja um equivalente do primeiro” (*ibidem*, p. 43). House define equivalência nos níveis semântico e pragmático, tendo como primeiro requisito a correspondência entre a “função” do texto na LP e na LC (*ibidem*, p. 108).

Tais teorias foram aperfeiçoando os Estudos da Tradução, disciplina que começava a emergir, idealizada e fundada por Hans J. Vermeer no início da década de 1980. A *Skopostheorie*, ou teoria dos *Skopos* (ou “objetivos”), criada por Vermeer define novo significado ao conceito de fidelidade ao texto, que, então, “refere-se à coerência entre o translato [texto traduzido] e o texto de partida, a coerência textual” (MOREIRA, 2014, p. 165). Para Vermeer, o êxito da interação ocorre quando o receptor interpreta a mensagem de modo coerente com sua situação, sem que ocorra qualquer tipo de “descontentamento”, ou

“estranhamento”, seja quanto às formas linguísticas, sua transmissão, a linguagem utilizada ou o sentido da mensagem (VERMEER; REISS, 1996, p. 96-97).

Em outras palavras, o texto precisa chegar ao leitor da LC sem causar nenhum estranhamento, seja quanto à linguagem que traz ou ao sentido do léxico que carrega e da mensagem como um todo; enfim, a coerência deve integrar perfeitamente o texto de partida, o leitor e o texto de chegada, isso é o que Vermeer traz como fidelidade. Mais adiante, o tema é esclarecido melhor, quando o autor diz que “a informação produzida pelo tradutor (o translato) deve poder ser interpretada de um modo coerente em relação com a situação do receptor final”<sup>47</sup> (*ibidem*, p. 97).

Moreira explica essa questão com maior detalhe, esclarecendo que “devem ser coerentes, segundo Vermeer, (1) a mensagem codificada pelo produtor do texto de partida, (2) a mensagem interpretada pelo translador [tradutor] enquanto receptor e (3) a mensagem decodificada pelo translador enquanto (re-)produtor” (2014, p. 165).

Katharina Reiss foi outra pesquisadora que contribuiu para a conceituação da equivalência comunicativa. Sua teoria foi trazida na mesma publicação que marca o início do funcionalismo, junto com Vermeer, porém na segunda parte do livro (VERMEER; REISS, 1996, p. 6). Mesmo com essa dicotomia da obra publicada, ambos compartilhavam ideias fundamentais para a teoria que emergia, considerando, por exemplo, aspectos culturais e linguísticos na atividade tradutória, incluindo, em seus estudos, noções de Linguística e conhecimentos culturais. Segundo ambos, “a cultura tem prevalência sobre a língua, sendo, portanto, a ela superordenada, a Linguística Aplicada integraria, por seu turno, os Estudos Culturais” (*ibidem*, p. 149).

Reiss enfatiza, ainda, que a equivalência deve considerar que os sistemas linguísticos e culturais são constituídos de modo diferente de uma cultura a outra, por isso não é possível considerá-los iguais no momento da tradução (VERMEER; REISS, 1996, p. 112). Para ela, é preciso, ainda, diferenciar “equivalência” e “adequação”, sendo que esta última é considerada como uma relação entre o texto de partida e o de chegada, com base em um objetivo (*skopos*); enquanto a primeira designa a relação entre o texto de partida e o de chegada que pode preencher, em uma determinada cultura, funções comunicativas iguais, em níveis iguais (*apud* MOREIRA, 2014, p. 167).

---

<sup>47</sup> Do espanhol: “la información producida por el traductor (el translato) ha de poderse interpretar de un modo coherente en relación con la situación del receptor final” (tradução nossa).

Além da equivalência comunicativa, surge, ainda, a equivalência funcional, apresentada por Peter Newmark. Todos esses estudiosos mencionados acima contribuíram para o surgimento de uma teoria que abrangesse uma visão funcionalista, centrada na necessidade de comunicação entre indivíduos.

### **2.6.2.1 A equivalência funcional de Peter Newmark**

A equivalência funcional foi trazida por Peter Newmark em 1981. A teoria é apresentada por Helder Martins, que explica que seu estabelecimento

*obedece a dois pressupostos fundamentais [na tradução] que são, por um lado, a competência na língua materna e, por outro, a análise e compreensão do significado total da obra original, tanto no aspecto histórico e cultural como linguístico e literário. (1999, p. 43)*

Para o autor, esse pressuposto permitiria ao tradutor elaborar um texto na LC com a garantia de que a mensagem tenha o mesmo valor dentro do novo contexto e mantendo a mesma função que a mensagem possuía na LP.

Para Chanut, a equivalência funcional está relacionada ao procedimento pelo qual o tradutor procura, na LC, “elementos linguísticos, contextuais e culturais permitindo-lhe restituir um texto que pode ser funcional na cultura receptora” (2012, p. 58-59). Assim a “equivalência ideal” consistiria em que o texto na LC funcionasse e tivesse a mesma utilidade e finalidade prática que na LP (*ibidem*, p. 48). Reafirmando o que Martins explicitou mais acima, o tradutor deve construir um texto que cumpra, na LC, as mesmas funções do que na LP. Assim, se o texto for jurídico e demandar atos, deve-o fazer também na LC; se apenas informa fato ou acontecimento (como um relatório), deve fazê-lo igualmente na LC.

Um bom exemplo da aplicação dessa equivalência seria a tradução de provérbios ou expressões idiomáticas, que não aceitam uma tradução literal, por ocasionar a não compreensão da mensagem desejada. Nesse caso, o tradutor necessita buscar na LC um provérbio ou uma expressão que dê o mesmo sentido e tenha a mesma função da mensagem na LP. A fim de aclarar essa questão, vejamos o provérbio em espanhol “de tal palo, tal astilla”. Ao traduzi-lo literalmente para a língua portuguesa, o sentido provavelmente se perderá (a tradução literal seria algo como: “tal pau, tal lasca”). Um provérbio equivalente no Brasil seria “tal pai, tal filho”, que traz a mesma ideia do provérbio espanhol.

Outro exemplo poderia ser a tradução de uma anedota ou uma ironia. Seguramente, o tradutor necessitaria buscar na LC algo que tenha uma função bastante próxima (se o objetivo era trazer uma mensagem ou um aprendizado, ou apenas para fazer o leitor rir). Novamente, uma tradução literal não teria o mesmo efeito na LC, pois o público-alvo é outro, com outra cultura e outros conhecimentos de mundo.

Um exemplo interessante foi encontrado em uma página *web* de anedotas, contado, ao que parece, por uma professora colombiana:

*La profesora le preguntó [a Mariana] en donde se libró la batalla del siete de Agosto, ella le respondía: 'déjame pensar'. Como Mariana seguía pensando, la profesora le ayudó un poquito y le dijo: 'recuerda que era cerca de un puente'. Mariana muy orgullosa le respondió: 'sí, profesora, ya la recorde, fue en Puente Iglesias'.<sup>48</sup>*

Como traduzir para o português essa anedota sem prejudicar a compreensão e a função do texto? Qualquer pessoa que desconheça a história da Colômbia não compreenderá a mensagem corretamente, pois “la batalla del siete de Agosto” refere-se a uma passagem histórica sobre a independência do país (a Batalha de Boyacá) e a ponte é a “Ponte de Boyacá”.

### **2.6.2.2 A equivalência comunicativa**

Chega-se, então, ao último conceito de equivalência a ser abordado aqui: a equivalência comunicativa, que muitos consideram similar à funcional, porque o texto na LC deve manter a mesma função comunicativa que o texto na LP. A bem da verdade, a equivalência comunicativa não se distancia muito da funcional, apesar de o tradutor ter que considerar mais aspectos socioculturais, como nos exemplos acima, de modo que a comunicação não fique prejudicada. Como fazer um leitor compreender situações como a “Batalha de Boyacá”, um tema tão específico na história da Colômbia? Seria como exigir que um estrangeiro saiba o local em que Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil.

Diferenciando-se das demais concepções, a equivalência comunicativa deixou para trás a preocupação com aspectos linguísticos e textuais e a utopia de ter que “adivinhar” um possível comportamento do leitor. Além dos conhecimentos prévios, devem ser observadas, ainda, as expectativas do receptor, que vive em uma realidade diferente, para garantir um efeito comunicativo mais próximo do intencionado pelo tradutor e pelo próprio autor do texto na LP.

---

<sup>48</sup> Do site: [<http://bebediversionyaprendizaje.blogspot.com.br/p/anecdotas-de-ninos.html>]. Acesso em: 26 jun. 2016.

Segundo Wotjak, o que deve predominar na tradução é a equivalência comunicativa, a fim de garantir que os valores comunicativos na LP e na LC coincidam em sua totalidade. O autor explica melhor, dizendo que

*podemos deslocar as indicações comunicativas léxico-textuais de uma dada oração do TO [texto de origem] (por exemplo, de uma unidade fraseológica para a qual não se encontra correspondência fraseológica no TM [texto meta]) a outro lugar diferente do TM, onde no TO não aparece, por exemplo, uma unidade fraseológica com seu típico valor expressivo. Trata-se da técnica traducional da transposição semântico-pragmática que serve para compensar a perda local de expressividade em outra parte do TM e garante, assim, a equivalência comunicativa no TM em seu conjunto.<sup>49</sup> (1995, p. 107)*

Com essa teoria, seria possível fazer o leitor na LC compreender uma anedota como a do tópico anterior, transpondo todo o entendimento para a cultural de chegada e permitindo que o objetivo comunicativo se concretize. No exemplo trazido pela anedota, caso se tivesse que a traduzir para o português brasileiro, seria possível fazer o leitor na LC compreender a ideia apresentada pelo autor na LP, se as partes culturalmente identificadas fossem substituídas. Por exemplo, a professora perguntaria a um aluno em que margens ocorreu o “Grito de Independência”, acrescentando, como dica, que seria às margens de um rio famoso. Para caracterizar o sentido cômico, e o aluno poderia responder “às margens do Rio Amazonas” – agora sim um leitor brasileiro poderia compreender a anedota. Wotjak ainda complementa, ao explicar que

*para poder transferir ao TM a denominação/qualidade de tradução, esta deve ostentar um valor comunicativo igual ou até muito coincidente ao valor comunicativo que lhe atribuem os receptores da língua de partida e/ou o emissor ao TO.<sup>50</sup> (ibidem, p. 108)*

Com isso, buscou-se explicitar melhor esses dois conceitos que foram aplicados na pesquisa que constarão dos próximos capítulos. Ambas teorias (a da equivalência funcional e da comunicativa) se complementam, sempre com foco na compreensão máxima do leitor na LC, a fim de que a mensagem seja precisa funcional e comunicativamente.

---

<sup>49</sup> Do espanhol: “Podemos desplazar las indicaciones comunicativas léxico-textuales de una oración dada del TO (por ejemplo, de una unidad fraseológica para la cual no se encuentra correspondencia fraseológica en el TM) a otro lugar distinto del TM, donde en el TO no aparece, por ejemplo, una unidad fraseológica con su típico valor expresivo. Se trata de la técnica traducional de la transposición semántico-pragmática que sirve para compensar la pérdida local de expresividad en otra parte del TM y garantiza así la equivalencia comunicativa en el TM en su conjunto” (tradução nossa).

<sup>50</sup> Do espanhol: “para poder transferirle al TM la denominación/cualidad de traducción, éste debe ostentar un valor comunicativo igual o hasta muy coincidente al valor comunicativo que le atribuyen los receptores de la lengua de partida y/o el emisor al TO” (tradução nossa).

### 3 MATERIAL E MÉTODO PARA A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo pretende-se explicar melhor como ocorreu a preparação para o desenvolvimento da pesquisa em si, incluindo a organização do material, bem como será detalhado o método escolhido para executar a investigação para a elaboração de um Vocabulário Bilíngue de Missão de Paz da ONU, no par linguístico e direção espanhol – português.

O primeiro passo foi conhecer um pouco mais sobre a ONU e como são processados os documentos que tramitam pelo organismo. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico e análise de documentação e das bibliografias a respeito da instituição e de atividades desempenhadas na área de missões de paz, a fim de embasar e direcionar o foco do estudo e poder compreender melhor a terminologia específica da área, visto que cada unidade terminológica, no vocabulário, necessitará de definição. Nos tópicos subsequentes, são trazidas algumas das informações consideradas de maior relevância para a pesquisa.

#### 3.1 O QUE É A ONU E COMO NASCEU UM ORGANISMO DESSA MAGNITUDE

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer, mesmo que de modo sucinto, o que vem a ser a Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas, como é mais conhecida em muitas línguas (*United Nations*, em inglês; *Nations Unies*, em francês; *Naciones Unidas*, em espanhol). O Diplomata brasileiro Ronaldo Mota Sardenberg apresenta, em seu livro, uma boa definição do que é e do que representa a ONU:

*As Nações Unidas estão presentes no encaminhamento dos macroproblemas internacionais de natureza política, militar, econômica, social, ambiental e jurídica. Em outras palavras, a ONU funciona seja como instância de mediação ou interveniência em situações críticas, isto é, altamente conflituosas, seja como foro para a paulatina construção da ordem internacional. (2013, p. 15)*

Essa explicação sintetiza bem o propósito da organização, gestada em um cenário de grande conflito e enormes atrocidades, em plena Segunda Guerra Mundial. Para alguns estudiosos, talvez o embrião dessa entidade tenha sido a Liga das Nações, criada para ser uma

“associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e a assegurar o cumprimento das normas de direito internacional” (PAGURA, 2010, p.36), legado que a ONU herdou.

Essa ideia de ter uma organização preocupada com o coletivo aprimorou-se após o mundo presenciar os horrores de duas Grandes Guerras Mundiais, tão próximas, que fizeram esse desejo se materializar em uma sigla que ficaria mundialmente conhecida: ONU (ou apenas UN, da sigla em inglês, que estampa todo o material utilizado pelo organismo em suas atividades).

Em abril de 1945, representantes de 50 países reuniram-se na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em São Francisco (EUA), episódio em que foi redigida a “Carta das Nações Unidas”, assinada, em junho do mesmo ano.

A Guerra teve fim em agosto de 1945 e, em 24 de outubro, a ONU nasceu definitivamente, após a ratificação da Carta, com o objetivo de manter a paz mundial, defender os direitos humanos e promover o progresso das nações. Hoje a instituição possui 193 países-membros, também chamados de Estados-Membros (ONU, 2016).

Cabe salientar que, para a ONU, a mediação deve ser “não violenta e não coercitiva; tem como objetivo a redução ou prevenção da violência e um desfecho pacífico e, se possível, duradouro (MELLO; LAPIERRE, 2012, p. 275). Além disso, tal intervenção pode ocorrer em várias fases: antes do conflito, por meio da diplomacia preventiva; durante o conflito, por intermédio de *peacemaking*; e após um conflito, com a finalidade de apoiar a implementação de um acordo de paz ou de atividades de consolidação da paz (*ibidem*, p. 276).

Quanto a sua estrutura, além dos órgãos principais (Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Administração Fiduciária, Corte Internacional de Justiça e Secretaria), também fazem parte do Sistema das Nações Unidas, em diferentes esferas de atuação, diversos organismos. Dentre eles, alguns dos mais conhecidos e mencionados pela mídia são: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

### 3.1.1 Os idiomas oficiais da ONU para a tramitação de documentos

Os documentos que tramitam na ONU são redigidos e traduzidos aos idiomas oficiais, isso se percebe ao entrar em sua página *web* do organismo e ver as opções no alto, definindo em que idioma<sup>51</sup> o leitor deseja utilizar o portal.

A Carta das Nações Unidas, de 1945, que deu origem ao organismo, não fala claramente em idiomas oficiais. Em seu artigo 111, apenas está expresso que o documento em questão viria redigido em cinco idiomas (chinês, francês, russo, inglês e espanhol), todos considerados “igualmente originais” (BRASIL, 1945). Essa é a primeira referência que é feita à questão de traduções de documentos no organismo internacional.

A primeira resolução da Assembleia Geral da ONU, órgão deliberativo máximo do organismo, aprovada em 24 de janeiro de 1946<sup>52</sup>, delibera como “idiomas oficiais”, sem explicar claramente o que vem a ser essa definição, para todos os órgãos das Nações Unidas, exceto para a Corte Internacional de Justiça (que seguia regras próprias): chinês, francês, inglês, russo e espanhol; enquanto que os “idiomas de trabalho” seriam inglês e francês (ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS, 1946).

A falta de definição do que a ONU considerava “idioma de trabalho” e “idioma oficial” é explicitada no relatório realizado em 2011 sobre multilinguismo, solicitado pelo então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Os relatores, Papa Louis Fall e Yishan Zhang, mencionam outros relatórios que haviam chegado à mesma conclusão, alegando que em nenhum dos órgãos da ONU foi possível localizar a referência (2011, p. 7).

No entanto, o que se entende ao ler a primeira resolução é que o idioma de trabalho seria o utilizado nas conferências, aos quais teriam que ser traduzidos os discursos realizados em um dos idiomas oficiais. Além do que, os idiomas de trabalhos seriam os da interpretação (para as comunicações orais e discursos) e os usados nas conferências, enquanto os oficiais seriam os de toda a documentação do organismo. Depreende-se, assim, ao analisar outros documentos, que os idiomas considerados “oficiais” seriam os das traduções de toda a documentação, as atas e os relatórios, produtos finalísticos do organismo, que seriam disponibilizados após as conferências e reuniões.

---

<sup>51</sup> Todos os documentos da ONU referem-se a “idioma”, por isso, neste artigo, será utilizado esse termo para se referir a determinada língua.

<sup>52</sup> Resolução A/RES/1(I).

Devido à obscuridade no que se refere à definição do que se considerava “oficial” e “de trabalho”, cada órgão da ONU poderia fazer sua própria interpretação. O que normalmente ocorria era que os órgãos acabavam discutindo e definindo segundo pareceres da própria Assembleia Geral.

Os idiomas de trabalho sofreram modificações posteriores ao Regulamento da Assembleia Geral. Em 11 de dezembro de 1948, o espanhol também foi incluído; em 22 de janeiro de 1969 foi a vez do russo; em 18 de dezembro de 1973, pela Resolução 3179, foi o chinês que se incorporou a esse rol; nessa mesma data, a Resolução 3190 incluía, finalmente, o sexto idioma, o árabe, tendo-se, igualmente, sido designado como uma das línguas oficiais da Assembleia Geral.

Atualmente, o capítulo VIII, artigos 51 a 57 do Regulamento da Assembleia Geral, traz que tanto os idiomas oficiais quanto os de trabalho são: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. Segundo esse Regulamento, todos os discursos, atas, resoluções e outros documentos devem ser redigidos em todos os seis idiomas, assim como o Diário das Nações Unidas (ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS, 2008).

Assim, consegue-se estabelecer um quadro representativo síntese desse breve histórico da delimitação de línguas de uso na Assembleia Geral da ONU, conforme se vê no quadro 3.1. As datas se referem a quando foram estabelecidas essas línguas como “idioma oficial” ou “de trabalho”.

*Quadro 1.2– Síntese da inclusão dos idiomas na Assembleia Geral da ONU.*

<b>Órgão</b>	<b>Idioma</b>	<b>Idioma de trabalho</b>	<b>Idioma Oficial</b>
Assembleia Geral	Francês	24 de janeiro de 1946	24 de janeiro de 1946
	Inglês		
	Espanhol	11 de dezembro de 1948	
	Russo	22 de janeiro de 1969	
	Chinês	18 de dezembro de 1973	18 de dezembro de 1973
	Árabe		

*(Fonte: autor)*

Quanto ao Conselho de Segurança, órgão principal cuja responsabilidade é a manutenção da paz e da segurança internacionais, seu Regulamento Provisório, de 27 de junho de 1946, capítulo 8, artigos 41 a 47, determinou que chinês, inglês, francês, russo e espanhol deveriam ser considerados idiomas oficiais; enquanto os idiomas de trabalho seriam inglês e francês. Somente em 22 de janeiro de 1969 foi decidido incluir o russo e o espanhol como idiomas

de trabalho<sup>53</sup>, com o objetivo de promover um “enriquecimento” cultural, além de ser “um meio para alcançar os objetivos fixados pela Carta das Nações Unidas” (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 1969).

Posteriormente, a Resolução nº 345, de 17 de janeiro de 1974, incluiu o quinto idioma, o Chinês, pois sua inclusão como idioma de trabalho melhoraria a eficiência das atividades da organização, pois os demais idiomas oficiais já haviam sido incluídos como idiomas de trabalho<sup>54</sup> (*idem*, 1974).

Por fim, a Resolução 528, de 18 de dezembro de 1982, decidiu incluir o árabe como sexto e último dos idiomas da ONU (até o momento), tanto como idioma oficial, como de trabalho. A explicação dada é de que, além de ser a língua de 19 Estados-Membros das Nações Unidas, o árabe recentemente havia sido incluído como idioma oficial e de trabalho da Assembleia Geral, que considerava “a importância do papel do idioma árabe no que se refere a preservar e difundir a civilização do homem e sua cultura” (*idem*, 1973).

O quadro 3.2 traz uma síntese da inclusão dos idiomas no Conselho de Segurança e as datas são as que os definiram como sendo “oficial” ou “de trabalho”.

Quadro 1.3 – Síntese da inclusão dos idiomas no Conselho de Segurança da ONU.

Órgão	Idioma	Idioma de trabalho	Idioma Oficial
Conselho de Segurança	Francês	27 de junho de 1946	27 de junho de 1946
	Inglês		
	Espanhol	22 de janeiro de 1969	
	Russo		
	Chinês		
	Árabe	18 de dezembro de 1982	

(Fonte: autor)

Além desses órgãos principais da ONU, é preciso, ainda, considerar os organismos do Sistema das Nações Unidas. Segundo o relatório realizado em 2011, ficou constatado que, com relação ao uso dos idiomas oficiais e de trabalho desses organismos, cada um escolhe aqueles que mais lhe convém, de acordo com o tipo de atividade que realiza, as relações que estabelece e o local em que está sediado. A sínteses encontra-se no quadro 3.3, adaptado do relatório de Fall e Zhang sobre multilinguismo.

<sup>53</sup> Alteração provocada pela Resolução 2479, da Assembleia Geral, de 21 de dezembro de 1968.

<sup>54</sup> Segundo a Resolução 3189, da Assembleia Geral, de 18 de dezembro de 1973.

Quadro 1.4 – Síntese do uso dos idiomas nos organismos do Sistema da ONU.

Organização	Idiomas Oficiais						Idiomas de Trabalho					
	Ar	Ch	Es	Fr	In	Ru	Ar	Ch	Es	Fr	In	Ru
Secretaria das Nações Unidas	X	X	X	F	X	X				X	X	
CESPAO	X			X	X		X			X	X	
CESPAP		X		X	X	X				X	X	
CEPAL			X	X	X				X	X	X	
CEPA	X			X	X		X			X	X	
CEPE				X	X	X				X	X	X
UNCTAD	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	
PNUD			X	X	X				X	X	X	
FNUAP	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
UNICEF	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
ACNUR	X	X	X	X	X	X				X	X	
PMA	X	X	X	X	X	X					X	
PNUMA	X	X	X	X	X				X	X	X	
ONU-Hábitat	X	X	X	X	X	X				X	X	
OOPS	X				X						X	
ONUDD	X	X	X	X	X	X				X	X	
UNOPS	X	X	X	X	X	X				X	X	
OIT <sup>1</sup>			X	X	X		X	X	X	X	X	X
FAO <sup>2</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UNESCO <sup>3</sup>	X	X	X	X	X	X				X	X	
OACI	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
OMS <sup>4</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UPU				X						X	X	
UIT	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
OMM	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
OMI	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
OMPI <sup>5</sup>							X	X	X	X	X	X
ONUDI	X	X	X	X	X	X				X	X	
OMT	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
OIEA	X	X	X	X	X	X					X	

**Legenda:**

**Ar:** árabe; **Ch:** chinês; **Es:** espanhol; **Fr:** francês; **In:** inglês; **Ru:** russo

1- Nos idiomas de trabalho, o organismo acrescentou, ainda, o alemão.

2- Nos textos fundamentais da FAO não é definido os idiomas oficiais e de trabalho, a referência é apenas relacionada a idiomas da organização. São utilizados, ainda, outros idiomas, como alemão e português, em determinados períodos de sessão.

3- Nos idiomas oficiais, o organismo acrescentou, ainda, hindi, italiano e português.

4- São utilizados todos os idiomas oficiais como idiomas de trabalho das reuniões de seus órgãos diretores. Não existe determinação de idiomas de trabalho para a secretaria, mas permite que cada escritório use o idioma mais conveniente de acordo com o local em que esteja alocado e o tipo de trabalho executado.

5- Nos textos constitutivos não há referência a idiomas oficiais, existe apenas referência a idiomas de trabalho. A organização utiliza também outros idiomas, como o alemão, o japonês ou coreano em determinados comitês.

Fonte: FALL; ZHANG, 2011.

### 3.2 O QUE SÃO MISSÕES DE PAZ

Segundo o próprio portal da ONU, o conceito de “manutenção da paz” das Nações Unidas nasceu e se desenvolveu em um mundo de rivalidades acirradas devido à Guerra Fria. Em meio a conflitos, as metas para essa manutenção da paz estavam relacionadas inicialmente a manter o cessar-fogo e estabilizar essas regiões conflituosas, dando suporte para que os esforços políticos conseguissem pacificamente resolver os conflitos<sup>55</sup>. Para o diplomata brasileiro Eduardo Uziel, “as operações de manutenção da paz estão no âmago de um complexo mecanismo de segurança coletiva que é parte do funcionamento das Nações Unidas” (2010, p. 18), tendo se tornado a principal coadjuvante das ações desse organismo para manter a paz e a segurança em nível mundial.

Essas operações devem ser estabelecidas pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral da ONU e a eles devem ser enviados relatórios periódicos sobre o andamento das atividades (*ibidem*, p. 22). Além do que, são financiadas por contribuições de todos os membros do organismo e estão sob comando e controle do Secretário-Geral e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO – sigla em inglês). Elas englobam não apenas militares, mas também policiais e pessoal civil e o uso da força pode ocorrer somente em legítima defesa (*ibidem*).

A primeira missão desse tipo data de maio de 1948, denominada de Organismo das Nações Unidas para a Vigilância da Trégua (ONUVT), que até hoje mantém observadores militares no Oriente Médio para supervisionar o cessar-fogo, os acordos de armistício, evitar que incidentes isolados alcancem maiores proporções e ajudar outras operações de manutenção da paz na região. No ano seguinte, em 24 de janeiro de 1949, a ONU iniciou sua segunda missão, nos mesmos moldes, enviando um Grupo de Observadores Militares à Índia e ao Paquistão, atividade que perdura até hoje. Em ambas as missões, os observadores não utilizavam qualquer tipo de armamento para suas atividades cotidianas.

A primeira missão de manutenção da paz armada da ONU foi a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (FENU I), que enviou tropas, em 1956, para resolver a crise no Canal de Suez, a fim de garantir e supervisionar o cessar de hostilidades e a retirada de forças

---

<sup>55</sup> Segundo portal da ONU, disponível em [[www.un.org/es/peacekeeping/operations/early.shtml](http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/early.shtml)]. Última consulta em 11 jul 2017.

armadas da França, de Israel e do Reino Unido do território egípcio<sup>56</sup>. Essa também foi a primeira missão em que o Brasil participou, enviando uma tropa para atuar na região (o Batalhão Suez).

Atualmente existem 15 operações em curso, com a finalidade de manter a paz mundial, todas dirigidas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO). Existem outras operações dirigidas por outros organismos, não relacionados diretamente com a ONU, como a Organização dos Estados Americanos, que mantém missões de desminagem, por exemplo, na Colômbia.

Para Uziel, “as Nações Unidas comandam o segundo maior número de tropas em atividade – atrás somente dos EUA” (2000, p. 18), e ele acrescenta, ainda, que se trata de um mecanismo muito menos dispendioso do que o empregado pelos EUA para tentar solucionar conflitos (*idibem*, p. 19). É necessário ressaltar que a ONU também estabelece missões políticas especiais que, administrativamente, são distintas das operações de manutenção da paz (UZIEL, 2000, p. 23). No entanto, essas não serão objeto da presente pesquisa.

### **3.2.1 O Brasil nas missões de paz**

Como dito acima, o Brasil participou de sua primeira missão de manutenção da paz das Nações Unidas com o envio do Batalhão ao Canal de Suez ao Egito em 1947. Desde então, diversas outras missões contaram com militares e civis brasileiros. Considerando apenas o Exército Brasileiro, já foram quase 30 mil militares engajados nesse tipo de missão, segundo dados da Seção de Missões de Paz do Estado-Maior do Exército.

No início de 2017, o Brasil ocupava a 20ª posição no *ranking* de países contribuidores de tropa<sup>57</sup>, com cerca de 1.301 militares (804 do Exército, 452 da Marinha, 37 da Força Aérea e 08 policiais militares) atuando diretamente em missões de paz, seja como observador (missão individual) ou com o emprego de tropa (como no Haiti, a mais conhecida atualmente), conforme pode ser observado na tabela 3.1.

---

<sup>56</sup> Segundo portal da ONU, disponível em [[www.un.org/es/peacekeeping/operations/early.shtml](http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/early.shtml)]. Última consulta em 11 jul 2017.

<sup>57</sup> Segundo a Seção de Missão de paz do Estado-Maior do Exército.

Tabela 1.1 – Missões da ONU em que o Brasil possui efetivo.

MISSÃO	EFETIVO	EXÉRCITO	MARINHA	FORÇA AÉREA	PM
<b>MINUSTAH</b> (Haiti)	983	<i>Force Commander</i> (1 general) + 765 militares	182 militares	32 militares	3
<b>UNIFIL</b> (Líbano)	270	7 militares	263 militares	0	0
<b>MINUSCA</b> (Rep. Centro-Africana)	6	5 militares	1 militar	0	0
<b>MINURSO</b> (Saara Ocidental)	10	7 militares	1 militar	2 militares	0
<b>MONUSCO</b> (Congo)	1	1 militar	0	0	0
<b>UNFYCIP</b> (Chipre)	2	2 militares	0	0	0
<b>UNMISS</b> (Sudão do Sul)	12	7 militares	1 militar	2 militares	2
<b>UNISFA</b> (Sudão /Sudão do Sul)	2	0	1 militar	1 militar	0
<b>UNIOGBIS</b> (Guiné-Bissau)	4	1 militar	0	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>1.301</b>	<b>804</b>	<b>452</b>	<b>37</b>	<b>08</b>

Fonte: Seção de Missão de paz do Estado-Maior do Exército – dados do início de 2017.

Como se viu, o Brasil já participou de muitas missões, seja com o envio de tropas ou em missões individuais, e frequentemente surgem novos convites para que o País contribua com esse tipo de atividade, como as atuais negociações para uma nova missão na República Centro-Africana. No entanto, a grande questão é: por que é importante para o Brasil fazer parte desse tipo de atividade? Para Uziel, “o engajamento brasileiro na reforma do Conselho de Segurança e a busca de um assento permanente em eventual configuração expandida dão testemunho da importância atribuída pelo Brasil ao CSNU como peça central da política global” (2010, p. 19). Mello e Lapierre complementam essa ideia, afirmando que o papel que o Brasil tem desempenhado “complementa e fortalece o seu *status* de país emergente, pleiteando um assento permanente no Conselho de Segurança” (2012, p. 275)

Precisa-se levar em conta, ainda, que a resolução pacífica de conflitos é parte dos interesses estratégicos do Brasil, não apenas como potência regional, mas também no papel de ator global emergente. Além disso, o País possui uma tradição pacífica e diplomática, que o coloca “em posição vantajosa para exercer um papel de liderança nessa área, com uma atuação e inserção pautadas no pacifismo, no respeito ao direito internacional” (*ibidem*, p. 282). Isso contribui diretamente, ainda, com a manutenção da estabilidade política e estratégica regional,

o que ajuda a evitar conflitos que possam vir a desestabilizar o continente (MELLO; LAPIERRE, 2012, p. 284).

Dentre algumas das motivações que Uziel (2010, p. 90-91) traz para justificar a decisão do Brasil em participar de operações de paz, figuram:

- inserir o País no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas;
- aumentar a influência brasileira nos órgãos de tomada de decisão da ONU;
- cumprir preceitos que regem as relações internacionais do País (artigo 4º da Constituição Federal, de 1988);
- reforçar o multilateralismo e inserir os interesses brasileiros entre os que orientam as decisões;
- validar a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança;
- aproveitar oportunidades de cooperação;
- proporcionar maior experiência internacional para as Forças Armadas.

### **3.3 ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO BILÍNGUE DE MISSÕES DE PAZ DA ONU**

Como se viu no segundo capítulo desta dissertação, a Terminografia, de acordo com Krieger e Finatto, é a parte mais prática da Terminologia, voltada, principalmente, à produção de obras terminográficas (2004, p. 50). Dentre as mais conhecidas desse tipo de obra, encontram-se glossários e dicionários especializados mono, bi ou plurilíngues. O “vocabulário” está entre um tipo de obra terminográfica não tão conhecida quanto as demais.

A presente pesquisa trabalhou com a ideia de elaborar uma obra de caráter bilíngue, no par linguístico e direção espanhol – português, visto que o primeiro é um dos idiomas oficiais da ONU e possui uma terminologia já consagrada em documentações e arquivos do próprio organismo. Em contrapartida, na língua portuguesa falada no Brasil, a terminologia específica da área ainda se encontra em fase de consolidação, pois, além de não ser um dos idiomas oficiais da ONU, não existe uma padronização, tampouco obras de referência sobre esse tema que englobem o português e o espanhol. É preciso lembrar que um dos fatores que contribuíram para esse quadro foi que o Brasil ficou cerca de 20 anos sem participar desse tipo de atividade,

tendo retornado somente após o fim dos governos militares, o que torna essa área de missões de paz da ONU relativamente nova, para que se tenha uma terminologia totalmente consolidada.

Dessa forma, além de realizar o levantamento da terminologia específica em língua espanhola, com base em um *corpus* nesse idioma, como detalhado mais adiante, pretende-se, aqui, buscar, no *corpus* em português, a terminologia equivalente utilizada no Brasil. Em seguida, buscar-se-á definir cada UT e UTC, de modo simples e direto, sem entrar em regionalismos e sem esgotar o tema.

Com isso, a obra fruto deste estudo terá entradas retiradas do *corpus* espanhol, seguidas da unidade terminológica equivalente em língua portuguesa e sua definição, também em português. Futuramente, a obra poderá ganhar um maior vulto, acrescentando-se o processo ao contrário, com entradas em língua portuguesa, sua equivalente em espanhol e a respectiva definição, também em espanhol, bem como as fraseologias da área. Além do que, estudos sobre variação linguística tampouco serão foco desta investigação, principalmente devido ao tempo exíguo que se possui para a conclusão da pesquisa, e uma obra dessa magnitude demandaria uma análise mais profunda na língua espanhola, incluindo possíveis variantes coocorrentes que as unidades terminológicas possam apresentar.

### **3.3.1 O que é um Vocabulário, enquanto obra terminográfica**

Antes de iniciar um trabalho terminográfico como o pretendido aqui, é de fundamental importância a compreensão de que “a descrição de uma linguagem especializada jamais se esgotará na obtenção de uma simples lista de termos: eles são apenas uma parcela da totalidade” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 191). Isso quer dizer que não basta apenas reunir um grupo de palavras e acreditar que formou um glossário ou dicionário especializado, existem muitas condicionantes a serem observadas, como as que estão sendo apresentadas adiante.

A grande maioria das pessoas já utilizaram um dicionário ou um glossário para sanar dúvidas, são obras de uso comum. No entanto, obras de cunho terminográfico, em geral, possuem um caráter mais específico, pertencente a uma ou mais áreas de especialidade. Têm-se, também, dicionários e glossários, mas direcionados a alguma área de especialidade.

Existem, ainda, outros tipos de obras, também, não tão exploradas, como o vocabulário bilíngue, repertório que será desenvolvido com esta pesquisa na área de missões de paz da

ONU. Trata-se de uma obra terminográfica que se refere a uma área especializada, apresentando definições e, em alguns casos, podendo, também, trazer as categorias gramaticais a que pertencem essa unidade terminológica, seja ela simples ou complexa.

Outra característica que se faz necessária, quanto ao vocabulário bilíngue, é quanto a sua classificação, que se dá, mais usualmente, por ordem alfabética, embora haja obras que sigam a ordem sistemática (STREHLER; GOROVITZ, 2011, p. 42).

Em geral, um vocabulário bilíngue e um glossário são obras bastante semelhantes, pois servem para referenciar unidades lexicais, embora o primeiro se restrinja a áreas de conhecimento específicas, enquanto um glossário pode se referir ao vocabulário geral, contendo unidades lexicais pouco usadas ou que o leitor pode desconhecer, como em uma obra literária, com regionalismos ou termos em desuso, que possui um repertório, ao final, para explicar ao leitor o significados de determinadas palavras que foram empregadas. Essa mencionada é apenas um dos tipos de glossários (o que traz unidades lexicais raras ou de difícil compreensão). Strehler e Gorovitz (2011, p. 37-40) apresentam quatro tipos de glossários, que possuem, como características principais:

Tipo 1:

- ✓ traz unidades lexicais ou terminológicas raras ou de difícil compreensão;
- ✓ se apresenta geralmente em ordem alfabética;
- ✓ traz a definição;
- ✓ possui a categoria gramatical de cada unidade lexical ou terminológica.

Tipo 2:

- ✓ traz unidades lexicais ou terminológicas raras ou de difícil compreensão;
- ✓ se apresenta em ordem alfabética ou sistemática;
- ✓ traz a definição;
- ✓ possui a categoria gramatical de cada unidade lexical ou terminológica;
- ✓ possui contexto de uso (exemplos).

Tipo 3:

- ✓ traz unidades lexicais ou terminológicas raras ou de difícil compreensão;
- ✓ se apresenta geralmente em ordem sistemática;
- ✓ traz a definição;
- ✓ possui a categoria gramatical de cada unidade lexical ou terminológica;

- ✓ possui contexto de uso (exemplos);
- ✓ possui remissivas.

#### Tipo 4:

- ✓ Não se limita apenas a unidades lexicais ou terminológicas raras ou de difícil compreensão;
- ✓ se apresenta em ordem alfabética ou sistemática;
- ✓ traz a definição;
- ✓ possui remissivas.

No entanto, o que mais diferencia um glossário de um vocabulário (que pode ser mono, bi ou plurilíngue), é que este último possui apenas unidades terminológicas, representado determinada área do conhecimento ou atividade específica (STREHLER; GOROVITZ, 2011, p. 42). Assim sendo, torna-se o mais adequado para a presente pesquisa que se está realizando. Então, pode-se apontar como características específicas de um vocabulário, enquanto obra terminográfica:

- ✓ limita apenas a unidades terminológicas de determinada área especializada;
- ✓ se apresenta em ordem alfabética ou sistemática;
- ✓ traz a definição;
- ✓ pode apresentar a categoria gramatical à qual a entrada pertence.

### **3.3.2 A relevância de elaborar um Vocabulário de Missões de Paz da ONU**

O que se observa com a prática do dia a dia é que um tradutor que atua em áreas especializadas depara-se com constantes carências de instrumentos de referência, o que faz com que se tornem exímios “pesquisadores-exploradores” das linguagens especializadas com que trabalham e, normalmente, acabam por produzir seu próprio material de apoio (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 179). Isso é o que tem ocorrido quando o tema em questão se refere a missões de paz, em especial, quando o assunto for atividades das Nações Unidas.

Obras de referência envolvendo esse tema no par linguístico espanhol – português praticamente inexistem, exceto pequenos glossários elaborados sem fundamentação científica, segundo dificuldades encontradas na área, disponibilizadas na *internet*, alguns como tradução de outra obra na língua inglesa, o que nem sempre corresponde ao adequado uso da terminologia utilizada na língua portuguesa falada no Brasil.

A elaboração de obras terminográficas são importantes não apenas para tradutores e intérpretes. Muitas vezes profissionais da área em questão necessitam do conhecimento em outras línguas, até mesmo para a comunicação com especialistas congêneres. Obras de referência plurilíngues, então, se fazem mais que importantes, se tornam imprescindíveis para o intercâmbio de informações e de conhecimento. Como bem lembra Krieger e Finatto (2004, p. 19), dentre os profissionais que também podem se beneficiar, encontram-se documentaristas, redatores técnicos, lexicógrafos, estudantes universitários, terminólogos de outras áreas, jornalistas e profissionais da mídia.

### **3.3.3 A escolha do par linguístico espanhol – português para o Vocabulário Bilíngue**

A opção de se trabalhar com o par linguístico espanhol – português deu-se devido ao fato de o Brasil vir apresentando uma participação crescente no cenário internacional, inclusive junto à ONU, em missões de paz, como a do Congo, a do Haiti e a que anda em estudos, a ser desencadeada na África, além de outras não tão comentadas pela mídia. A questão é que o português não é um dos idiomas oficiais do Organismo, nem para a tramitação de documentos, tampouco para as conferências, enquanto o espanhol possui tal *status*. Por isso, não é usual existir documentos tramitando nas Nações Unidas em língua portuguesa, embora a participação do Brasil em atividades da ONU seja abordada. Além do que, as documentações são enviadas pelo Brasil à ONU em língua espanhola, demandando uma tradução adequada.

Ao lado disso, a mídia e a população em geral têm demonstrado interesse cada vez maior pelo tema, o que desperta a curiosidade quanto à terminologia específica desse campo do conhecimento. No entanto, não há, até o momento, nenhuma obra terminográfica nesse par linguístico que trate do assunto, tampouco estudos sobre a terminologia específica. Com base nesses argumentos, então, optou-se por estudar a questão da equivalência da terminologia

relacionada às missões de paz da ONU, com base em dois *corpora* representativos, um da língua portuguesa e outro da espanhola.

As confusões geradas nesse campo do conhecimento são muitas, provavelmente devido à semelhança linguística existente entre essas duas línguas. Para fins de exemplificação, cita-se o caso de um termo específico dessa área que sempre ocasiona confusão, principalmente na tradução de documentos nesse par linguístico em questão: o termo “reglas de enfrentamiento” (em espanhol) dentro do contexto de missões de paz, como nos exemplos abaixo retirados do *corpus*, colhido especificamente para o estudo desenvolvido para esta dissertação:

- Ex.: 1. “Esto debe estar claramente explicado en las Reglas de Enfrentamiento” (grifo nosso).  
2. “El uso de la fuerza debe estar claramente definido en las Reglas de Enfrentamiento” (grifo nosso).

Com isso, é possível perceber, analisando nos *corpora* as ocorrências dessa unidade terminológica, que “Reglas de Enfrentamiento” refere-se a um documento normativo específico para esse tipo de missão de paz e, inclusive, na maioria as vezes vem grafado com iniciais maiúsculas.

Uma tradução possível da UTC para o português seria “regras de enfrentamento”. Um tradutor sem conhecimento da área de especialidade a que o texto pertence poderia se confundir, afinal, ambas as palavras existem na língua portuguesa (tanto “regras”, quanto “enfrentamento”) e poderiam ser consideradas equivalentes da UT em espanhol, podendo, inclusive, o leitor chegar a compreender o que vem a ser isso pelo contexto em que está inserida a frase. Porém, o termo “enfrentamento” não pode ser considerado uma unidade terminológica específica da área, trata-se de um substantivo derivado do verbo “enfrentar”<sup>58</sup>, conforme verificado no *corpus* coletado de textos da área, para fins desta investigação. Um exemplo do uso dessa palavra pode ser visto abaixo:

- Ex.: “Para o enfrentamento dessa dificuldade, o emprego de intérpretes torna-se quase obrigatório...” (grifo nosso)

Analisando ocorrência e com o conhecimento específico da área, a melhor unidade terminológica para ser utilizada nesse contexto, para traduzir “Reglas de Enfrentamiento”, seria “Regras de Engajamento”, que possui no *corpus* de português 123 ocorrências, das quais

---

<sup>58</sup> Segundo o Dicionário on-line Aulete Caldas – ver Referências Bibliográficas.

algumas são apresentadas abaixo, como exemplo, para constatar esse uso específico, com o mesmo sentido:

- Ex.:
1. “As regras de engajamento, princípios que regulam a atuação individual e o emprego legal da força, estavam definidas” (grifo nosso).
  2. “As regras de engajamento deverão ser transmitidas ao efetivo militar e policial da missão de paz antes da chegada ao terreno” (grifo nosso).
  3. “Foram obedecidas as regras de engajamento da ONU, que preconizam a proporcionalidade da reação” (grifo nosso).

Com isso, vê-se que o tradutor que não possui conhecimento técnico na área específica poderia cometer um equívoco na hora de traduzir o texto. Por esse motivo, uma pesquisa que abrangesse essa área de especialidade se faz importante, porque não há obras terminográficas que possam ajudar o tradutor ou intérprete que trabalha com textos técnicos dessa natureza, principalmente no par linguístico espanhol – português.

### **3.4 METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO BILÍNGUE**

Quanto à metodologia empregada na presente pesquisa, para a adequada e eficaz compilação da terminologia específica da área de missões de paz da ONU, optou-se por trabalhar com dois *corpora*, um de textos em língua espanhola e outro com textos de língua portuguesa. A coleta das unidades terminológicas ocorreu de modo semiautomático, utilizando programa computacional para a extração de candidatos a termo, para posterior validação.

O uso de *corpora* é justificado a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia, após a constatação de que uma unidade terminológica, seja ela simples ou complexa, necessita ser estudada em seu próprio ambiente, o que, em outras palavras, significa que precisa ser analisada dentro do próprio texto do qual foi extraída. Percy *et al.* trazem uma boa definição do que é um *corpus*: “uma coletânea de porções de linguagem que são selecionadas e organizadas de acordo com critérios linguísticos explícitos, a fim de serem usadas como uma amostra da linguagem” (*apud* SARDINHA, 2004, p. 17).

Apesar de os *corpora* serem utilizados desde bem antes da era da informática, com o advento do computador foi possível aperfeiçoar os estudos e, inclusive, realizar pesquisas ainda mais profundas, com *corpora* cada vez maiores. Por isso, esta pesquisa utilizará ferramentas computacionais para o manuseio do *corpus*, bem como para uma extração semiautomática, com o uso de *software* específico para análise de *corpora*, devido ao fato de que a busca manual, segundo estudos já realizados, pode acarretar falhas tipicamente humanas, além de não ser totalmente confiável, afinal “o ser humano não é talhado para tarefas desse tipo”, diz Sardinha (2004, p. 4), referindo-se às buscas manuais que eram feitas nos *corpora* antes do surgimento dessa tecnologia.

### 3.4.1 O *software* AntConc

O *software* escolhido para a análise foi o AntConc, versão 3.4.4w, 2014, para *Windows*, cuja criação é do Dr. Laurence Anthony, professor da Faculdade de Ciência de Engenharia da Waseda University, no Japão<sup>59</sup>. A escolha se deu por ser uma ferramenta gratuita e de fácil manuseio, além do que, o *software* suporta, em uma única análise, grande número de documentos. Dentre suas funcionalidades, várias opções avançadas permitem uma quantidade elevada de investigações por parte do pesquisador. No entanto, a ferramenta apenas manuseia dados, buscando informações que serão analisadas e estudadas minuciosamente pelo investigador.

Mesmo sendo uma excelente ferramenta, o AntConc possui algumas limitações, que, todavia, não prejudicaram a pesquisa. Uma delas é a dificuldade de processar dados acima de um certo número de palavras, mas isso ocorreu porque cada um dos *corpora* da presente pesquisa possuía pouco mais de um milhão de palavras, ocasionando o “travamento” do programa quando processada a funcionalidade “Cluster/N-Grams”. Para contornar essa dificuldade, realizou-se buscas por partes, por exemplo, na pesquisa por “n-gramas”, buscou-se ocorrências que combinavam possíveis termos com tamanhos de duas e quatro palavras e depois de quatro a oito... até chegar-se à busca até 12 palavras no *Cluster*, que era a meta explicada mais adiante, quando se abordará melhor a seleção de candidatos a termos.

---

<sup>59</sup> Conforme *website* do autor do programa. Disponível em [<http://www.laurenceanthony.net/resume.html>]. Consulta em: 27 jun. 2016.

Dentre as funcionalidades do programa, destaca-se, aqui, as utilizadas na presente pesquisa:

- a) *Word List* – a partir de uma contagem das palavras que compõem o *corpus*, o programa realiza uma lista com as ocorrências encontradas, apresentando, ainda, o número de vezes em que essas palavras surgiram e uma classificação, que pode ser feita por frequência ou por ordem alfabética, segundo escolha do pesquisador. Será contado, também, o número total de palavras (o *Word Tokens*) e o número de palavras iguais (o *Word Types*), que demonstra a riqueza lexical do *corpus*. Essa *Word List* é a primeira pesquisa a ser realizada ao abrir os documentos do *corpus*, somente depois as demais funcionalidades do programa estarão prontas para seu uso.
- b) *Clusters/N-Grams* – busca grupos de palavras que com frequência são utilizadas juntas, dentro de determinada ordem. A pesquisa é realizada configurando a ferramenta para buscar grupos com frequência acima de duas ocorrências, tendo como máximo grupos com até 99 palavras (a presente pesquisa limitou suas buscas com grupos de duas até 12 palavras). Esse número de palavras são os n-grams, podendo se formar com duas palavras (bigrama), com três (trigrama) e assim sucessivamente. No *Cluster*, o programa trará, além da frequência das palavras ou grupos, o “range”, que é o alcance, a quantidade de documentos em que esse possível termo aparece. Da mesma forma que o *Word List*, o resultado pode ser apresentado em um *ranking* por frequência ou por ordem alfabética. Clicando em qualquer resultado, o usuário será direcionado para uma outra funcionalidade: o *Concordance*.
- c) *Concordance* – trata-se do concordanciador do AntConc, que apresenta os contextos em que determinada palavra ou grupo de palavras aparece no *corpus*, para que se possa contextualizá-lo e analisar sob esse aspecto. A ferramenta traz os resultados como KWIC, que é a sigla do inglês “key word in context”, que significa “palavra-chave em contexto”.

#### **3.4.1.1 A codificação dos textos para usar no programa**

Para se trabalhar com a ferramenta, é necessário escolher a codificação mais adequada ao texto com o qual se está trabalhando, principalmente a língua em que está escrito. Uma escolha errada prejudicará o desempenho do AntConc, vindo a aparecer caracteres estranhos ou

palavras “quebradas” – mesmo após cuidadosa limpeza que o pesquisador tenha realizado, para retirar formatações e quebras de palavras, ocasionadas pela hifenização no documento de origem.

A configuração do programa é realizada nele mesmo, na aba “Global Setting”, que abrirá uma janela, onde se deverá clicar na opção “Character Encoding” e em “Edit”, para escolher. No caso do Espanhol, segundo Navarro-Colorado (2015, p. 7), pode ser escolhida a opção “latin-1”, que define a codificação do alfabeto latino – incluindo letras como “ñ” e “ll”, por exemplo; ou a norma “Unicode UTF-8”, que pode representar quaisquer caracteres. No mesmo manual, recomenda-se o uso de UTF-8, ou sua versão ampliada (UTF-16), a fim de “evitar problemas de codificação” (*ibidem*), principalmente se os *corpora* possuírem idiomas diferentes.

Assim, para que o AntConc leia corretamente os *corpora*, todos os arquivos necessitam estar em formato compatível para leitura, no caso, devem estar salvos como texto sem formatação (.txt), na codificação “UTF-8”, que também se mostrou adequada para trabalhar com a língua portuguesa, provavelmente por ser também de origem latina.

### **3.4.2 A escolha de documentos para o *corpus* de Missões de Paz da ONU**

Os métodos de avaliação dos textos de especialidade seguem padrões diferentes da avaliação adotada para textos de linguagem comum. Neles são valorizados a precisão; a concisão, desde que não cause distorções ao transmitir a informação; e a adequação, pois deve ser apropriado à situação comunicativa a que é produzido, de modo a adaptar-se às características de seus interlocutores e seus níveis de conhecimento, em maior ou menor grau de especialização (CABRÉ, 1993, p. 106). Para Cabré, “a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, que são avaliadas em função de critérios de economia, precisão e adequação” (*ibidem*) o que facilita a comunicação entre os especialistas, já que todos utilizarão esses mesmos princípios, incluindo o tradutor e o intérprete.

Para Enilde Faulstich (1995, p. 3-4),

*A seleção da documentação que servirá de base para a pesquisa deve ser rigorosa. Ao levantar o corpus bibliográfico, o pesquisador considerará aspectos fundamentais para o trabalho a ser desenvolvido, tais como o discurso (a linguagem em uso) científico ou técnico escrito com fonte referenciada para fins de recolha de termo e de contexto, pelo menos; o discurso científico ou técnico oral gravado, com os*

*registros pessoais dos informantes, que também permita a recolha de termo e de contexto; audiovisuais, publicações seriadas, impressos científicos ou técnicos que ofereçam as mesmas condições etc. Ao lado da bibliografia útil para o trabalho descritivo, deve ser utilizada, também, a literatura teórica que dará suporte de conteúdo ao pesquisador.*

A autora aponta que não basta compilar qualquer material para montar o *corpus* no qual se realizará a pesquisa, mesmo sendo originário de textos técnicos da área, assim como é importante guardar as fontes, ou pelo menos sua fácil localização, para posterior referência.

Por esse motivo, Cabré (1993, p. 137) fala dos documentos especializados, que são mais que apenas textos de especialidades, pois os primeiros são mais específicos da área e deles pode-se extrair uma terminologia condizente com a pesquisa. A terminóloga não considera especializadas as interações provenientes de conversação ou intercâmbio linguístico habitual, em situações gerais, que não requer aprendizado de vocabulário específico por parte dos falantes. Estes também são pontos importante para Cabré, que os diferencia, afinal, nem todos podem ser considerados “especiais” para ela, pois, mais que possuir peculiaridades linguísticas específicas, é necessário, ainda, pertencer a grupos sociais e profissionais de que tratam as áreas de especialidade. Da mesma forma, nem todas as situações comunicativas são “especiais”, ou dentro de um contexto especializado, porque a maioria das situações, mesmo entre membros da comunidade especializada, são comuns e cotidianas. Por esse motivo a situação comunicativa torna-se importante, justamente porque a linguagem geral e a especializada se intercomunicam e uma permeia a outra. Para fins de exemplificação, Cabré define como não especializada as comunicações com finalidade apenas informativa, com função basicamente referencial. Por fim, ela define como “não especial” as comunicações orais e as escritas que produzirão comunicações orais.

Com isso, Cabré delimita bastante as escolhas de documentação para montagem de um *corpus* especializado. No entanto, para as pesquisadoras Pavel e Nolet, o terminólogo necessita conhecer os documentos que melhor identificam seu campo de especialidade e quais deles podem ser considerados como referência para o trabalho de coleta e classificação da terminologia específica da área de conhecimento. Para isso, o profissional deve, também, avaliá-los dentro de categorias, como

*enciclopédias, monografias, manuais universitários e técnicos, atas de congressos e colóquios, publicações especializadas e de divulgação, prospectos, folhetos publicitários, dicionários, vocabulários, bases de dados documentais, terminológicas e linguísticas, endereços na Internet e páginas web dos melhores provedores de conteúdo em sua especialidade. (PAVEL; NOLET, 2002, p. 8)*

E as autoras ainda complementam que “para facilitar a aquisição desse tipo de conhecimento, o terminólogo pode consultar documentalistas e especialistas e participar em foros ou grupos de discussão especializados via Internet” (*ibidem*). Da mesma forma, o terminólogo deverá “garantir que os dados que põe à disposição dos usuários de terminologia sejam coerentes, estejam atualizados e cumpram normas de qualidade” (*idem*, p. 9).

Outras questões levantadas por Pavel e Nolet é que se deve dar preferência a obras no idioma original, em lugar de traduções, bem como preferir enciclopédias e outras obras pedagógicas reconhecidas ou recomendadas por especialistas, em vez de prospectos ou folhetos publicitários (*idem*, p. 8), vindo ao encontro do que Cabré também afirma, com relação a comunicações com finalidade apenas informativa. Com relação a monografias, a data de sua publicação é importante, assim como a notoriedade do autor em sua área, o grau de sistematização do conteúdo e a bibliografia, que deve ser atualizada.

Ainda nesse aspecto, as autoras concordam com Cabré (1993, p. 137) quanto ao não uso de materiais de divulgação e à escolha de textos especializados e finalizam suas prescrições lembrando que a “Internet, por sua parte, oferece amplo leque de fontes documentais que são efêmeras e de valor díspar” (*ibidem*).

Assim, Tony Berber Sardinha (2004, p. 18-20) apresenta uma lista de pontos importantes que devem ser observados para a montagem de um *corpus*:

- a origem dos textos, que devem ser autênticos, ou seja, escritos por falantes nativos (com exceção dos *corpora* de aprendizes);
- o propósito do *corpus*, que deve ter a finalidade de ser um objeto de estudo linguístico, sem, no entanto, os textos terem sido criados especificamente para a pesquisa linguística);
- a composição, pois o conteúdo deve ser criteriosamente escolhido (principalmente observando os critérios naturalidade e autenticidade);
- a formatação dos dados, que devem estar em condições de serem lidos por computador;
- a representatividade, visto que o *corpus* deve ser representativo da área de especialidade da qual se refere (ou de uma língua ou variedade, se for o caso);
- a extensão, pois o *corpus* deve ser vasto para ser representativo.

Quanto ao fator de seleção criteriosa, Sardinha acrescenta mais adiante que deve ser obedecido um conjunto de regras estabelecidas pelos pesquisadores que os criaram, de modo

que o *corpus* coletado corresponda às características desejadas. O autor dá, como exemplo, uma pesquisa relacionada ao português falado no Brasil, que deve ser baseada em um *corpus* coletado de modo a garantir que esse critério seja respeitado, ou seja, todos os textos (dentro do possível) devem representar o máximo de tipos textuais existentes no português brasileiro, além do que, é necessário haver “uma quantidade aceitável de cada tipo de texto e que a seleção dos textos seja aleatória, a fim de não contaminar a coleta com variáveis indesejáveis” (SARDINHA, 2004, p. 19).

Para a seleção criteriosa, encontra-se, em Pavel e Nolet (2002, p. 33-34), critérios que definem melhor a escolha dos textos para compor os *corpora*. As autoras apontam os seguintes critérios:

- pertinência da terminologia, considerando precisão, homogeneidade e coerência; e riqueza de elementos que podem ser considerados provas textuais, sob o ponto de vista dos usuários reais ou potenciais, o que, em outras palavras, significa que a terminologia necessita comprovar efetivamente seu uso por falantes reais daquela língua;
- natureza dos textos, seja de cunho especializado ou pedagógico, oficial ou informal, monográfico ou periódico, enciclopédico ou publicitário;
- grau de organização da informação contida nos textos, considerando-se, para isso, a avaliação realizada por pessoas de igual nível que o especialista que o escreveu, bem como a reputação do autor do texto (ou seu editor) na área de especialidade em que se realiza a pesquisa. Analisa-se, ainda, a existência de glossários, de *index* de conceitos e de nomes próprios citados na obra;
- atualidade e abrangência do conteúdo em relação à evolução do saber especializado na área em questão, visto que a terminologia está em constante modificação, devido a avanços científicos e tecnológicos cada vez mais crescente. Para isso analisa-se a data de publicação e bibliografia atualizada, por exemplo, além de recomendações de organização reconhecida na área;
- qualidade linguística da documentação, considerando-se a gramática, vocabulário, estilo da obra original ou da tradução, por exemplo.

Sardinha também menciona as três dimensões que devem ser levadas em conta quanto à extensão do *corpus*. Primeiramente, quanto ao número de palavras, pois quanto maior o número de palavras, maior também será a ocorrência das terminologias em questão que, provavelmente, não constariam na linguagem geral ou apareceriam com baixa frequência; a

segunda dimensão refere-se ao número de textos, pois quantidades maiores de textos garantiriam maior representatividade da área, o que comprovaria que as terminologias não figuram como meras escolhas do autor do texto e sim seu uso “canônico”; e, por fim, a terceira dimensão refere-se à diversificação de gêneros, registros ou tipos textuais, pois quanto mais variado, maior garantia da representatividade de língua (SARDINHA, 2004, p. 25).

Com base nessas especificações, então, a montagem dos *corpora* para a presente pesquisa, na área de missões de paz das Nações Unidas, compilou textos de origens variadas, de modo a representarem adequadamente o campo de especialidade e com tamanho suficiente para serem considerados representativos para a área especializada a que pertencem, nas línguas de estudo desta dissertação, que são a língua portuguesa falada no Brasil e a língua espanhola em geral. Salienta-se que não foram considerados regionalismos ou variações quanto ao espanhol, devido ao fato de as Nações Unidas possuírem caráter mundial, o que faz com que os funcionários e tradutores sejam oriundos de diferentes regiões (lembrando que muitos dos relatórios são traduções de documentos originários na língua inglesa, embora não se tenha como saber ao certo) e utilizarem variações distintas, o que não prejudicou a pesquisa, por as terminologias em questão não terem muita diferenciação na área de estudo. Como a direção da pesquisa será do espanhol para o português, que será a língua de chegada para o Vocabulário, essa questão não afetará a investigação. No entanto, quanto ao português, optou-se por compilar somente os textos representativos do português falado no Brasil, por representar o público-alvo desta pesquisa linguística.

Assim, tem, nos quadros 3.4 e 3.5, os tipos de textos e seus quantitativos utilizados para a montagem dos *corpora*, separados por nível de especialidade, para fins de estudo.

Observando o quadro 3.4, salienta-se que, quanto à origem dos documentos na língua espanhola, excetuando-se os relatórios, cuja procedência regional do redator e/ou tradutor não é conhecida, tem-se os seguintes países hispânicos representados<sup>60</sup>: Argentina (10 doc.); Colômbia (1 doc.); Chile (5 doc.); Espanha (12 doc.); Equador (1 doc.); México – 3 doc.), considerando-se a Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que são de páginas *web* de órgãos da ONU mexicanas; Uruguai (6 doc.); e Venezuela (1 doc.). A dificuldade em representar todos os países ocorreu porque nem todos participam de missões de

---

<sup>60</sup> As siglas adotadas no quadro para os países são as definidas pela ISO 3166-1 alfa-3, que é utilizada pela ONU em diferentes documentos e por outros meios oficiais. A ISO 3166 é a normalização definida pela *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização) referente à estandardização de códigos alfabéticos e/ou numéricos dos países e suas subdivisões políticas. A codificação normalizada é reconhecida internacionalmente e é utilizada na referência dessas regiões geográficas. O código “alpha-3” refere-se às três letras utilizadas para a designação.

paz e, dentre os que participam, nem todos disponibilizam documentos para consulta na *internet*. Com isso, países que possuem maior representação nesse tipo de atividade estão mais representados no *corpus*.

Além desses países hispânicos, tem-se um manual dos Estados Unidos, pertencente a um renomado instituto de formação para missões de paz, o “Peace Operations Training Institute” (POTI), utilizado como referência em instruções inclusive por exércitos hispânicos. Assim, segue-se as recomendações, tanto de Cabré quanto de Pavel e Nolet, com relação à reputação do autor do texto (ou seu editor) na área de especialidade em questão. Não se pode esquecer que os Estados Unidos possuem o maior número de falantes de espanhol como língua estrangeira (sem contar os imigrantes), tendo contabilizado mais de 50 milhões em 2015 – além dos quase oito milhões de estudantes em nível médio, profissionalizante e universitário que estudam o idioma, segundo o Anuário do Instituto Cervantes “El español en el mundo”, que apresenta relatórios sobre o uso da língua espanhola pelo mundo<sup>61</sup>.

Quadro 1.5 – Composição do corpus de espanhol.

Nível de especialidade		Tipo de documento utilizados	Quantidade de documentos por tipo	País de origem do idioma por documento	Total de palavras ( <i>tokens</i> ) e total por grupo de documentos
Nível baixo	De especialistas para alunos em fase de aprendizado	Manuais de instrução	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 manuais</li> <li>• 5 doc. CPTM</li> <li>• 4 doc. UNIBAM II</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 USA</li> <li>• 1 ESP</li> <li>• 1 VEN</li> <li>• 1 URY</li> <li>• 9 ARG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>241.927:</b></li> <li>- 62.547 (USA)</li> <li>- 11.462 (ESP)</li> <li>- 41.511 (VEN);</li> <li>- 16.580 (URY)</li> <li>- 109.827 (ARG)</li> </ul>
	De alunos em fase final de aprendizado	Trabalhos acadêmicos	6 monografias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 (URY)</li> <li>• 3 (CHL)</li> <li>• 1 (COL)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>241.171:</b></li> <li>- 109.708 (URY)</li> <li>- 114.658 (CHL)</li> <li>- 16.805 (COL)</li> </ul>
Nível intermediário	De especialistas para o público	Artigos publicados por especialistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 artigos</li> <li>• 1 livro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (CHL)</li> <li>• 10 (ESP)</li> <li>• 3 (URY)</li> <li>• 1 (MEX)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>113.845:</b></li> <li>- 3.820 (CHL)</li> <li>- 43.793 (ESP)</li> <li>- 17.248 (URY)</li> <li>- 48.984 (MEX)</li> </ul>
	De especialistas para especialistas de semelhante nível de especialidade	Dissertações e Teses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 dissertações</li> <li>• 2 teses</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (ARG)</li> <li>• 1 (CHL)</li> <li>• 1 (ECU)</li> <li>• 1 (ESP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>201.123:</b></li> <li>- 19.916 (ARG)</li> <li>- 20.866 (CHL)</li> <li>- 46.343 (ECU)</li> <li>- 113.998 (ESP)</li> </ul>
Nível elevado		Relatórios e documentos oficiais	20 documentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 17 relatórios</li> <li>• 03 resoluções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>205.657:</b></li> <li>- 201.093 (relatórios)</li> <li>- 4.564 (resoluções)</li> </ul>
		Documentos governamentais	Legislações específicas	2 documentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carta da ONU</li> <li>• Estatuto da CIJ</li> </ul>

(Fonte: autor)

<sup>61</sup> Último número é de 2015. Disponível em [http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario].

Já quanto ao *corpus* em português, o quadro 3.5 especifica seus documentos:

Quadro 1.6 – Composição do corpus de português do Brasil.

Nível de especialidade		Tipo de documento utilizados	Quantidade de documentos por tipo	Instituição de origem	Total de palavras ( <i>tokens</i> ) e total por grupo de documentos
Nível baixo	De especialistas para a alunos em fase de aprendizado	Manuais de instrução	15 manuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 MD</li> <li>• 1 MB</li> <li>• 2 EB</li> <li>• 5 CEA</li> <li>• 6 ONU</li> </ul>	• <b>225.171</b>
Nível intermediário	De alunos em fase final de aprendizado	Trabalhos acadêmicos	12 monografias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 (EB)</li> <li>• 3 (EEC)</li> </ul>	• <b>247.558</b>
	De especialistas para o público.	Artigos publicados por especialistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 artigos</li> <li>• 1 livro</li> <li>• 1 revista especializada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5(EB)</li> <li>• 1 (MRE)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>120.526</b></li> <li>- AA: 22.505</li> <li>- livro: 67.786</li> <li>- RE: 30.235</li> </ul>
Nível elevado	De especialistas para especialistas de semelhante nível de especialidade	Dissertações e Teses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 dissertações</li> <li>• 1 tese</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 DM (EB)</li> <li>• 1 DM (FGV)</li> <li>• 1 TD (EB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>198.870:</b></li> <li>- 131.973 (DM)</li> <li>- 66.897 (TD)</li> </ul>
		Relatórios e documentos oficiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 17 relatórios</li> <li>• 7 diretrizes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EB</li> <li>• MD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>205.305:</b></li> <li>- 152.151 (relatórios)</li> <li>- 53.154 (diretrizes)</li> </ul>
	Documentos governamentais	Legislações específicas	2 documentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carta da ONU</li> <li>• Estatuto da CIJ</li> </ul>	• <b>13.186</b>

(Fonte: autor)

Considerou-se três níveis de especialidade: baixo, intermediário e elevado. No nível mais baixo, estão incluídos manuais de instrução de cursos preparatórios para missões de paz da ONU – trata-se de um tipo de comunicação oriunda de especialistas, direcionado a alunos que estão em fase de aprendizado do conhecimento especializado. No nível intermediário, encontram-se dois tipos de comunicação: a de alunos que estão em fase final de aprendizado do conhecimento especializado; e a de especialistas direcionada a público de diferentes graus de especialidade (incluindo níveis mais baixos de especialização). Nesse nível intermediário, estão incluídos trabalhos acadêmicos de cursos voltados para operações de missões de paz (OMP), como monografias, além de artigos publicados por centros especializados na área. Por fim, no nível elevado, estão as comunicações de especialistas direcionadas a especialistas de semelhante nível de especialidade, como dissertações de Mestrado e teses de Doutorado ou relatórios e documentos da ONU e dos órgãos e instituições oficiais. Além disso, também foram incluídos nesse nível elevado de especialização documentos governamentais de especialistas regulando a área, como legislações específicas.

O *corpus* de espanhol foi montado contendo 60 documentos, que possuem, no total, 1.017.657 palavras; já o de português possui 62 documentos, que totalizaram 1.010.616 palavras – a soma de palavras em ambos os *corpora* ficou em 2.028.273 palavras. No entanto, para se considerar a abrangência de *corpora*, mais que considerar o número total de ocorrências (de palavras, ou *Word Tokens*, como é chamado pelo AntConc), deve-se considerar, ainda, a quantidade de formas (a que o programa denomina *Word types*), sendo que muitas vezes também é necessário atentar para a quantidade de cada categoria gramatical, o que não foi o caso desta pesquisa em curso, pois se considerou que esse quesito não influenciaria diretamente na definição da terminologia da área. Assim, o *corpus* de espanhol (doravante denominado apenas “*corpus 1*”) possui 31.677 *Word types*; enquanto o *corpus* de português (que será chamado simplesmente “*corpus 2*” daqui em diante) possui 29.765 *Word types*.

### **3.4.3 A criação dos *corpora* de Missões de Paz da ONU em Espanhol e Português**

Para a presente investigação, criou-se um *corpus* especializado representativo da área específica de missões de paz sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU) em Língua Espanhola. Com base nesse *corpus*, procurou-se estabelecer uma terminologia própria da área, que ainda não está normatizada.

A fonte utilizada para esse fim foi a página *web* da ONU, em particular, a relacionada a missões de paz<sup>62</sup>, em espanhol. O tipo de documentação compilada é bastante variado, como cartas do Secretário-Geral, relatórios, informações gerais a respeito das missões que são desenvolvidas em todo o mundo e notícias veiculadas pela própria ONU a respeito de cada uma delas. A página *web* da ONU foi selecionada por tratar exclusivamente de missões de paz sob a responsabilidade do organismo. Os produtos do *site* são direcionados tanto ao público em geral, interessado em acompanhar as informações relacionadas ao tema, quanto a conhecedores do assunto e profissionais da área. Dessa forma, o nível de especialidade também é bastante variado.

Paralelamente, buscou-se órgãos no Brasil que possuíssem documentos análogos na língua portuguesa, como o Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), do Ministério da Defesa, além de órgãos das Forças Armadas. A busca se deu, primeiramente, em

---

<sup>62</sup> Disponível em [<http://www.un.org/es/peacekeeping>].

páginas *web*, principalmente de estabelecimentos de ensino voltados para o tema e, posteriormente, direto nos órgãos, por meio de documentos, via cadeia de comando.

Com o objetivo de que os *corpora* fossem o mais diversificado possível, páginas *web* de estabelecimentos de ensino hispânicos também foram analisados, em busca de material que ajudasse na investigação. Dos estabelecimentos de ensino, obteve-se materiais mais técnicos e científicos, como manuais, teses, dissertações, monografias e livros e revistas especializados.

Todo o material selecionado para compor os *corpora* é composto por originais escritos nos respectivos idiomas (os que compõem o *corpus* do Espanhol foram escritos em espanhol por falantes nativos e os que compõem o *corpus* de português foram escritos especificamente em português do Brasil, também por falantes nativos – visto que o estudo se restringirá à análise de documentos especificamente brasileiros). Desse modo, segue-se o parâmetro estabelecido por Pavel e Nolet, visto que esse exame e análise de documentos “objetiva selecionar os textos mais representativos de uma área” (2002, p. 33).

Os critérios adotados para essa seleção também seguiram padrões estabelecidos pelas duas tradutólogas (2002, p. 33-34), como, em primeiro lugar, a pertinência da terminologia (observando a precisão, a homogeneidade e a coerência dos textos) e a riqueza de elementos que definem essa área, visto que, por serem documentos oficiais do próprio organismo, considera-se extremamente fidedignos. Em segundo lugar, considerou-se a natureza dos textos, pois todos se encaixam na classificação de documentos especializados. Em terceiro lugar, analisou-se o critério de atualidade (todos os documentos compilados são extremamente atualizados) e abrangência do conteúdo, considerando-se a evolução do saber especializado na área (como o *corpus* foi criado com textos elaborados pela própria ONU, considera-se que essa evolução da terminologia foi levada em conta). Por fim, como não se poderia deixar de observar, a qualidade linguística da documentação igualmente foi levada em consideração e todos os textos seguem a norma padrão da Língua Espanhola (língua escolhida para a seleção de terminologia).

#### 4 A PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO

A etapa de pesquisa para elaborar o vocabulário bilíngue pode ser considerada uma das mais trabalhosas do estudo, pois o reconhecimento de uma unidade terminológica, tanto simples (UT) quanto complexa (UTC), é difícil e cercado de minúcias que requerem extrema atenção por parte do terminólogo. Para Krieger, “é um dos pontos nevrálgicos das aplicações terminológicas, bem como dos estudos teóricos de Terminologia” (2001, p. 62). Por essa razão, a fim de padronizar os procedimentos e procurar, dentro do possível, fazê-lo de forma um pouco menos complexa, adotou-se os critérios de Boulanger e L’Homme para a diferenciação de candidatos a termos nesta investigação, já especificados no capítulo 4, tópico 4.1.

Relembrando, então, de modo bastante sintético, para L’Homme (2004, p. 64-66), os candidatos a termos necessitam possuir:

1. significado relacionado à área de especialidade;
2. natureza dos actantes semânticos especializada;
3. parentesco morfológico, acompanhado de um parentesco semântico com outro termo já identificado pelos critérios anteriores;
4. relação paradigmática com outros termos já identificados pelos critérios anteriores.

Ainda dentro de critérios de identificação, adotou-se, especificamente para as UTC, os apresentados por Boulanger e explicitado, ainda, pela professora Flávia Lamberti (2013, p. 59-60). Foram, assim, critérios para identificação das UTC nesta pesquisa:

1. Inseparabilidade dos elementos que a compõem;
2. Impossibilidade de comutação ou substituição dos elementos da UTC;
3. Ocorrência de correspondência sinonímica com outra UT ou UTC já identificada;
4. Impossibilidade de coordenação dos componentes da UTC com outro elemento ou de anáfora, resgatando-o por redução, salvo em alguns casos em que a base poderia ser recuperada anaforicamente.

Com base nisso, o processo de análise dos candidatos a termo desta pesquisa de Mestrado seguiu essas premissas de L’Homme, Boulanger e Lambert.

O processo de extração propriamente dito nos *corpora* especializados foi semiautomática, realizada por intermédio do programa AntConc. Após a extração informatizada, os candidatos a termos foram, então, analisados um a um, manualmente, etapa

em que, muitas vezes, eram descartados por não preencherem os requisitos necessários para serem classificados como uma UT ou UTC. Vários casos de possíveis fraseologismos foram encontrados, mas não se tornaram objeto de pesquisa, porque esta investigação não os abrangia, conforme já especificado anteriormente.

A seguir, serão detalhadas cada etapa realizada nesta pesquisa.

#### **4.1 EXTRAÇÃO DE CANDIDATOS A TERMOS NOS *CORPORA* ESPECIALIZADOS**

Para iniciar a pesquisa, após terem sido compilados todos os documentos, limpo um a um e montados os dois *corpora* (*corpus 1* e *corpus 2*), procedeu-se à pesquisa simples com a ferramenta *Word List* do programa AntConc, para formar uma lista de possíveis candidatos a termo em cada uma das línguas em estudo. Para essa pesquisa inicial, foi utilizada uma *stoplist* em espanhol e uma em português para a busca na respectiva língua. Trata-se de um arquivo que funcionará como um filtro que irá, durante a busca, descartar elementos indesejáveis para a investigação, sem que fiquem computados no *ranking* de frequência. Para isso, é necessário que seja carregado o arquivo já guardado no computador no formato “txt” (UTF-8) no AntConc, na aba preferências (*Tool Preferences*), marcando a opção “Word List Range”/“Use a stoplist below”.

Com esse processo, foram, então, descartadas palavras gramaticais, que, segundo Sardinha (2004, p. 166), são os conectores, artigos e pronomes, por exemplo, incluindo alguns verbos auxiliares e predicativos, principalmente “ser”, “estar” e “ter” e suas formas na terceira pessoa, a mais encontrada. Do mesmo modo, também fizeram parte das *stoplists* os meses do ano e numerais (por se trabalhar com relatórios, as datas eram comuns em meio ao texto). A alta incidência dessas palavras foi constatada após uma busca prévia com a ferramenta *Word list*. Assim, as palavras e itens que compõem essas duas *stoplists* constam do Anexo B desta dissertação.

O passo seguinte foi proceder à busca dos termos com maior incidência, excluindo-se os constantes nas *stoplists*, com o objetivo de buscar as palavras mais frequentes e possíveis candidatos a termos. Na sequência, procedeu-se à análise manual desses resultados. A fim de contrastar as duas listas encontradas, transpôs-se os resultados para uma planilha do programa

“Excel”, na qual se deu a comparação das palavras com maior incidência. Dessa lista inicial, foi possível selecionar alguns candidatos a termo, baseado na análise de frequências, somado à minha experiência como tradutora e especialista na área, que permitiu o conhecimento prévio de alguns candidatos a termo. Além disso, analisando o contexto de uso dos resultados, verificou-se, um a um, se poderiam ser incluídos ou não como possíveis UT.

Em praticamente todo o processo, a pesquisa não abrangeu as *Hapax*, ou *Hapax legomena*, que são aqueles itens que aparecem somente uma vez, ou seja, com frequência “um”. Segundo Sardinha, “A faixa de frequência mais numerosa (em termos das formas que a compõe) é a de palavras que ocorrem apenas uma vez, os *hapax*. Quase 40% do corpus é constituído de *hapax*” (2004, p. 168), no entanto, ainda de acordo com esse mesmo terminólogo, essas *hapax* também se configuram nos itens menos representativos em termos de ocorrência. Assim sendo, na presente pesquisa, os *hapax* foram considerados apenas quando se analisava siglas e acrônimos ou nomes próprios correspondentes a essas siglas e/ou acrônimos, levando-se em conta, ainda, que, muitas vezes, determinado termo era encontrado no “*corpus 1*” com alta frequência, porém, no “*corpus 2*” a sua UT equivalente apresentava apenas uma ocorrência.

Para que se possa ver mais claramente como ocorreu esse processo de busca de possíveis UTs nessa etapa da pesquisa, traz-se, como exemplo, a palavra “apoio”, que teve grande frequência nos resultados, tanto em espanhol (“apoyo”, com 2.227 ocorrências, estando em nono lugar no *ranking* de classificação da *Word List* por frequência), quanto em português (com 1.931 ocorrências, ocupando o 19º lugar). Mesmo com uma incidência tão alta, não pôde ser considerada uma UT, se for considerá-lo assim, sozinho, pois o contexto em que normalmente aparecia, não apresentava um significado especializado, como pode ser visto nos exemplos de uso abaixo:

**Esp.:** “La variable que se mantenía más regular era la del apoyo local, que persistía en niveles relativamente bajos.” (grifo nosso)

(Fonte: Tese – Espanha: La ONU y la construcción de la paz en Haití y Guatemala, doc. nº 34)

**Port.:** “Essas deficiências eram agravadas pela dificuldade de acesso encontrada pelas agências humanitárias, impossibilitando o apoio às comunidades carentes.” (grifo nosso)

(Fonte: Monografia da ECEME – Interação entre as Forças de Operações de Paz e as Organizações de Assuntos Humanitários, doc. nº 15)

Diferente disso, muitas vezes a palavra “apoio” aparecia compondo uma candidata a UTC ou fraseologismos, como, por exemplo, “apoio internacional” ou “missão de apoio da

ONU”. Dessa forma, a palavra sozinha não pode ser considerada uma UT, enquanto a mesma palavra, na companhia de outros elementos, pode vir a se configurar uma UTC ou um fraseologismos.

Apresentar um significado especializado é o primeiro critério para a identificação de uma UT ou UTC, segundo L’Homme (2004, p. 64-66) (ver tópico 4.2 desta dissertação). O sentido que a palavra “apoio” traz na grande maioria das vezes em que surge nos *corpora* é o mesmo do vocabulário geral, considerando-se o Dicionário Aulete Digital<sup>63</sup>, em sua acepção número 3, que define a palavra como sendo: “Auxílio de qualquer natureza (financeiro, operacional, moral etc.) que se presta a alguém”.

Dessa forma, todo o resultado trazido pelo AntConc passou por essa análise semântica descrita acima, em que foram observadas as palavras e possíveis combinações, com base no sentido que apresentavam. Com isso, foi possível criar uma lista prévia, cujos componentes passaram a se chamar “pré-candidatas a UT”, com quase 129 possíveis unidades terminológicas simples (ou simplesmente UTs, em contraste com as unidades complexas que serão chamadas apenas de UTCs), na língua espanhola e 169 em português.

Além dessas pré-candidatas a UTs, também, foi possível, com base nas incidências e em minha experiência profissional, extrair algumas possíveis pré-candidatas a UTC, juntando termos que se encontravam no topo do *ranking* de frequência em sintagmas já conhecidos na área de especialidade de missões de paz. O quadro 4.1 apresenta um exemplo do contraste realizado, baseado em análise semântica das duas *Word List* (Esp e Port). As cores marcam possíveis combinações que podem se converter em um forte candidato a termo. Por exemplo, tem-se, em cor de rosa, a combinação “Nações Unidas” (em espanhol: “Naciones Unidas”); em marrom, pode-se ver a possibilidade do termo “Conselho de Segurança” (em espanhol: “Consejo de Seguridad”). Na coluna “Rank”, vê-se a incidência de cada palavra nos *corpora* e, na coluna “Freq”, existe a quantidade de vezes que cada palavra aparece em sua totalidade, sem analisar o alcance (em quantos documentos aparecem).

---

<sup>63</sup> Conforme Referências Bibliográficas.

Quadro 1.7 – Quadro comparativo das duas “Word List” (em espanhol e português).

Word List Esp			Word List Port		
Rank	Freq	Word	Rank	Freq	Word
1	6848	paz	1	7347	paz
2	5212	naciones	2	4338	missão
3	5027	unidas	3	3999	operações
4	3824	seguridad	4	3705	onu
5	3019	operaciones	5	3181	militares
6	2951	mantenimiento	6	2988	segurança
7	2748	misión	7	2653	nações
8	2458	general	8	2396	unidas
9	2227	apoyo	9	2384	força
10	2178	personal	10	2222	militar

Essas *Word Lists* iniciais também levaram a um número de 62 palavras que necessitariam de uma análise mais profunda, podendo se configurar em possíveis casos em que ocorria a existência de variantes coocorrentes da UT (conforme se viu no capítulo 1 desta dissertação), que formalizam a “sinonímia terminológica” (FAULSTICH, 2003, p. 18). Vale, aqui, lembrar que a presente dissertação não pretende entrar nessa seara, porém, fica a sugestão para que, quem sabe, esses termos possam ser revistos sob essa ótica em uma futura pesquisa de Doutorado.

Dentre os casos de possíveis variantes coocorrentes, pode-se destacar as que figuram no quadro 4.2.

Quadro 1.8 – Exemplo de possíveis variantes coocorrentes das “Word List”.

Espanhol				Português			
Freq	Alc.	Candidatos Esp	Ex.	Freq	Alc.	Candidatos Port	Ex.
355	42	operacional*	a	561	50	operacional (561 casos) /operacionais (374 casos)	c
181	27	operativo (94 casos) / operativa (87 casos)	b	69	29	operativ*	d
---	---	---	---	31	14	Grupamento* operativo*	e

Na busca pelos possíveis termos “operacional” (esp) e “operativo” (port), o asterisco (\*) fez a busca abranger as flexões de gênero e número. O mesmo não foi possível com “operativo/operativa” (esp) e “operacional/operacionais” (port) pois a busca trouxe resultados

diferentes, como “operacionalidade”, que não se encaixaria no caso em análise de coocorrência ou flexão.

No quadro 8, a coluna “Freq” (frequência) apresenta o número total de ocorrências, cujo valor é a soma das ocorrências encontradas em masculino/feminino e singular/plural. Na coluna “Alc.” (alcance), há o número de documentos em que as ocorrências foram encontradas; e, por fim, em “Ex.”, são os exemplos de uso, que estão especificados no quadro 4.3.

Quadro 1.9 – Exemplos de uso das possíveis variantes coocorrentes do quadro 3.2.

Espanhol			Português		
Ex.	Exemplo de uso	Fonte	Ex.	Exemplo de uso	Fonte
a	Estas tareas y acciones <u>operacionales</u> ocasionan importante desgaste en el personal y los medios.	<b>Artigo:</b> Uruguay en Operaciones de Paz y los desafíos actuales en MONUSCO (doc.1)	c	A MONUC não tem capacidade <u>operacional</u> de posicionar tropas em todos os locais.	<b>Revista do CCOPAB:</b> CCOPAB e Operações de Paz – Visões, Reflexões e Lições Aprendida (doc.6)
	Su capacidad <u>operacional</u> y de respuesta dependerá principalmente de la contribución proveniente de los estados miembros.	<b>Dissertação de Mestrado:</b> Despliegue inicial de las misiones de paz (Argentina) (doc.31)			
b	Cuanto a su modo de funcionamiento <u>operativo</u> , este es fundamentalmente estandarizado.	<b>Tese de Doutorado:</b> La ONU y la construcción de la paz en Haití y Guatemala (Espanha) (doc.34)	d	As capacidades policiais de alta qualidade seguem sendo da demanda das missões de paz da ONU, em particular, no que se referem às prioridades <u>operativas</u> urgentes.	<b>Revista do CCOPAB:</b> CCOPAB e Operações de Paz – Visões, Reflexões e Lições Aprendida (doc.6)
	... los contingentes pueden ser capaces de desempeñar algunas de las funciones incluso en el caso de que el equipo esté ausente o no esté <u>operativo</u> .	<b>Relatório do Secretário-Geral da ONU:</b> Taxas de reembolso a países (29 JAN 2013) (doc.59)			
	Desde el punto de vista <u>operativo</u> , las fuerzas de base regionales son más fáciles de establecer...	<b>Dissertação de Mestrado:</b> Despliegue inicial de las misiones de paz (Argentina) (doc.31)			
--	---	---	e	O <u>Grupamento Operativo</u> de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), valor SU, integrará o BRABAT 24.	<b>Diretriz</b> de preparação para o Brabat 24 (2015) (doc.44)

Embora o significado da UT em todos esses casos seja o mesmo (operativo/operacional = referente a operações; cuja função é atuar em operações; que está apto a executar operações), percebe-se uma diferença maior no espanhol, visto que os poucos casos de “operativo” em português, na maioria das vezes, se refere ao nome da organização militar da Marinha do Brasil que se encontrava, à época, no Haiti (Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais). Como, em espanhol, os termos aparecem em documentos variados, não se pôde estabelecer previamente casos de regionalismos; assim como possível uso padrão da UT nessa língua. Os documentos em que se encontram pertencem a países diferentes (nos exemplos de uso, cita-se Argentina, Uruguai, Espanha e um outro documento interno da ONU, do Secretário-Geral).

No entanto, como esta pesquisa de Mestrado não pretende analisar variação terminológica, como dito pouco mais acima, essa observação conta apenas como exemplo de possíveis candidatos a termo que foram excluídos dos resultados desta investigação. Tais variações poderão ser objeto de análise e estudo mais aprofundado em uma pesquisa futura de Doutorado.

Não se deve esquecer que os termos podem pertencer a vários grupos funcionais, como substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, embora sua grande maioria configure-se como substantivos (CABRÉ, 1993, p. 180). Assim, esta pesquisa encontrou candidatos que pertenciam a substantivos, a adjetivos e a verbos, sendo que, de todas essas classes gramaticais, os verbos são as mais difíceis de se encontrar e de se identificar como UT específica de determinada área.

É possível ver, no quadro 4.4, os verbos encontrados. A coluna “Freq” traz a frequência de cada candidato a UT nos *corpora*; e a coluna “Alc.” (alcance) tem o número de documentos em que essas frequências ocorrem – quanto maior o número, maior, também, a abrangência de uso. Todos os verbos classificados como candidatos a UTs estão com exemplo de uso, de onde foi possível analisar seu significado relacionado à área, conforme sugere L’Homme (2004, p. 64-66). A busca dos verbos deu-se por sua forma lematizada, a fim de que se pudesse contabilizar também as flexões – o que fez com que viessem nos resultados outras palavras que necessitaram ser descartadas por não serem candidatos a UT, por isso, esse quantitativo foi retirado do número total de frequência e alcance. Na coluna “Exemplo de uso”, o número entre parênteses representa o número do documento que consta dos *corpora*, e a relação com o nome real do documento e sua procedência geográfica (no caso dos documentos em espanhol), quando possível identificar, está no Anexo A.

Quadro 1.10 – Verbos candidatos a UT simples (Esp/Port).

Freq	Alc.	Verbo	Exemplo de uso	Freq	Alc.	Verbo	Exemplo de uso
50	19	desarmar	Aristide se comprometió a desarmar y desmovilizar las bandas armadas. (doc. 35)	60	30	desarmar	Todas as potências nucleares deveriam se desarmar, independente das divergências ideológicas. (doc. 8)
2	2	desminar	La “Resistencia o Contra” procedió a desminar algunos de esos sectores, con el objeto de emplearlas para su propia protección. (doc. 40)	2	2	desminar	O Governo da Nicarágua expressou o interesse em desminar o seu país. (doc. 57)
17	9	desmovilizar	Los beligerantes se comprometieron a desmovilizar sus Ejércitos. (doc. 40)	49	13	desmobilizar	O Conselho de Segurança atribui aos peacekeepers as tarefas de desarmar, desmobilizar e reintegrar ex-combatentes às forças oficiais nacionais. (doc. 5)
1.499	45	desplegar	Hay por lo menos 20 pasos distintos que dar para reclutar y desplegar al personal uniformado... (doc. 56)	333	40	desdobrar	O custo desse rodízio pode ser um problema para alguns países ao desdobrar seus contingentes em outros continentes. (doc. 62)
41	19	operar	Esto sería evento histórico, la primera vez en la historia que las fuerzas operarían bajo el Capítulo VII de la Carta. (doc. 39)	86	29	operar	Há a imprescindível necessidade de operar integradamente com outras forças de diferente origem. (doc. 6)
4	4	pacificar	La misión principal de la ONU era trabajar con la Policía Nacional Haitiana para pacificar Haití. (doc. 34)	65	12	pacificar	A missão tinha como objetivos principais estabilizar o país, pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes. (doc. 6)
37	37	reclutar	En los estatutos de la Corte Penal Internacional, se considera un crimen de guerra reclutar niños menores de 15 años o permitir su participación en las hostilidades. (doc. 24)	23	10	recrutar	A operação de manutenção da paz das Nações Unidas poderá recrutar localmente o pessoal que considerar necessário. (doc. 31)
18	10	redesplegar	Esta nueva misión y condiciones de empleo llevaron a la unidad a desplegar y redesplegar en muchos lugares del área de operaciones. (doc. 1)	0	0	redesdobrar	-----
27	20	repatriar	También repatriaré a los contingentes cuando se demuestre que ha habido repetidos abusos o que no se ha reaccionado ante las denuncias de faltas de conducta. (doc. 56)	92	32	repatriar	A decisão de repatriar foi tomada com base no relatório preparado pela Unidade de Conduta e Disciplina da MINUSTAH. (doc. 5)

O grau de dificuldade para se identificar os adjetivos como sendo UT é um pouco menor. Muitos dos verbos, na forma nominal do particípio, acabam sendo utilizados, também, como adjetivos, a exemplo de repatriado (p. ex.: o material repatriado) ou, o mais comum encontrado, desdobrar (p. ex.: a tropa desdobrada no terreno). Esses, como já constavam da relação de verbos, não compuseram a relação de adjetivos. Um outro verbo, “desplazar (esp) / deslocar (port)”, em sua forma nominal, no particípio (desplazado/deslocado), acabou fazendo parte apenas da relação de adjetivos (a mesma forma também é usada como substantivo, embora apenas flexionada no plural), pois era a única forma verbal que possuía um sentido especializado, conforme os exemplos abaixo:

**Esp. 1:** “Las personas desplazadas no tienen protección ni asistencia internacional y la ayuda para ellos es por demás difícil hacerla llegar.” (grifo nosso)

(Fonte: Livro – OMP: Introducción a las Operaciones de Mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas – México, documento nº 15)

**Esp. 2:** “Las fuerzas deben ser móviles, a fin de poder desplazarse a grandes distancias y en áreas extensas.” (grifo nosso)

(Fonte: Artigo – Operaciones de Mantenimiento la Paz y las Fuerzas de Combate – Chile, documento nº 4)

**Port. 1:** “Segundo o CSNU, atos de violência sexual e de gênero continuam sendo uma preocupação corrente, especialmente nas áreas mais afastadas de Port-au-Prince e em acampamentos de pessoas deslocadas.” (grifo nosso)

(Fonte: Livro do MRE – Operações de Manutenção da Paz da ONU, documento nº 5)

**Port. 2:** “A patrulha deve deslocar-se com cautela e mantendo uma distância de vinte e cinco a cinquenta metros entre cada homem.” (grifo nosso)

(Fonte: Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais – Marinha do Brasil, documento nº 30)

Nos exemplos de número “2”, em ambas as línguas, o sentido do verbo no infinitivo não está classificado como sendo da área de especialidade em estudo, por ser o sentido genético, dentro da língua geral. Por isso, apenas se considerou a forma adjetivada desse verbo (no particípio). No quadro 4.5 é possível ver os outros adjetivos que compõem a lista de candidatos a UT.

Quadro 1.11 – Adjetivos pré-candidatos a UT simples.

ESPAÑHOL				PORTUGUÊS			
Freq	Alc.	Adjetivo	Exemplo de uso	Freq	Alc.	Adjetivo	Exemplo de uso
3	1	armamentístico	(18) El NPT tiene por objetivo evitar la proliferación de las armas nucleares y la tecnología armamentística.	3	1	armamentista	(8) Houve uma série de tratados envolvendo as superpotências, a respeito do controle armamentista.
38	10	beligerante	(40) Los mediadores y los países beligerantes acordaron una tregua de doce días.	37	15	beligerante	(5) O capítulo VI cuida das medidas pacíficas que podem ser consentidas pelas partes beligerantes.
118	41	logístico	(29) La flexibilidad operativa de una fuerza de mantenimiento de la paz depende de su capacidad logística orgánica para sostenerse.	512	55	logístico	(36) Uma vez que os contingentes estejam desdobrados, é necessário proporcionar os recursos logísticos para apoiá-los na área da missão.
100	29	desplazado	(57) ...se observó que unas 150 familias desplazadas de la comunidad ngok dinka regresaron de Agok a sus aldeas de origen...	73	22	deslocado	(11) A supervisão de pessoas deslocadas, evacuadas e refugiadas e a proteção à cultura, aos costumes e à religião são as principais atividades especiais realizadas pelas equipes de Assuntos Cíveis.

Da mesma forma que o quadro anterior, tem-se, nesse, na coluna “Freq.”, a frequência com que aparecem os verbos e, na coluna “Alc.”, o alcance, ou o número de documentos em que aparecem. Salienta-se que, no caso do candidato “armamentístico/armamentista”, apesar de haver poucas ocorrências nos *corpora*, sua escolha se deu por sua relação paradigmática com outros candidatos a termos (armamento e armas). Esse quesito é apontado por L’Homme (2004, p. 64-66) como de importância para a identificação de uma unidade terminológica, se acompanhado do primeiro critério apontado também por ela, que é um significado relacionado à área de especialidade (o que não ocorre com o exemplo trazido do verbo “deslocar”).

Com relação aos advérbios, não foi encontrada nenhuma incidência que pudesse vir a se configurar como candidata a unidade terminológica nos *corpora*.

Em contrapartida, outro elemento que apareceu em larga escala nas *Word List* foram as abreviaturas, siglas e acrônimos, que mereciam maior análise e serão detalhadas mais adiante, no tópico 3.1.2.

#### 4.1.1 Em busca de candidatas a UTC

Esses processos descritos no tópico anterior caracterizaram, então, o início da pesquisa. O passo seguinte, também manual, foi a comparação das duas *Word List* obtidas em uma planilha do programa “Excel”, com a finalidade de buscar as palavras de maior incidência que poderiam pertencer a outros candidatos a termos. Dessa vez, prosseguiu-se o estudo, ainda com os dados do quadro 10, lematizando sempre que fosse possível, procurando abranger as diversas flexões em gênero, número e grau.

Exemplificando esse processo, tem-se “missão/missões”, que, para fins de busca, tornou-se apenas “miss\*” (o asterisco possibilita procurar palavras correlatas); assim como “operação/operações” foi buscada como “operaç\*”. Da mesma forma, realizou-se o mesmo procedimento em espanhol – misión/misiones (misi\*) e operación/operaciones (operaci\*). Com isso, selecionou-se a lista de UT do quadro 4.6, para que se realizasse uma busca mais detalhada, com a ferramenta “Cluster”:

Quadro 1.12 – Candidatos a termos para busca detalhada com o Cluster.

<b>Espanhol</b>	<b>Português</b>
paz	paz
naci*	naç*
seguridad*	segurança*
operaci*	operaç*
mentenimiento*	manutenç*
misi*	miss*
apoyo*	apoio*
organismo*	organismo*
consejo*	conselho*
estado*	estado*
programa*	programa*
agencia*	agência*
departamento*	departamento*
arma*	arma*
actividad*	atividade*
oficina*	escritório*

Com os candidatos a UT do quadro 4.6, realizou-se buscas exaustivas no programa AntConc. Os resultados trazidos por essas buscas também foram extremamente grandes, pois o Cluster busca palavras que normalmente aparecem juntas com frequência, agrupando-as nos resultados. As configurações utilizadas nessa pesquisa com o *Cluster* foi, quanto ao tamanho, o mínimo de duas palavras e máximo de 12 (para abranger nomes próprios ou unidades lexicais que poderiam ser maiores, como “Misión de las Naciones Unidas para el Referéndum del Sáhara Occidental”, que totaliza 11 elementos formantes).

Esse tipo de busca no *Cluster* do AntConc não utiliza nenhuma *stoplist*, pois muitas dessas palavras gramaticais que formam a *stoplist* podem conectar elementos de uma UTC. Em seguida, os resultados apresentados necessitaram de uma limpeza, para eliminar conjuntos de palavras que não compunham uma unidade lógica e visivelmente não poderiam se configurar em uma candidata a UTC. Todos os dados foram transpostos para o programa “Excel”, para que se pudesse executar o procedimento de contraste das duas relações de pré-candidatas (em espanhol e em português). A figura 4.1 ilustra os resultados da pesquisa com o *cluster* e o tipo de combinações que ele traz.

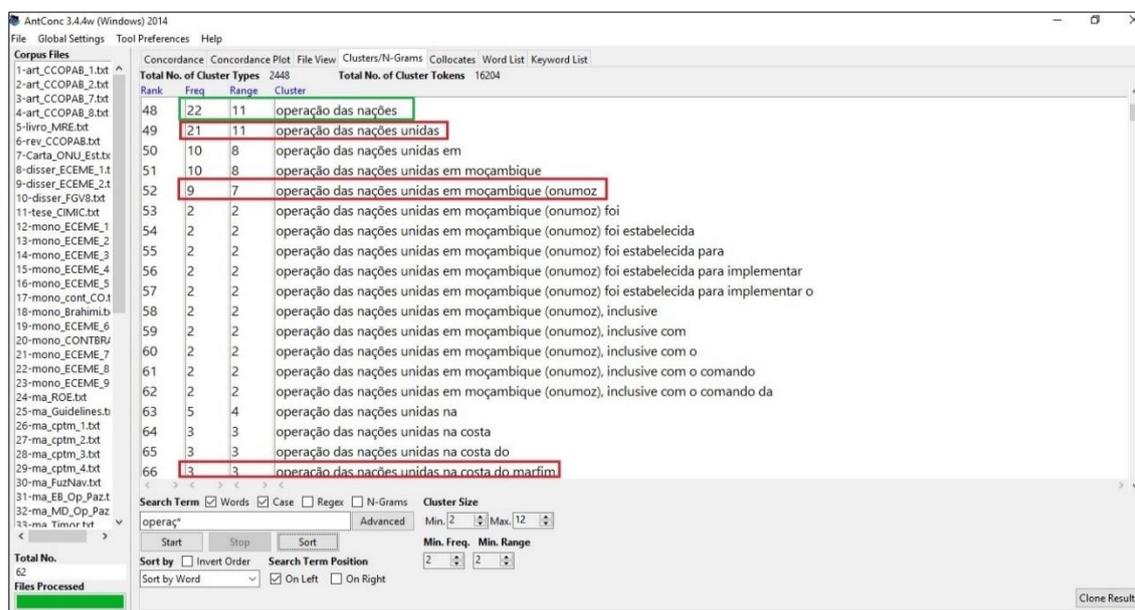


Figura 1.5 – Interface do “Cluster” do AntConc – busca pelo termo “operaç\*”.

Como pode ser visto na figura 4.1, de todas as ocorrências, apenas as três, marcadas em vermelho, poderiam se converter em UTC (Operação das Nações Unidas, Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOS – e Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim). Conjuntos como o destacado em verde (Operação das Nações) não estão completos, por isso,

todas as ocorrências similares a essa foram descartadas. Outros conjuntos sequer formam uma unidade lógica e igualmente foram descartados. Para facilitar o trabalho, a classificação configurada no *cluster* para a pesquisa dessas candidatas a UT (em “Sort by”) foi a “busca por palavra”, a fim de que a lista fosse disponibilizada em ordem alfabética, o que reuniria todas as ocorrências similares graficamente. Ainda nas configurações de busca, optou-se por selecionar, no *Cluster Size*, uma incidência mínima de duas ocorrências, e em pelo menos um documento (“Min. Freq” / “Min. Range”).

Após ter-se montado uma lista de unidades lexicais pré-candidatas a UTC, ainda em um trabalho manual, passou-se à análise de cada uma. Muitos itens foram descartados, como “operações de respostas a crises”, que trouxe quatro resultados, mas apenas em um arquivo, o que foi considerado escolha do autor do texto – mesmo porque nenhuma equivalente foi encontrada no espanhol ao ser buscada no *corpus*, o que reforçou a ideia de rechaçá-la, por sugerir que essa colocação é empregada apenas em português e foi usada apenas por uma pessoa. Somente em casos de nomes próprios ou termos conhecidos foram consideradas ocorrências em apenas um documento, para localizar equivalentes funcionais de outras UTC.

Dessa etapa, obteve-se uma lista mais conclusiva de pré-candidatas a UTC, porém, ainda com um número bastante elevado de ocorrências – somente em espanhol havia cerca de 450 pré-candidatas.

O passo seguinte foi investigar o contexto em que aparecia cada integrante da lista, para isso foi utilizado o Concordanciador (*Concordance*) do AntConc. Lembrando o que foi dito anteriormente, quanto ao primeiro critério para a identificação de uma UTC, definido por L’Homme (2004, p. 64-66), que é verificar se a unidade lexical possui um significado relacionado à área de especialidade em estudo.

Paralelamente, buscou-se, ainda, por meio da ferramenta “N-Grams”, outras possibilidades de unidades lexicais que pudessem ser uma UTC, sempre observando, primeiramente, o contexto em que aparecem cada uma, com uso do concordanciador (*Concordance*). Essa análise foi exaustiva, a fim de definir cada candidata a UTC, analisando seu contexto em cada ocorrência, se fosse necessário, ou se a combinação causasse dúvidas. Muitas vezes, alguns conjuntos lexicais acabavam descartados, por não ser considerado uma UTC da área, como foi o caso de “operações não cinéticas”, que possui três ocorrências, mas em um único documento. Após busca no *corpus 2* (português), onde havia sido localizado, analisou-se incansavelmente o *corpus 2*, em busca de uma equivalente funcional no espanhol (que não foi localizada), e chegou-se à conclusão de que não se configurava uma UTC da área

específica de missões de paz, pois fora encontrado apenas naquele documento, mesmo que três vezes, podendo ser escolha do próprio autor ou do idioma (posteriormente descobriu-se tratar de um termo específico da área militar, de operações militares).

Após obter-se uma lista mais definitiva de pré-candidatas a UTC, realizou-se uma comparação entre a lista obtida em espanhol e em português, buscando as equivalentes pelo contexto de uso. Isso foi possível, devido ao conhecimento já obtido na área de especialidade, que permitiu fazer um contraste entre os dois idiomas. As unidades lexicais encontradas em ambas as listas de pré-candidatas, de acordo com o significado obtido na análise do contexto em que se encontravam, poderiam ser considerados UTC da área específica, visto que ultrapassavam uma simples escolha dos autores e/ou tradutores dos textos compilados para os *corpora*. O que facilitou esse tipo de contraste foi, também, o fato de ambas as línguas analisadas serem de origem latina, com muita similitude gráfica, sintática e até semântica.

Em suma, nessa etapa do processo analisou-se as equivalências funcionais das candidatas a UTC, para ver se, em cada uma das línguas, a unidade terminológica funcionava da mesma forma.

Após essa análise, grande parte dessas pré-candidatas foi eliminada, por não se ter encontrado uma equivalente funcional em português, o que levou a crer que se tratava de escolhas pessoais do autor ou uma construção específica do idioma, em vez de representar um termo próprio da área. Além disso, considerando-se que as áreas especializadas se mesclam, como explicado no Capítulo 2, foram encontradas diversas ocorrências de terminologias bastante específicas de outras áreas, como a área militar, com termos próprios das Forças Armadas. No entanto, essas não foram incluídas neste estudo, mesmo tendo-se encontrado inúmeras incidências, porque cada Força Armada e cada nação possui uma terminologia própria que nem sempre é a mesma de outro país, mesmo que o idioma seja o mesmo (como no caso do espanhol da Espanha e o de outros países da América do Sul ou Central). Um estudo que incluísse esses termos pode vir a ser realizado posteriormente.

Para se exemplificar o processo que levou à eliminação de pré-candidatas a unidades terminológicas, traz-se o caso da pré-candidata “operaciones de repliegue de fuerzas extranjeras”, que apareceu duas vezes, cada uma em um documento. Nenhum conjunto próximo funcionalmente foi encontrado em português, por isso concluiu-se que se tratava de uma escolha de palavras do autor de ambos os textos, que acabaram coincidindo, provavelmente juntando um possível fraseologismo e uma UTC (*fuerzas extranjeras*), que, por sua vez, possui um equivalente funcional em português (*forças estrangeiras*), com uma incidência de três vezes,

cada uma em um documento diferente. Para exemplificar, essa candidata a UTC “força estrangeira” teria, como exemplo de uso:

**Exemplo de uso:**

**Port:** “Tal operação levou o nome de UNEF I e ficou incumbida de monitorar o cessar-fogo e supervisionar a retirada das forças estrangeiras” (Grifo nosso).

(Fonte: Livro do MRE – Operações de Manutenção da Paz da ONU, documento nº 5)

**Esp.:** “Las alegaciones sobre abusos sexuales a menores cometidos por parte de personal de mantenimiento de la paz de Naciones Unidas y por fuerzas extranjeras en la RCA han marcado un antes y un después en la respuesta de la ONU ante tales hecho” (Grifo nosso).

(Fonte: Artigo do IEEE – Nuevos hitos en la lucha contra la explotación y abusos sexuales perpetrados por *peacekeepers*, documento nº 11)

Outro exemplo desse processo é a candidata a UTC, em espanhol, “operación multidimensional de mantenimiento de la paz”, que apareceu 39 vezes, com ocorrências em cinco dos documentos que compunham o *corpus*. Ao se buscar uma equivalente em português, não se estava encontrando, pois a análise estava sendo feita por ordem alfabética, na comparação das duas listas (em Espanhol e em Português). Como não se encontrava, a busca foi realizada no concondanciador do AntConc de diferentes maneiras, substituindo termos por asterisco (operaç\* \* de manutenção da paz, por exemplo, já que o asterisco sozinho substitui qualquer palavra que possa estar naquela posição). Esse conjunto já havia sido até descartado, quando foi encontrada a sua equivalente em outro local da lista, que seria “operação de manutenção da paz multidimensional” (o “multidimensional” estava em outra posição). Pela análise contextual, chegou-se à conclusão que se tratava de uma equivalente funcional.

Com isso, a lista de pré-candidatas, após a comparação das duas línguas, ficou com quase 120 possíveis UTC, sem considerar nomes próprios, que configuraram uma lista à parte, além de estarem, também, dentro da pesquisa de siglas e acrônimos. Da mesma forma como foi explicada anteriormente, quando se explanava sobre a análise das UT, as siglas e acrônimos e seus significados fizeram parte de outra linha de investigação, que será detalhada mais adiante.

Todas essas pré-candidatas a UTC precisavam, ainda, ser analisadas dentro dos quatro critérios de Boulanger (1993, p. 10), também apresentados por Lambert (2013, p. 59-60), discutidos no tópico 4.1 da presente dissertação: inseparabilidade, impossibilidade de comutação ou substituição, ocorrência de correspondência sinonímica e impossibilidade de coordenação ou anáfora.

Por fim, chegou-se a um número razoável de candidatas a UTC, em ambas as línguas. Algumas destas estão apresentadas, para fins de exemplificação, no quadro 4.7.

Quadro 1.13 – Exemplo de análise de equivalências funcionais de candidatas a UTC.

Espanhol			Português		
Freq/ Alc.	Candidata a UTC	Exemplo de uso	Freq/ Alc.	Candidata a UTC	Exemplo de uso
13/2	arma de destrucción en masa	Detener la proliferación de armas, reducir y a la larga eliminar todas las <u>armas de destrucción en masa</u> constituyen objetivos importantes de las Naciones Unidas. (doc. 18)	4/3	arma de destruição em massa	O Brasil aderiu a todos os acordos relacionados ao controle das <u>armas de destruição em massa</u> . (doc. 8)
22/11	artefacto explosivo	Pueden ocurrir situaciones en que las partes en conflicto usan en sus operaciones no solo minas, sino otros <u>artefactos explosivos</u> contra el oponente o contra personal de las NN. UU. (doc. 26)	4/3	artefato explosivo	Havia indícios da presença de minas e outros tipos de <u>artefatos explosivos</u> , ainda não detonados. (doc. 30)
8/5	artefacto explosivo improvisado	(doc. 44) La cooperación se centrará en la colaboración con los centros de excelencia relacionados con la lucha contra <u>artefactos explosivos improvisados</u> .	1/1	artefato explosivo improvisado	(doc. 16) O GMI/CO tem atuado em conjunto com (...), contribuindo assim para a destruição de mais de 3400 minas terrestres e 326 <u>artefatos explosivos improvisados</u> ...
38/7	campo minado	En la Zona de Operaciones existen numerosos <u>Campos Minados</u> . (doc. 40)	8/4	campo minado	No decorrer dos trabalhos dentro dos <u>campos minados</u> foi observada a grande importância do aspecto segurança. (doc. 52)
11/8	delincuencia organizada	Las mujeres y los niños son vulnerables a los delitos violentos, y a menudo son víctimas de la <u>delincuencia organizada</u> . (doc. 24)	12/7	crime organizado	Mulheres e crianças são as maiores vítimas do <u>crime organizado</u> . (doc. 49)
5/3	desminado humanitario	El Contingente Nacional está realizando <u>desminado humanitario</u> en diferentes zonas. (doc. 40)	18/8	desminagem humanitária	A <u>Desminagem Humanitária</u> volta-se especificamente para o atendimento da população civil. (doc. 58)
27/4	Estado Signatario	Los <u>Estados Signatarios</u> aprobaron la resolución. (doc. 18)	9/3	Estado Signatário	A presente Carta deverá ser ratificada pelos <u>Estados Signatários</u> , de acordo com os respectivos métodos constitucionais. (doc. 7)
2/2	poder de fuego	Ahora se impone la paz creando consentimiento a través de <u>poder de fuego</u> y contingente. (doc. 39)	10/6	poder de fogo	Para manter seu <u>poder de fogo</u> , foram adquiridos novos lotes de armamento, em especial armas longas. (doc. 20)

No quadro 4.7, a coluna “Freq” traz a frequência que cada candidata a UTC apresentou; na coluna “Alc.”, de “alcance”, tem-se o número de documentos em que essas frequências ocorrem, o que caracteriza uma maior abrangência de uso. As candidatas estão todas no masculino/singular, mas sua frequência é a soma da busca de sua forma lematizada, sempre que possível, de modo a abranger maior possibilidade quanto a variedades em gênero e número.

Quando não foi possível lematizar, sem trazer unidades que não pertencessem à possível UTC investigada, somou-se as ocorrências de interesse. Na coluna “Exemplo de uso”, o número que está entre parênteses representa o número do documento que consta dos *corpora*, e a relação com o nome real do documento e sua procedência geográfica (no caso dos documentos em espanhol), quando foi possível identificar (lembrando que em documentos internos da ONU não é possível identificar a origem do tradutor que realizou o trabalho ou de quem escreveu o documento), está no Anexo A.

Após a análise, o que mais chamou a atenção foi que muitas dessas candidatas não possuíam uma sedimentação suficiente na área para ser considerada uma UTC, deixando-se tais itens de lado para que pudessem ser analisadas quanto à possibilidade de serem um fraseologismos (que não seria estudado neste momento e sim em uma pesquisa futura).

#### **4.1.2 As siglas, acrônimos e afins como unidades terminológicas**

Desde a pesquisa inicial desta investigação, o que mais se encontrou em ambos os *corpora* foram siglas, abreviaturas e acrônimos. Para Cabré (1993, p. 176-177), é necessário atentar-se para as unidades terminológicas que parecem simples, no entanto, em uma análise mais detalhada, percebe-se que se trata de siglas, acrônimos, abreviaturas e formas abreviadas. Porém, o que é cada um desses elementos? Para fins de classificação, seguir-se-á a seguinte definição, que é adotada por todos os teóricos da bibliografia que trataram o tema, como, por exemplo, Sager (1993, p. 329-331), Pavel e Nolet (2002, p. 115-129), Strehler (2011, p. 21-23) e Strehler e Gorovitz (2011, p. 20-22):

Sigla: unidades lexicais formadas pela combinação das iniciais de várias palavras que constituem uma expressão mais longa, como em ONU: Organização das Nações Unidas. Podem ser pronunciadas como um elemento só ou separadamente (como em PO: posto de observação). Em algumas culturas, o uso do ponto é quase impositivo nessa segunda possibilidade, como é o caso do Espanhol. No entanto, encontrou-se muitas siglas sem o ponto.

Acrônimo: palavras formadas pela combinação de segmentos (normalmente dois) de um sintagma. Existem, por exemplo, a junção de segmentos iniciais (como em ACISO: ação

civil-social); ou juntando o segmento inicial da primeira palavra e o final da segunda (informática: informação automática); ou, ainda, combinando o segmento final da primeira palavra e o segmento inicial da segunda ou final das duas palavras (como em “UNPOL”, ou “Polícia das Nações Unidas” – nesse caso, juntou-se a sigla adotada pela ONU e por seus organismos, inclusive pelo pessoal que atua nas missões de paz (UN) com o segmento inicial de polícia – *police*, em inglês, origem desse acrônimo).

Abreviatura: são fixadas por consenso e reproduzem o segmento inicial de uma palavra. No caso desta pesquisa, normalmente se via esse fenômeno nos meses do ano, como “jan” para “janeiro”; “fev” para “fevereiro”; e assim por diante.

Existe ainda mais uma forma que se enquadra nesses casos, que Cabré chama de “formas abreviadas”, que se assemelharia mais em português ao fenômeno do truncamento, ou redução vocabular, segundo Strehler (2011, p. 21), também chamado por outros estudiosos simplesmente de “abreviação”. Nesse caso, para economizar no discurso oral e até mesmo escrito, a palavra perde letras ou até mesmo sílabas (como fotografia – foto). O próximo tópico abordará mais essa questão.

O que se percebeu na análise das *Word List* iniciais em ambos idiomas foi um excessivo uso desse tipo de termos, que se configuram como próprios da área e não podem ser deixados de lado na análise. Para Sager, trata-se de “designação alternativa” de conhecimento dos usuários das linguagens especializadas (1993, 294) e ambas as formas podem ser consideradas verdadeiras. Desse modo, muitas das siglas e abreviaturas encontradas são utilizadas em substituição a seus nomes, como variantes coocorrentes, que Sager chega a chamar de sinônimos, usadas por “economia”, por assim se dizer, para encurtar nomes logos demais (em vez de escrever “Organização das Nações Unidas”, o autor opta por simplesmente redigir “ONU”). Essas mesmas formas alternativas também são utilizadas para resgatar anaforicamente o termo, lembrando que o resgate por anáfora de UTC, quando possível, normalmente ocorre buscando sua base, como explicado no Capítulo 2.

Quanto à pesquisa nos *corpora* 1 e 2, a grande maioria desse tipo de termo é siglas, mas um número também expressivo de abreviatura igualmente foi encontrado e, em menor quantidade, havia acrônimos. Muitos pertenciam a nomes próprios que são específicos dessa área de especialidade (nomes de órgãos da ONU ou de missões de paz, por exemplo), conforme pode-se ver no quadro 4.8, onde consta a sigla, acrônimo ou abreviatura, e, em seguida, seu significado, em espanhol e em português (apenas alguns exemplos dos encontrados).

Quadro 1.14 – Exemplo de siglas e acrônimos encontrados nos corpora.

Espanhol			Português		
Freq	Sigla	Significado	Freq	Sigla	Significado
6	AOR	área de responsabilidad (sigla do termo em inglês)	148	AOR	área de responsabilidade (sigla do termo em inglês)
4	CF	Comandante de la Fuerza	---	---	Comandante da Força
4	FC	<i>Force Commander</i> (sigla do termo em inglês)	84	FC	<i>Force Commander</i> (sigla do termo em inglês)
27	COE	Equipo de Propiedad de los Contingentes (sigla do termo em inglês: <i>Contingent Owned Equipment</i> )	71	COE	equipamento de propriedade dos contingentes (sigla do termo em inglês: <i>Contingent-Owned Equipment</i> )
10	CP	punto de control (sigla do termo em inglês – <i>checkpoint</i> )	Não há sigla para esse termo no <i>corpus</i> 2.		<i>checkpoint</i>
42	DMZ	zona desmilitarizada (sigla do termo em inglês: <i>De-Militarized Zone</i> )	10	DMZ	zona desmilitarizada (sigla do termo em inglês: <i>De-Militarized Zone</i> )
66	FF.MM.	fuerzas militares (no plural)	Não há sigla para esse termo no <i>corpus</i> Port.		
1	MFC	medidas de fomento de la confianza	Não há sigla para esse termo no <i>corpus</i> Port.		
18	MOU	Memorando de Entendimiento	180	MOU	Memorando de Entendimento (do inglês: <i>Memorandum of Understanding</i> )
121	NN. UU.	Naciones Unidas	3.705	ONU	Organização das Nações Unidas
600	OMP	Operación de Mantenimiento de la Paz	413	OMP	Operação de Manutenção da Paz
9	OP	puesto de observación	33	PO	posto de observação
29	P.Ctrl.	puesto de control	7	PC	posto de controle
3	QRF	Fuerzas de Reacción Rápida (sigla do termo em inglês: <i>Quick Reaction Force</i> )	52	QRF	Força de Reação Rápida (sigla do termo em inglês: <i>Quick Reaction Force</i> )
52	ROE	Reglas de Enfrentamiento (do inglês: <i>Rules of Engagement</i> )	132	ROE	Regras de Engajamento (do inglês: <i>Rules of engagement</i> )
4	SOFA	Acuerdo sobre el Estatuto de la Fuerza (sigla do termo em inglês: <i>Status of forces agreement</i> )	59	SOFA	Acordo sobre o <i>Status</i> da Força (sigla do termo em inglês: <i>Status of forces agreement</i> )
7	SOP	procedimientos operativos normales (sigla do termo em inglês: <i>Standing Operating Procedures</i> )	42	SOP	procedimento operacional padrão (sigla do termo em inglês: <i>Standing Operating Procedures</i> )
			33	POP	procedimento operacional padrão
4	SROE	Reglas Permanentes de Enfrentamiento ( <i>Standing Rules of Engagement</i> )	Não há sigla para esse termo no <i>corpus</i> Port		
16	staff	oficiales de estado mayor	16	staff	oficial de estado-maior
4	UNIBAM	Manual del Batallón de Infantería de las Naciones Unidas (sigla do termo em inglês: <i>United Nations Infantry Battalion Manual</i> )	Não há sigla para esse termo no <i>corpus</i> Port.		
1	UNMUM	Manuales Militares de las Naciones Unidas para las Operaciones de Paz (sigla do termo em inglês: <i>United Nations Military Unit Manuals</i> )	1	UNMUM	Manuais Militares das Nações Unidas para as Operações de Paz

6	UNPOL	Policía de Naciones Unidas	42	UNPOL	Polícia das Nações Unidas (do inglês: United Nations Police)
8	VANT	Vehículo Aéreo no Tripulado	2	VANT	Veículo Aéreo não Tripulado

Na maioria dos casos, a sigla utilizada em ambos os *corpora* era a mesma, adotada pela ONU do inglês. Em outros casos, a sigla sofria tradução para o espanhol (vinda do termo utilizado em inglês) ou para o português (como OP/PO). Havia aquelas também que foram adaptadas para o espanhol, segundo costumes do idioma, como é o caso de “FF.AA.”, para “forças armadas” (utilizadas sempre no plural, neste sentido de força armada oficial de um país, seja exército, marinha ou aeronáutica), e “NN.UU.”, para “Naciones Unidas”. Algumas possuíam variações coocorrentes que se mesclavam em ambas as línguas (inglês e esp/port), como *Force Commander*, que ora trazia a sigla “FC”, ora “CF” (de *Comandante de la Fuerza*) – esta ocorria apenas no espanhol.

Quanto às abreviaturas encontradas, referiam-se mais a termos específicos da área militar, como os postos e graduações. Esses não compuseram esta seleção para a pesquisa, porque cada país adota sua abreviatura e entrar nessa seara demandaria entrar em variações regionais, o que não é objeto da presente dissertação.

Havia, ainda, abreviaturas da linguagem comum, como os meses do ano ou dias da semana, que também foram excluídos desta investigação, segundo explicado anteriormente.

As siglas mais fáceis de identificar referiam-se a nomes de organismos e de operações de paz da ONU. Trata-se de siglas de nomes próprios, que são, também, utilizados como variante coocorrentes, como nos casos explicitados acima. Para Maria da Graça Krieger, existe uma problemática ao se compreender nomes próprios que circulam em comunicações especializadas como terminologias da área (2001, p. 77). Para ela,

*A compreensão de que nomes próprios são termos está também fundamentada num princípio básico de constituição de repertórios terminológicos, qual seja, a constatação do papel referencial que um nome adquire em razão de sua integração às comunicações especializadas da área.*

Sager (1993, p. 108) traz que os nomes próprios podem ser descritos, mas não definidos. Por exemplo, tudo o que se falar sobre a Organização das Nações Unidas é em caráter descritivo, reforçando sua individualidade, ante outros organismos do gênero, porém, defini-la, dando seu significado, sua definição, é mais complicado e talvez impossível.

Os nomes próprios encontrados, e suas equivalentes, constam do Anexo C desta dissertação. Embora muitos autores defendem que não se traduza nomes próprios, esta dissertação analisa como eles são utilizados, enquanto terminologias da área. Segundo Sager, “os nomes estão condicionados mais fortemente à norma social que pelas regras linguísticas de qualquer idioma” (1993, p. 109), por isso estão sujeitos a mudanças devido a pressões sociais, e, assim, alguns nomes de cidades, por exemplo, possuem variantes ortográficas (como Genebra, Ginebra, Geneva, Genève, Genf – todos nomeando a cidade suíça). O próprio autor afirma, no entanto, que essa regra não se aplicaria a nomes de pessoa, que, em geral, estão associados a grupos familiares.

Nesta pesquisa, os nomes próprios estão relacionados a organismos e órgãos internacionais, além de estabelecimentos de ensino e da própria estrutura física da ONU. Em alguns casos, não foi encontrado equivalente nos *corpora*, no entanto, na página *web* do organismo no Brasil encontrou-se a referenciação quanto a seu uso, em especial na página da ONU Brasil, como no caso de “Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento” (sigla encontrada no corpus de espanhol: IBRD), no *corpus 2* não se encontrou uma equivalente, mas, na página *web* da ONU no Brasil encontrou-se como “Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD”.

#### 4.1.3 A Redução Vocabular como economia linguística

A redução sofrida nas siglas explicada anteriormente, quando se explicou sobre a redução vocabular ou truncamento, segundo Strehler (2011, p. 21), em especial no que se refere a compostos exocêntricos e endocêntricos, em prol da economia oral e escrita, foi percebida, também, durante a análise dos *corpora*, o mesmo fenômeno em algumas UTC mais longas, que perdiam elementos, ou tinham elementos substituídos por suas siglas, a fim de “economizar” no discurso. Para Sager,

*... pode-se criar o sinônimo mediante um processo de abreviação. Em tais casos, às vezes torna-se difícil, se não impossível, diferenciar entre um termo mais amplo utilizado como sinônimo de um termo mais específico e uma forma encurtada do termo mais específico.*<sup>64</sup> (SAGER, 1993, 195)

---

<sup>64</sup> Do espanhol: “...se puede crear el sinónimo mediante un proceso de abreviación. En tales casos, a veces resulta difícil, si no imposible, diferenciar entre un término más amplio utilizado como sinónimo de un término más específico y una forma acortada del término más específico” (tradução nossa).

O autor complementa, dizendo que, em termos compostos, o usual é a abreviação por omissão, retirando um elemento. Um exemplo disso é o que Strehler traz em seu texto, quanto ao termo “metrô”, que sofreu uma redução vocabular ou truncamento, originado de “estrada de ferro metropolitana”, que foi encurtada apenas para “metropolitana” e, posteriormente, sofreu um truncamento à direita, passando a ser conhecido apenas por “metrô” (2011, p. 21).

Sager considera esse tipo de fenômeno como “designação alternativa” e chega a chamar de “sinônimo”, afirmando que ambas as formas são tidas como verdadeiras e as duas são de conhecimento dos usuários (1993, 294). O autor chama esse fenômeno, ainda, de “redução contextual”, porque, embora algumas formas não aceitem essa “abreviação”, em outras a prática é bem aceita e até previsível. “Qualquer tipo de análise deve se basear nos dois tipos de texto<sup>65</sup>” (*ibidem*).

Maria da Graça Krieger também fala da redução vocabular. Para ela, “os termos, de um ponto de vista formal, apresentam outras configurações sígnicas” (2001, p. 75), referindo-se às siglas, acrônimos, abreviaturas, fórmulas e, sobretudo, às formas abreviadas. Estas, por sua vez, ela alega justificar-se o uso pelo “comportamento dos termos nos processos comunicacionais” (*ibidem*), citando o uso de “Convenção de Viena”, para referir-se a sua denominação completa: “Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio”.

Considerando tudo o que foi dito, esse fenômeno se encaixa, ainda, no que a professora Enilde Faulstich chama de “variantes coocorrentes”, que formaliza essa sinonímia na Terminologia (2003, p. 18). Esses termos coexistem simultaneamente em suas áreas e, muitas vezes, em um mesmo texto, para retomar anaforicamente a UTC mais longa e até como recurso estilístico para evitar repetições.

Nos casos observados nos *corpora*, alguns sintagmas acabam por perder elementos em ambos os idiomas, comprovando o fenômeno mencionado, como nos exemplos do quadro 4.9. O que se pode observar no quadro é que a UTC “missão das Nações Unidas” é um hiperônimo das demais, ou seja, “missão de paz” é um tipo de missão da ONU. Porém, existe outra UTC (missão da ONU), que é uma simplificação, uma redução da UTC, sendo variante coocorrente e forma reduzida ao mesmo tempo. Da mesma forma, “missão de paz” (embora seja um “tipo de missão das Nações Unidas”, portanto, seu hipônimo), na maioria dos exemplos encontrados nos *corpora*, como o do quadro 18, acabou se convertendo em mais uma simplificação, ou redução, a fim de “economizar nas palavras” ou retomar o termo como anáfora ou forma

---

<sup>65</sup> Do espanhol: “Cualquier tipo de análisis se debe basar en los tipos de textos” (tradução nossa).

estilística. O termo que define melhor e mais especificamente o caso em que o Brasil participou no Haiti seria “missão de paz das Nações Unidas”, que possui, por sua vez, uma simplificação, ou redução: “missão de paz da ONU”, mas que também tem sido usado apenas “missão da ONU”, a fim de simplificar.

Quadro 1.15 – Exemplo de redução vocabular.

UTC	Fonte	Exemplo de uso
missão das Nações Unidas	doc. 10	Com o incremento da participação brasileira em missões das Nações Unidas, foram adquiridos novos conhecimentos para a Força Terrestre.
missão da ONU	doc. 36	Todas as missões da ONU exigem tanto mobilidade como flexibilidade e são operações multinacionais.
missão de paz	doc. 6	O relatório recomendava que todas as missões de paz deveriam possuir a capacidade de demonstrar uma diferença na vida das pessoas.
missão de paz das Nações Unidas	doc. 11	A força multinacional foi seguida por sucessivas missões de paz das Nações Unidas, de 1994 a 2001.
missão de paz da ONU	doc. 2	As missões de paz da ONU tiveram início no ano de 1948.

Em outras palavras, o que se percebe com a análise dessas UTC nos *corpora*, é que, na grande maioria dos casos, todas essas formas são utilizadas indistintamente, para se referir a um mesmo significado, como variantes coocorrentes. Para melhor poder se visualizar, de acordo com a significação de cada uma dessas UTCs, ter-se-ia, hierarquicamente, uma árvore de conceito como a apresentada na figura 4.2:

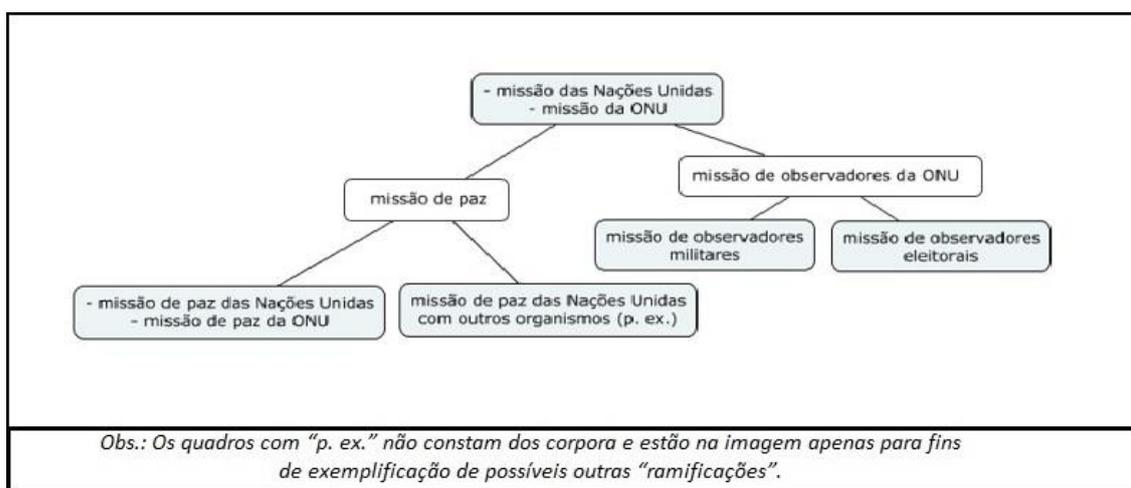


Figura 1.6 – Exemplo de redução vocabular em uma árvore de conceito.

Apesar de uma das formas estar em posição superordenada, os exemplos de uso dizem que todas essas UTC são utilizadas indistintamente em grande parte das vezes, com o mesmo significado especializado. No quadro 4.10 é possível ver outros casos desse fenômeno:

Quadro 1.16 – Candidatas a UTC que sofreram redução vocabular, que se tornaram variantes coocorrentes.

Espanhol		Português	
UTC	Exemplo de uso	Candidata	Exemplo de uso
operación de paz <b>(hiperônimo)</b>	El Informe Brahimi en cierta medida impulsa este cambio, ya que utiliza a lo largo del texto la expresión de operaciones de paz en un sentido más genérico. (doc. 12)	operação de paz <b>(hiperônimo)</b>	Em operações de paz, onde o local é incerto, as tropas da ONU devem ser capazes de lançar e extrair seu pessoal do terreno. (doc. 2)
operación de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas	Las operaciones de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas enfrentan un reto extraordinario. (doc. 18)	operação de manutenção da paz das Nações Unidas	As viaturas, navios e aeronaves da operação de manutenção da paz das Nações Unidas exibirão identificação clara das Nações Unidas. (doc.31)
operación de mantenimiento de la paz <b>(forma reducida)</b>	La financiación de las operaciones de mantenimiento de la paz, que constituyó un asunto espinoso desde los comienzos de las Naciones Unidas, continúa siendo un tema de especial relevancia. (doc. 8)	operação de manutenção da paz <b>(forma reducida)</b>	A ONU desdobra em Operações de Manutenção da Paz (OMP) uma pequena fração em relação às operações militares que ocorrem no mundo. (doc.3)
OMP <b>(sigla)</b>	Una OMP es principalmente una operación de carácter político y no militar. (doc. 4)	OMP <b>(sigla)</b>	As OMP não surgiram apenas no âmbito das Nações Unidas. (doc. 12)
operación multidimensional de mantenimiento de la paz	Las operaciones multidimensionales de mantenimiento de la paz suelen tener el mandato de facilitar la asistencia humanitaria. (doc. 23)	operação de manutenção da paz multidimensional	As operações de manutenção da paz multidimensionais passaram a atuar sob os preceitos do peacebuilding. (doc. 5)
operación multidimensional <b>(forma reducida)</b>	En las operaciones multidimensionales hay muchos componentes civiles esenciales. (doc. 23)	operação multidimensional <b>(forma reducida)</b>	As operações “multidimensionais” ajudam a estancar a violência, entretanto, não resultam, necessariamente, em uma paz sustentável e duradoura. (doc. 12)
operación tradicional de mantenimiento de la paz	En las operaciones tradicionales de mantenimiento de la paz, el componente militar generalmente está formado por observadores militares no armados. (doc. 23)	operação de manutenção da paz tradicional	Operações de manutenção da paz tradicionais normalmente estabelecem e policiam uma zona tampão e ajudam na desmobilização e desarmamento das partes em conflito. (doc. 18)
operación tradicional de la paz <b>(forma reducida)</b>	Las operaciones tradicionales de la paz, mantenimiento de la paz o de primera generación se refieren a aquellas que se basan escrupulosamente en los siguientes principios ya enumerados en la página 35 el consentimiento de las partes, la imparcialidad y el uso de la fuerza sólo en legítima defensa. (doc. 39)	operações de paz tradicional <b>(forma reducida)</b>	Operações de Paz Tradicionais envolvem a implementação de tropas militares e funcionários civis, a fim de fiscalizar o acordo de paz estabelecido após um conflito. (doc. 18)

operación de paz de primera generación	En el 2000 se estableció una operación de paz de primera generación en Etiopia y Eritrea. (doc.39)	operação de paz de primeira geração	A abordagem classificada como operações de paz de primeira geração não apresentava resultados satisfatórios, principalmente para a comunidade internacional. (doc. 15)
operación de primera generación <b>(forma reduzida)</b>	Las operaciones de la primera generación se desplegaban en el territorio con el consentimiento de todas las partes involucradas. (doc. 39)	operação de primeira geração (ou de 1ª geração) <b>(forma reduzida)</b>	A transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz, com 38.000 integrantes, de 33 países, marcou o fim das operações de 1ª geração... (doc. 11)
operación de paz de segunda generación	---	operação de paz de segunda geração	A transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz, com 38.000 integrantes, de 33 países, marcou o fim das operações tradicionais de 1ª geração, sob o capítulo VI da Carta das Nações Unidas, determinando o nascimento de novas operações de paz, de 2ª geração... (doc. 11)
operación de segunda generación <b>(forma reduzida)</b>	... por primera vez se establecen normas para hacer las OMP más operacionales, al mismo tiempo que aparecen las operaciones de “segunda generación”. (doc. 4)	operação de segunda geração <b>(forma reduzida)</b>	As OMP multidisciplinares (ditas de segunda geração) não são fenômeno surgido no final dos anos 80, mas possuem antecedentes tanto na Liga das Nações, como nas Nações Unidas. (doc. 12)
operación de paz de tercera generación	... podemos considerar que en la actualidad estamos frente a las Operaciones de Paz de Tercera Generación u Operaciones de Paz Complejas (de amplio espectro). (doc. 40)	operação de paz de terceira geração	Nas operações de paz de 3ª geração, é comum a ausência de OG em diversos setores. (doc. 11)
operación de tercera generación <b>(forma reduzida)</b>	Las operaciones de cuarta generación nacen en reacción a la crisis originada por las operaciones de tercera generación a las puertas del siglo XXI. (doc. 39)	operação de terceira geração <b>(forma reduzida)</b>	---
operación de paz de cuarta generación	La meta de las operaciones de paz de cuarta generación es entregar el poder a algún líder elegido democráticamente en un país estable y pacífico. (doc. 39)	operação de paz de quarta geração	---
operación de cuarta generación <b>(forma reduzida)</b>	Las operaciones de cuarta generación nacen en reacción a la crisis originada por las operaciones de tercera generación a las puertas del siglo XXI. (doc. 39)	operação de quarta geração <b>(forma reduzida)</b>	---

Colocando esses casos do quadro 4.10 em uma árvore de conceito, ficaria, hierarquicamente, conforme consta na figura 4.3. Embora a UTC “operação de paz” seja hiperônimo, ela é utilizada, também, como variante coocorrente e forma reduzida de “operação de manutenção da paz das Nações Unidas”.



Figura 1.7 – Exemplo das UTC do quadro 4.10 na árvore de conceito "operação de paz".

Na figura 10, acrescentou-se, ainda, a UTC “operação de imposição da paz das Nações Unidas” e um hipônimo dela (operação de guerra da ONU), apenas para exemplificação de outras possíveis ramificações na árvore que não foram encontradas nos *corpora*.

#### 4.1.4 Análise das candidatas quanto aos demais critérios para identificação

Todas as candidatas a UT e UTC foram, ainda, submetidas aos demais critérios para a identificação de unidades terminológicas. Quanto ao primeiro critério de L’Homme, já se viu nas análises dos tópicos anteriores. L’Homme recomenda que as unidades terminológicas estejam dentro desse primeiro critério e de outros três, ainda, conforme especificado no início deste capítulo. Aquelas unidades lexicais que não haviam passado do primeiro critério de L’Homme sequer foram submetidos aos demais critérios.

O segundo critério de L’Homme também foi confirmado em todos os casos. Relembrando, trata-se da análise dos actantes semânticos das unidades candidatas a UT e UTC.

Analisemos, então, o caso dado no tópico 2.5.2: o verbo “desplegar”, que em português possui, como equivalente funcional “desdobrar”, como no exemplo: “A ONU desdobra em Operações de Manutenção da Paz (OMP) uma pequena fração em relação às operações militares que ocorrem no mundo” (fonte: documento 3). Os actantes semânticos desse exemplo seriam:

- Aquele que desdobra = “A ONU”
- Onde é desdobrado = “em Operações de Manutenção da Paz ”
- O que é desdobrado = “uma pequena fração”

Têm-se aqui três actantes semânticos e todos relacionados à área de especialidade em estudo. Lembrando que “fração” seria uma pequena porção da tropa.

Um outro exemplo seria a UT “ameaça”, como em: “a situação exige maior proteção de civis sob ameaça iminente de violência física” (fonte: documento 6). Nesse caso, a UT possui dois actantes semânticos:

- Quem ameaça: a violência física;
- Aqueles que são ameaçados: os civis.

No exemplo apresentado, ambos os actantes são remetidos aos conflitos que afetaram a paz em que esses civis viviam, então, estão relacionados à área em estudo.

Um terceiro exemplo poderia ser a própria palavra “conflito”, como em: “O conflito que devastou a Nação deixou mais de dois milhões de mortos” (fonte: documento 10). Aqui, essa UT possui apenas um actante semântico, que seria a “luta”, que pode ser política ou armada, por exemplo, em território do país de que trata o documento.

Esses casos são apenas para ilustrar o trabalho realizado.

Quanto ao terceiro critério (parentesco morfológico, acompanhado de um parentesco semântico com outro termo já identificado pelos critérios anteriores), em muitos casos é mais fácil de identificar, como no caso de “conflito armado”, pois se já se constatou que “conflito” pode ser uma UT, porque passou pelos critérios estabelecidos, a UTC “conflito armado” também será considerada. Com isso, muitos termos foram incluídos como candidatos a unidades terminológicas, como “despliegue/redespliegue”, “desarmamento/armamento”, “desdobramento/pré-desdobramento/redesdobramento”, e assim por diante. Essa investigação se deu tanto em espanhol, quanto em português, vindo a abranger, muitas vezes, termos com pouca frequência e até mesmo os *hapax* (termos com apenas uma incidência em todo o *corpus*), devido ao parentesco morfológico com outro termo com uma frequência alta. O quadro 4.11 ilustra essa questão, quanto à UT “despliegue/desdobramento”.

Quadro 1.17 – Exemplo da aplicação do 3º critério da L’Homme.

Espanhol				Português			
Freq	Alc.	Candidata a UT	Exemplo de uso	Freq	Alc.	Candidata a UT	Exemplo de uso
726	48	despliegue	Durante 2004 proseguirá el despliegue de tropas y de personal de policía civil y de asuntos civiles... (doc. 18)	391	39	desdobramento	Apenas no ano de 1956 houve o primeiro desdobramento de tropas armadas representando as Nações Unidas... (doc. 2)
10	8	redespliegue	... ha debido realizar numerosos despliegues y redespliegues, descentralizando sus sub unidades de maniobra... (doc. 1)	4	2	redesdobramento	O planejamento do redesdobramento será conduzido para terminar a operação. (doc. 36)
3	1	predespliegue	El centro realiza a nivel nacional la instrucción, predespliegue de los contingentes argentinos a ser empleados en las operaciones de paz. (doc. 31)	44	10	pré-desdobramento	Equipes de Treinamento Móveis são úteis em atividades de pré-desdobramento... (doc. 62)

O quarto critério de L’Homme, a relação paradigmática com outros termos já identificados pelos critérios anteriores, não se distancia muito do que se fez quanto ao terceiro critério.

Quanto às UTC, após passar previamente pelos critérios de L’Homme, em especial o de número um, considerado primordial para considerar-se a unidade lexical como terminologia, foram submetidos aos critérios de Boulanger (1993, p. 10), apresentados, também, por Lamberti (2013, p. 59-60), pois eram mais voltados a unidades terminológicas complexas. Igualmente nesse caso, o principal dos critérios foi o primeiro, pois, para se tornar uma UTC, a unidade lexical não comporta separação, sem sofrer mudança em seu significado, como explicado no tópico 2.5.2. O segundo critério também foi eficaz para a análise das UTC, em ambos os idiomas, pois todas as unidades candidatas a UTC apresentavam como característica elementar a impossibilidade de sofrer uma comutação ou substituição dos elementos (mesmo por termos sinonímicos, como “humanos” e “das pessoas” – “direitos humanos” não é o mesmo que direitos das pessoas).

Igualmente foram analisadas possíveis correspondências com UT ou UTC já identificadas, o que não se diferencia muito do quarto critério de L’Homme, quando se refere à relação paradigmática. Considera-se, então, igualmente uma UTC, tanto “grupos armados”,

quanto “beligerante”. Quanto a esse quesito, muitas vezes surgia um termo coocorrente em inglês, como o caso de “mantenedor da paz”, ou “pacificador”, termos também utilizados, como variantes coocorrentes, mas que possuem, na maioria dos casos em português, como unidade terminológica mais usual o termo em inglês “peacekeeper”, que está consagrado nos documentos analisados. No entanto, todos são igualmente considerados UT ou UTC. Esse fenômeno pode ser visto no quadro 4.12.

Quadro 1.18 – 3º critério de Boulanger aplicado em “peacekeeper”/“mantenedor da paz”.

Espanhol			Português		
Freq/ Alc	Candidato	Exemplo de uso	Freq/ Alc	Candidato	Exemplo de uso
12/8	peacekeeper	A pesar de los mejores esfuerzos de los peacekeepers, poco había cambiado en Haití. (doc. 34)	158/60	peacekeeper	Exige-se do “Peacekeeper” uma necessidade de rigoroso preparo técnico, psicológico, noções de negociações. (doc. 15)
38/1	mantenedor de la paz	La historia ha enseñado que los mantenedores de la paz y los constructores de la paz son socios inseparables en operaciones complejas. (doc. 15)	9/6	mantenedor da paz	É essencial para todos os mantenedores da paz entender que está tudo ao redor do gênero por um número de razões. (doc. 36)
--	---	---	3/1	mantenedor de paz	O nível tático envolve as tarefas exigidas para os mantenedores de paz individuais. (doc. 36)
17/7	pacificador	Aun cuando los pacificadores tienen el mandato de “auto-defensa”, este nuevo entorno puede requerir reglas de enfrentamiento más duras. (doc. 26)	38/8	pacificador	Os pacificadores sozinhos não irão alcançar uma paz duradoura. (doc. 36)
79/19	casco azul	Los contingentes de Cascos Azules deben ser desplegados en cuanto se logra un cese al fuego. (doc. 15)	59/11	capacete azul	Os capacetes azuis devem estar em condições não apenas de defender a si próprios, mas outros componentes da missão e o mandato. (doc. 5)

Percebeu-se o mesmo fenômeno em outros termos, com correspondência sinonímica, chamada também de variante coocorrente, de UTC ou UT em inglês, inclusive, em alguns casos, mostram-se bastante cristalizados não apenas na área de missões de paz, mas em outras, como defesa e até aviação, como no caso da UT “drone”, nome pelo qual é mais conhecida a aeronave que voa pilotada remotamente e sem qualquer tripulação (aeronave remotamente pilotada ou veículo aéreo não tripulado). Os casos mais evidentes figuram no quadro 4.13, que traz, também, exemplos de uso.

Quadro 1.19 – Análise do UTC e UT com correspondência sinonímica em inglês.

Candidato a UT	Espanhol			Português		
	Freq/ Alc.	Exemplo de uso	coocorrente	Freq/ Alc.	Exemplo de uso	coocorrente
<b>drone</b>	6/2	Es de esperar que el uso de drones de vigilancia (no armados) por parte de MONUSCO ayude a dar solución a este problema. (doc. 6)	Vehículo Aéreo no Tripulado (VANT)	9/2	O Batalhão adquiriu dois drones e os empregou nas diversas missões desencadeadas na AOR. (doc. 48)	Veículo Aéreo não Tripulado (VANT) e Aeronave Remotamente Pilotada (ARP)
<b>Guideline</b>	12/6	Todos deberán conocer, instruirse y respetar las normas de conducta, que se encuentran contenidas en las Guidelines (Lineamientos), dictados por la ONU. (doc. 32)	Lineamiento	44/18	O preparo do contingente é feito de acordo com as “Guidelines” aceitas pelo Estado-Membro. (doc. 31)	Diretriz
<b>checkpoint</b>	3/2	Seguidores de Aidid fueron a protestar un check point a cargo de pakistaníes. (doc. 39)	Punto de Control (CP)	38/9	... estabeleceu cordões de isolamento e check points conjuntos, a fim de garantir a realização dos trabalhos por parte do efetivo policial. (doc. 45)	Ponto de Controle
<b>peacekeeping</b>	94/15	El Grupo constituyó una misión de mantenimiento de la paz (peacekeeping) bajo la autoridad del Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz (DPKO). (doc. 34)	mantenimiento de la paz	237/21	Peacekeeping é um dos instrumentos utilizados pelas Nações Unidas e por outros atores internacionais para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (doc. 5)	manutenção da paz
<b>peacebuilding</b>	31/4	En la realidad esta separación entre el peacekeeping y el peacebuilding se transforma en una línea muy tenue. (doc. 34)	construcción de la paz (mais usual) / consolidación de la paz	32/5	Peacebuilding é um instrumento recente – reflexo das crises da década de 1990... (doc. 5)	consolidação da paz (mais usual) / construção da paz

Por fim, quanto ao quinto e último quesito apontado por Boulanger, em suas notas de aula, e explicitado pela professora Flávia Lambert, a impossibilidade de coordenação dos componentes da UTC com outro elemento, ou, ainda, a retomada do termo por meio de anáfora, é um critério que não cabe a todos. Muitas UTC permitem o resgate, anaforicamente, utilizando a base da própria unidade terminológica complexa, como nos casos abaixo.

**Ex. 1:** “A Organização das Nações Unidas é um órgão internacional, criado no contexto da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo fundamental de buscar a paz e segurança internacionais” (fonte: documento 8).

**Ex. 2:** “As Nações Unidas contavam com menos de um terço do número de membros que têm hoje” (fonte: documento 16).

No caso do exemplo 1, é possível resgatar anaforicamente a UTC, a partir de sua base, como: “A organização é responsável por manter a paz e a segurança internacionais”. A base da UTC, nesse caso, retoma o termo inteiro. O mesmo não é possível no segundo caso, pois a UTC, que é uma redução da UTC do exemplo 1 e sua variante coocorrente, possui agora como base a palavra “Nações” (não se pode retomar da seguinte forma: “As Nações possuem grande número de estados-membros”).

Como exemplo de UTC que se pode retomar anaforicamente, estão:

➤ Regras de Engajamento = essas regras...

**Ex.:**

– “As regras de engajamento deverão ser transmitidas ao efetivo militar e policial da missão de paz antes da chegada ao terreno” (fonte: documento 5).

– Essas regras são elaboradas pelo DPKO.

➤ armas de destruição em massa = essas armas...

**Ex.:**

– “O Brasil aderiu a todos os acordos relacionados ao controle das armas de destruição em massa” (fonte: documento 8).

– Essas armas são causas de muitos conflitos.

- artefato explosivo = esse artefato...

**Ex.:**

- “Patrulha de detecção de artefatos explosivos é empregada onde há indícios da presença de minas” (fonte: documento 30).
- Engenheiros desativam esses artefatos.

Dessa forma, esse critério é o que menos ajuda na definição, por si só, de uma UTC. Por esse motivo os autores sugerem que se combinem pelo menos três critérios.

## 4.2 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ÁRVORES CONCEITUAL

Após todo esse processo de análise de candidatas a UT e UTC, os termos foram dispostos em uma árvore conceitual, ou árvores de domínio, segundo alguns autores, incluindo Krieger e Finatto (2004), a fim de organizar esse conhecimento em cada um dos idiomas, visto que não é, ainda, uma área com terminologias estandarizadas – salientando que não se objetivou estandarizar ou padronizar o conhecimento, apenas analisar como é usado cada termo nos dois idiomas estudados. Como a árvore de conceito tornou-se extensa demais, não se colocará aqui em sua totalidade, apenas uma mostra, exemplificando o trabalho realizado.

Krieger e Finatto definem árvore de domínio como “um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma” (2004, p. 134). As autoras ainda complementam, explicando que se trata de uma recomendação das normas ISO sobre trabalho terminográfico, “para que se tenha uma aproximação inicial a uma área de conhecimento” (*ibidem*), sugerindo fazê-la antes de iniciar a obra terminográfica. A ideia é que as inter-relações conceituais de uma especialidade surjam ao se montar uma árvore conceitual, o que ajuda no trabalho do terminólogo, pois “uma hierarquia conceitual, de algum modo, condiciona o reconhecimento dos termos e também a seleção das informações” (*idem*, p. 135).

Para Pavel e Nolet,

*Os conhecimentos adquiridos em uma dada área temática se estruturam em terminologia conforme as relações hierárquicas e lógicas entre os conceitos que integram a área temática em questão. As relações utilizadas com maior frequência para estruturar os conhecimentos são as relações hierárquicas entre um conceito genérico e os conceitos específicos relacionados, e as relações partitivas entre todo*

e parte. A representação gráfica destas relações se denomina diagrama ou árvore conceitual. (2002, p. 15)

Krieger e Finatto (2004, p. 136) explicam, ainda, que montar uma árvore de domínio é um dos elementos básicos para quem organiza uma obra terminográfica, como um dicionário, por exemplo, embora muitos outros necessitem ser observados, como todos os explicitados nesta dissertação.

Dessa forma, na figura 4.4, pode-se ver um exemplo da árvore conceitual montada para a área de missões de paz das Nações Unidas, a fim de elaborar o vocabulário terminológico da área. A árvore foi realizada com base na relação de terminologias em português, visto que é a língua de chegada desta pesquisa quanto às equivalências funcionais (que teve a ordem espanhol – português).



Figura 1.8 – Exemplo da árvore conceitual criada para a área do conhecimento.

As unidades terminológicas sem a caixa representam possíveis hiperônimos, em caso de desmembramento, para especificar melhor cada ramificação. A ferramenta utilizada para a elaboração das árvores conceituais foi o CMapTools<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> Disponível em <<https://cmaptools.softonic.com>>. Último acesso em 22 nov. 17.

#### 4.2.1 A UT “Paz” como campo nocional

Dentre as unidades terminológicas simples e complexas encontradas, após exaustiva análise e muita reflexão e estudo, a UT “paz” foi definida como o campo nocional a que está relacionado todo o Sistema das Nações Unidas. Para explicar como se deu essa análise, cabe, aqui, algumas observações quanto a essa UT. A primeira delas é quanto à alta incidência desse termo em ambos os *corpora*, tendo aparecido 6.848 vezes no *corpus* 1 (de espanhol) e 7.347 no *corpus* 2 (de português).

A fim de demonstrar brevemente a análise técnica realizada para tomar a decisão de considerá-la uma UT, analisemos os casos em língua portuguesa apenas, visto que o mesmo foi aplicado na análise dos documentos em espanhol. Dessas 7.347 ocorrências, 1.799 se deram dentro de alguma UTC já comprovada e validada. Se considerar-se as vezes em que ela surge como parte de possíveis fraseologismos (que não foram objeto de estudo aqui e por isso não se pôde ratificá-los), o termo “paz” ainda possui uma incidência bastante elevada, pois se contabilizou pouco mais de 120 possibilidades de unidades fraseológicas com esse termo (e praticamente todas surgiram, no mínimo, duas vezes). O exemplo 1, abaixo, mostra uma das possibilidades de fraseologismos encontradas:

**Ex. 1:** “O Brasil, como membro da ONU, desde a sua fundação, e com base no compromisso de contribuir para a paz e a segurança internacionais, já participou de 36 operações de manutenção de paz, desde 1956.” (grifo nosso)

(Fonte: Tese – A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz – Coordenação Civil-Militar; documento nº 11)

Quanto às UTC encontradas com o termo paz, das 38 candidatas, 25 foram validadas e podem ser verificadas no Anexo D desta dissertação, com alguns dos exemplos de uso. Em todos os casos, os critérios descritos neste capítulo foram aplicados, a fim de chegar-se à sua confirmação, enquanto unidade terminológica. Todas também passaram pela etapa da validação, que será descrita no próximo tópico.

No entanto, sem considerar os casos de UTC definidas e possíveis fraseologismos, ainda foram encontradas outras ocorrências, que não se encaixavam em nenhum dos casos, seja por

haver poucas incidências ou por constar apenas em um documento, podendo ser escolha do autor, como no exemplo 2, a seguir:

**Ex. 2:** “As operações de paz continuam como vetores úteis na obtenção da paz;” (grifo nosso)

(Fonte: Dissertação – A Participação Brasileira em Operações de Paz da ONU; documento nº 8)

Esse fator acendeu uma luz de alerta sobre esse termo, que passou a ser analisado mais profundamente. Ele também se constitui em uma palavra do léxico geral, no entanto, percebeu-se que, ao ser abordada dentro do contexto de missões de paz da ONU, se convertia em uma unidade terminológica da área. Como vimos no Capítulo 2, as palavras do léxico comum se mesclam ao vocabulário de áreas especializadas, o que reforçou a ideia de que “paz” poderia se encaixar nesse caso. Porém, tem-se ainda o caso de que termos de outras áreas específicas acabam se tornando, também, terminologias de outras áreas, pela comunicabilidade existente entre elas, um entrelaçamento de informações. Descobriu-se, então, que, enquanto termo, “paz” já pertencia a outro campo do conhecimento, a ciência política, estando, inclusive, dicionarizada, com a seguinte acepção (de número 5): “Cessação de hostilidades entre nações, acordo, restabelecimento de relações amigáveis; ARMISTÍCIO”<sup>67</sup>.

Como se vê, contata-se, aqui, a intersecção dessa área de especialidade com outras, em especial, a política e a militar. A área de especialidade de Missões de Paz da ONU, então, pode ser representada conforme a figura 4.5.

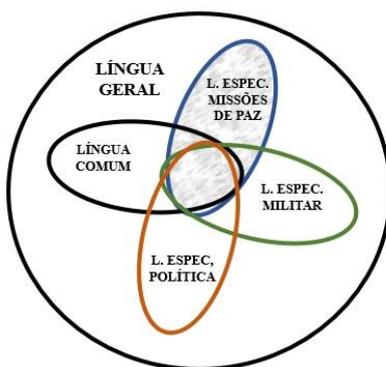


Figura 1.9 – Esquema da área de Missões de Paz da ONU.  
(Baseado em CABRÉ, 1993, p. 140)

<sup>67</sup> Dicionário on-line Aulete Caudas, Conforme Referências Bibliográficas.

Depois dessa análise, outro quesito pesou na decisão, ao se analisar a documentação da ONU, criada justamente em nome da “paz”. Na Carta das Nações Unidas (ONU, 1945), documento-base que originou o organismo, em suas 25 páginas, o termo aparece 42 vezes, em especial no capítulo de número um da carta, primeiro artigo, que estabelece que:

*Os propósitos das Nações unidas são:*

*1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;*

*2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; (...) (grifo nosso)*

Vê-se, então, que o princípio maior da própria instituição é a “paz” e por ela o organismo foi criado. Com isso, não restou dúvidas quanto a incluí-la como uma UT e como um campo nocional que faz parte de todo o sistema, embora não possua relação hierárquica com os demais termos.

#### **4.3 A VALIDAÇÃO DOS CANDIDATOS A TERMOS**

Quanto à validação dos candidatos a termo, dois métodos foram utilizados: a análise em obras de referência já existentes e o conhecimento de especialistas da área, mediante consulta.

Segundo “O Pavel: Curso Interativo de Terminologia”, publicação do Departamento de Tradução do Governo do Canadá, para que os candidatos a termo sejam válidos e aceitáveis dentro do público a quem se destina, além de um sólido conhecimento da língua e das regras de formação lexical por parte do terminólogo,

*também é preciso considerar o vocabulário terminológico já existente na área de estudo, para que haja integração harmoniosa e para que as proposições sejam expostas de maneira clara e convincente. (CANADÁ, 2003, p. 13)*

Além do que, para Pavel e Nolet, “nas áreas técnicas e científicas, as terminologias fundamentais são validadas mediante as definições citadas em obras de fontes fidedignas”

(2002, p. 23). Por esse motivo, primeiramente foi utilizado o glossário da ONU, disponibilizado em sua página *web*, com terminologias já definidas em espanhol (esse documento está disponível apenas no par linguístico e direção “inglês-espanhol”), a fim de confirmar ou rechaçar candidatos na língua espanhola, definindo, inicialmente, a terminologia nesse idioma.

Em um segundo momento, consultou-se especialistas da área, tanto em língua espanhola, quanto *experts* falantes do português do Brasil. Esta consulta a especialista, normalmente, é a mais recomendada, embora, muitas vezes, seja um processo um tanto demorado, pois demanda uma resposta por parte desse especialista, que o fará dentro de seu tempo disponível, podendo acarretar no atraso da pesquisa. No entanto, como a autora da pesquisa trabalha em meio a especialistas, essa consulta se deu mais rápido.

A consulta a especialistas em espanhol foi feita quanto a candidatos a termo que não constavam do glossário, mas que, devido aos critérios especificados neste capítulo, poderiam se encaixar como termos. Da mesma forma, consultou-se especialistas na língua portuguesa falada no Brasil, a fim de confirmar o uso das candidatas a UT e UTC do português brasileiro, definindo, assim, os respectivos equivalentes de cada termo.

Todo esse processo levou à definição mais segura da terminologia da área de missões de paz da ONU, cuja mostra pode ser verificada no Anexo E da presente dissertação, onde se apresenta a especificação, em forma de Vocabulário Bilíngue, de terminologias exemplificadas no decorrer deste trabalho investigativo.

#### **4.4 SINTETIZANDO O PROCESSO DA PESQUISA**

Com todo esse trabalho de pesquisa, pretendeu contribuir com a pesquisa na área terminológica, a fim de montar um Vocabulário Bilíngue de Missões de Paz das Nações Unidas. Nunca se desejou esgotar o tema, principalmente porque se necessitaria de uma investigação mais profunda, incluindo fraseologias e variantes coocorrentes, pois a língua espanhola possui peculiaridades em cada país que adota o idioma. Uma futura pesquisa de Doutorado poderá surgir, para complementar a investigação.

Dessa forma, pode-se sintetizar todas as etapas da pesquisa desenvolvida no decorrer da investigação, conforme o fluxograma da figura 4.6:

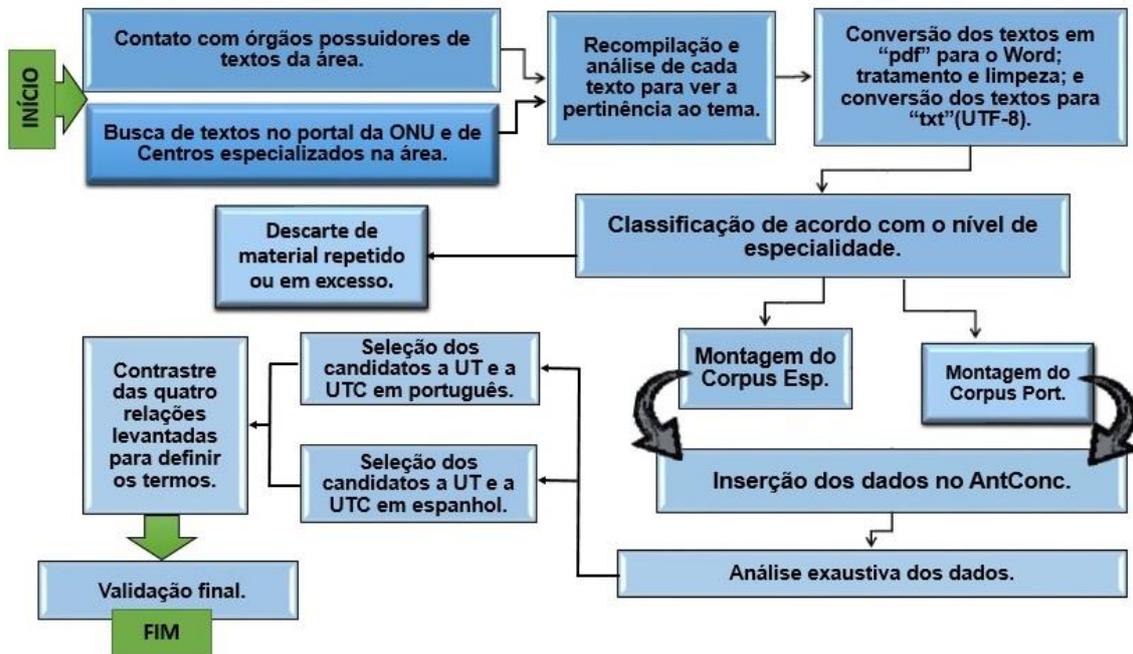


Figura 1.10 – Fluxograma do trabalho de pesquisa realizado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte de traduzir pode ser descrita como uma perfeita sintonia entre o texto de partida, o tradutor e sua compreensão da mensagem, o texto traduzido e o leitor final na língua de chegada, de modo a fazer com que a mensagem seja transmitida e atinja seu objetivo funcional e comunicativamente.

Para que esse sucesso seja alcançado, alguns quesitos precisam ser observados, principalmente quanto à tradução de textos especializados. Além de necessitar de um exímio domínio das línguas de partida e de chegada, é de extrema importância que o tradutor tenha o domínio da terminologia que veicula esse conhecimento específico na área em que está atuando. Caso não seja um profissional da área (situação perfeita e ideal, mas difícil de ocorrer), ele deve ter, pelo menos, um contato próximo com profissionais e conhecer a área de especialidade cujo texto irá traduzir.

Essa terminologia específica é o que veicula o conhecimento especializado. Então, a linguagem de especialidade pode ser descrita como um conjunto, no real sentido da palavra, definido pelos elementos que o compõem, desde interlocutores e suas especificidades (incluindo aqui propósitos e intenções), até as circunstâncias em que ocorre a comunicação. Acrescente-se a isso, ainda, o aspecto cultural de cada país, que pode influenciar diretamente nas escolhas dos termos mais adequados para cada caso.

O processo comunicativo, como um todo, apenas parece simples. No fundo é muito mais complexo do que se imagina, pois a comunicação necessita ser eficaz. O leitor na LC deve compreender o texto como o faria um leitor nativo da LP, e não tem nada a ver com “ter a mesma reação” ou “sentir o mesmo”, como alguns teóricos sugeriram, como Nida e sua equivalência dinâmica, mas, sim, com a funcionalidade e comunicabilidade da mensagem, que deve manter a mesma função que possuía na LP e comunicar o mesmo conteúdo.

O pai da Teoria Geral da Terminologia, Eugen Wüster, concebeu a TGT mais com a preocupação de evitar a ambiguidade entre os termos das áreas científicas e técnicas, na busca, principalmente, de uma normalização terminológica. Desde então, muitos outros estudos a aperfeiçoaram, chegando-se a uma teoria que abrangesse aspectos comunicativos e culturais, com a terminóloga espanhola Maria Teresa Cabré, que criou a Teoria Comunicativa da Terminologia, que foi a mais utilizada nesta pesquisa, por analisar o termo dentro de seu contexto de uso.

Dessa forma, aqui nesta investigação, considerou-se os termos como unidades léxicas, ativadas singularmente por suas condições pragmáticas, também chamadas de unidades terminológicas. Esses elementos se constituem de forma ou denominação e de significado ou conteúdo. O objetivo da Terminologia, dessa forma, passa a ser a descrição, de modo semântico, formal e funcional, das unidades que têm valor terminológico e explicar suas relações com outros signos do mesmo sistema ou até de outro.

Nessa relação com signos de outros sistemas linguísticos, chega-se à teoria da equivalência, que talvez seja a mais estudada no campo das traduções. O nome surgiu com mais força pelas mãos de Roman Jakobson, em um artigo em 1959, marcado pela visão ainda estruturalista da língua. A teoria sofreu um aperfeiçoamento com Catford, em 1965, mas o ápice da teoria veio com Nida, por meio de estudos da tradução da Bíblia, modificando o foco do ato tradutório para a figura do leitor final, na língua de chegada. Sua contribuição foi extremamente relevante para a área da tradução, mas os estudos não pararam por aí.

Ainda na década de 1960, surgiram outros nomes de peso que muito contribuíram para o desenvolvimento dos Estudos da Tradução, enquanto área do conhecimento, e, assim, também para a Terminologia. Destacaram-se, para os estudos realizados na presente pesquisa, nomes como Otto Kade, Henri Vernay, Werner Koller, Wolfram Wilss e Juliane House, que tiveram papel relevante para que se chegasse a uma teoria que abrangesse aspectos mais culturais e comunicativos, cujo objetivo era garantir a comunicação entre indivíduos ou grupos diversificados culturalmente, considerando sua bagagem sociocultural e os conhecimentos prévios do emissor e do receptor.

Quem deu o passo decisivo para essa teoria foi Hans J. Vermeer, com sua Skopostheorie, ou teoria dos Skopos (ou “objetivos”), que defendia que o êxito da interação ocorre quando o receptor interpreta a mensagem de modo coerente com sua situação, sem que ocorra qualquer tipo de “descontentamento”, ou estranhamento, seja quanto às formas linguísticas, sua transmissão, a linguagem utilizada ou o sentido da mensagem. O conceito foi complementado, ainda, pelos estudos de Katharina Reiss, quem trouxe a ideia de uma equivalência comunicativa, que prioriza o aspecto cultural, colocando-o acima de aspectos linguísticos. Reiss enfatiza, ainda, que tanto os sistemas linguísticos quanto os culturais são constituídos de modo diferente de uma cultura a outra e, por isso, não é possível considerá-los iguais no momento da tradução.

Por fim, Peter Newmark apresenta uma nova teoria, a da equivalência funcional, que deveria garantir ao leitor na LC que o texto traduzido possua o mesmo valor dentro do novo

contexto. Assim, o tradutor deve construir um texto que cumpra, na LC, as mesmas funções que na LP.

Ambas as teorias (a da equivalência funcional e da comunicativa) se complementam, sempre com foco na compreensão máxima do leitor na língua de chegada, a fim de que a mensagem seja precisa funcional e comunicativamente. Por isso, ambas foram utilizadas na busca de equivalentes na área de missão de paz da ONU, na presente pesquisa, a fim de que se levasse a cabo a confecção de um Vocabulário Bilíngue Espanhol – Português.

Assim, procedeu-se, então, aos estudos para se conhecer melhor a Organização das Nações Unidas, seu funcionamento e suas atribuições, em especial quanto à tramitação de seus documentos e seus idiomas oficiais, com a finalidade de compreender melhor a terminologia específica utilizada e familiarizar-se ainda mais com a área.

Concebida em 1945, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU nasceu com o objetivo de manter a paz mundial, defender os direitos humanos e promover o progresso das nações. Hoje possui 193 países-membros, também chamados de Estados-Membros. Sua mediação se dá de modo pacífico, mantendo a política de não violência e não coerção, a fim de atingir objetivos mais duradouros quanto à paz mundial. Tal intervenção pode ocorrer em várias fases: antes do conflito, por meio da diplomacia preventiva; durante o conflito, por intermédio de *peacemaking*; e após um conflito, com a finalidade de apoiar a implementação de um acordo de paz ou de atividades de consolidação da paz. Nesse ponto é que entram as missões de paz, seja durante ou após os conflitos, dependendo da situação e dos acordos estabelecidos.

A participação do Brasil ocorre desde 1947, quando o País enviou um Batalhão ao Canal de Suez ao Egito. Desde então, diversas outras missões contaram com militares e civis brasileiros, que atuaram em praticamente todos os continentes, seja com o envio de tropas ou em missões individuais, e frequentemente surgem novos convites para que o País contribua com esse tipo de atividade. A resolução pacífica de conflitos é parte dos interesses estratégicos do Brasil, não apenas como potência regional, mas também no papel de ator global emergente.

Nesse sentido, o interesse pelo tema torna-se cada vez maior, com inúmeras publicações, inclusive jornalísticas, que demandam trabalhos de tradução. A falta de material terminográfico foi preponderante para o desenvolvimento desta pesquisa, que pretende, mais que contribuir para os Estudos da Tradução, prover apoio a profissionais da área, terminólogos e tradutores, além de tantos outros profissionais como documentaristas, redatores técnicos, lexicógrafos, estudantes universitários, jornalistas e profissionais da mídia.

O que se realizou, então, foi um levantamento da terminologia específica em língua espanhola, com base em um corpus nesse idioma, passando-se, *a posteriori*, para a busca de equivalentes no corpus do português falado no Brasil, dentro das concepções funcionais e comunicativas da equivalência, segundo teorias especificadas acima. Com isso, foram estabelecidas candidatas a unidades terminológicas simples e complexas, sem que se entrasse em regionalismos e sem esgotar o tema, embora se tenha deparado com variantes coocorrentes, que não chegaram a ser analisadas por não ser o objeto da pesquisa.

Os corpora, além de bastante representativos da área, possuíam três níveis de especialidade (baixo, intermediário e elevado), para que abrangessem o máximo possível as terminologias específicas.

Talvez uma das atividades mais difíceis do fazer terminológico seja a identificação das terminologias, por isso, buscou-se uma técnica que auxiliasse essa primeira etapa, de seleção de candidatos a termos, recorrendo-se a terminólogos como Marie Claude L’Homme e Jean-Claude Boulanger.

O primeiro critério de seleção de uma UT, segundo L’Homme é analisar o significado que a unidade lexical possui, que necessita relacionar-se à área de especialidade. Esse critério foi utilizado tanto nas UT simples quanto nas complexas (UTC). Na sequência, pode-se partir para os demais critérios de seleção, sendo que a terminóloga sugere que se combine com esse primeiro critério outros três de cunho léxico-semântico. Este primeiro critério ficará em posição de destaque, pois deve se referir a todas as unidades terminológicas.

Dessa forma, L’Homme traz os demais quesitos: i) analisar a natureza dos “actantes semânticos”, que também devem atender ao primeiro quesito; ii) analisar o parentesco morfológico, que deve vir, necessariamente, acompanhado de um parentesco semântico com termos já identificados pelos critérios anteriores; e iii) analisar a relação paradigmática, ou seja, verificar a relação que a unidade lexical possui com outros termos já identificados.

Com esses quatro critérios, definiu-se, então, os candidatos a unidades terminológicas simples. O terminólogo deve manter-se sempre cauteloso no momento de analisar cada candidato a termo, pois uma unidade lexical pode, em determinada oração, ser classificada como uma UT ou UTC, no entanto, em outra ocorrência, muitas vezes no mesmo texto especializado, pode não ser considerada terminologia específica da área em questão. Por isso, o estudo ocorre a partir de corpus criado para essa finalidade, com linguagem natural da área em análise, a fim de que sempre se verifique o contexto em que a unidade lexical figura. Além

do que, um mesmo termo pode pertencer a áreas especializadas diferentes, pois existe uma intersecção entre as áreas, uma sobreposição de unidades terminológicas de áreas distintas.

A seleção de candidatos a unidades terminológicas complexas adotou, ainda, os critérios trazidos por Boulanger, embora o primeiro critério de L'Homme tenha sido considerado, igualmente, o primeiro a ser utilizado aqui, para as UTC. O terminólogo definiu quatro critérios para diferenciar as UTC, a saber: i) inseparabilidade, na qual não é possível intercalar uma palavra qualquer na sequência lexical da UTC sem alterar o significado; ii) impossibilidade de comutação ou substituição, ou seja, dentro de uma sequência de elementos da UTC não pode haver substituição de um dos componentes por outro sem romper as relações semânticas da própria UTC; iii) ocorrência de correspondência sinonímica, o que significa que o grupo lexical inteiro de uma UTC pode ser substituído por uma unidade simples (UT) ou por uma outra UTC, mantendo o significado intacto; e iv) impossibilidade de coordenação ou anáfora, pois não é possível coordenar os componentes da UTC com outro elemento ou de recuperá-lo anaforicamente por redução (salvo em alguns casos em que é possível recuperar essa UTC por sua base).

Com isso, foi possível estabelecer todos os candidatos a termo, que passariam, ainda, por duas etapas ainda: sua disponibilização em árvore de conceito e sua validação. No primeiro caso, o objetivo da árvore de conceito (ou árvores de domínio) foi organizar o conhecimento em cada um dos idiomas, visto que não é, ainda, uma área com terminologias estandarizadas – salientando que não se objetivou estandarizar ou padronizar o conhecimento, apenas analisar como é usado cada termo nos dois idiomas estudados. Segundo Krieger e Finatto, trata-se de uma recomendação das normas ISO para o trabalho terminográfico, para que as inter-relações conceituais de uma especialidade surjam ao se dispor a terminologia encontrada uma árvore conceitual.

Quanto à validação dos candidatos a termo, dois métodos foram utilizados: a análise em obras de referência já existentes e o conhecimento de especialistas da área, mediante consulta, este último porque, para que os candidatos a termo sejam válidos, devem ser aceitos pelo público a quem se destina.

Em suma, essa pesquisa serviu para contribuir com a pesquisa na área terminológica, em especial quanto à área de estudo definida, que carece de obras de apoio terminológico. O objetivo final foi atingido: o de realizar estudos para iniciar um Vocabulário Bilingue de Missões de Paz das Nações Unidas em Espanhol – Português. Para a concretude da obra terminográfica, outros estudos necessitam ser realizados, inclusive englobando as unidades

fraseológicas ou com possíveis variantes coocorrentes, que foram deixados de fora desta pesquisa. Nunca se desejou esgotar o tema, principalmente porque se necessitaria de uma investigação mais profunda, incluindo fraseologias e variantes coocorrentes, pois a língua espanhola possui peculiaridades em cada país que adota o idioma. Uma futura pesquisa de Doutorado poderá surgir, para complementar a investigação.

Dentre as principais conclusões a que se chegou, até aqui, salienta-se a de que a área não está suficientemente consolidada. Existe, sim, a falta de glossários e dicionários especializados nesse par linguístico trabalhado aqui, mas, acima de tudo, a própria terminologia de missões de paz se encontra no caminho de uma cristalização. É preciso lembrar que um dos fatores que contribuíram para esse quadro foi que o Brasil ficou cerca de 20 anos sem participar desse tipo de atividade, tendo retornado somente após o fim dos governos militares, o que torna essa área de missões de paz da ONU relativamente nova, para que se tenha uma terminologia totalmente consolidada. Por essa razão, não foi possível considerar o estudo finalizado. Existe a necessidade de que a pesquisa prossiga.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos; CORREIA, Margarita. Terminologia e corpus: relações, métodos e recursos. In: TAGNIN, Stella E. O.; VALE, Oto Araújo (Org.). **Avanços da Linguística de Corpus no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 67-94.

ANTHONY, L. (2016). AntConc (Version 3.4.4) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. Disponível em <[www.laurenceanthony.net](http://www.laurenceanthony.net)>. Acesso em 27 jun 2016.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS. Resolução A/RES/1(I), 24 de janeiro de 1946. **Resoluciones aprobadas de acuerdo con los informes del primer comité**. Disponível em: <[www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1\(I\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1(I))>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS. **Reglamento de la Asamblea General**. Nova Iorque: Publicaciones de Las Naciones Unidas, 2008. 149 p. Com emendas e adições aprovadas pela Assembleia Geral até setembro de 2007. Disponível em: <[www.un.org/es/ga/about/ropga](http://www.un.org/es/ga/about/ropga)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Informe del Comité de Conferencias correspondiente a 2013**. Nova Iorque: Publicaciones de Las Naciones Unidas, 2013. 143 p. Documentos oficiales. Disponível em: <[www.un.org/es/hq/dgacm/uploaded\\_documents/A.68.32.pdf](http://www.un.org/es/hq/dgacm/uploaded_documents/A.68.32.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BARROS, Lídia Almeida. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da Terminologia. **Ciência e Cultura**, Vol.58 nº 2, São Paulo, abr./jun 2006. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200011&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 nov. 2015

BOULANGER, Jean-Claude. **LEXICOGRAPHIE GÉNÉRALE**: Notes de cours. Université Laval (Canadá)/Universidade de Brasília (Brasil), 1993.

BORN BRIONES, Mónica. Reseña de "La Terminología: representación y comunicación" de María Teresa Cabré. **Onomázein**, Santiago (chile), v. 6, p.339-343, 2001. Revista da Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134518177020>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1945). Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. **Promulgação da Carta das Nações Unidas**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: Teoría, metodología, aplicaciones. Tradução ao espanhol de Carles Tebé. Barcelona (Espanha): Editorial Antártida / Empúries, 1993. 530 p. Prólogo de J.-C. Sager.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona (Espanha): Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1999. 370 p.

CANADÁ. TERMIUM / Departamento de Tradução do Governo do Canadá. O PAVEL: Curso interativo de Terminologia. 2003. 132 p. Disponível em: <<https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-interativo.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CATFORD, John Cunnison. **Uma teoria Lingüística da Tradução**: um ensaio de Lingüística Aplicada. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontífica Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Editora Cultrix, 1980. 227 p. Revisão de Maria da Gloria Novar; Consultor Antonio Paulo Carrozzo.

CHANUT, Maria Emília Pereira. A noção de equivalência e a sua especificidade na tradução especializada. **Tradterm**, São Paulo, v. 17, p.43-70, nov. 2012. Semestral. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/tradterm/issue/view/3936](http://www.revistas.usp.br/tradterm/issue/view/3936)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS. Resolução nº 263, de 1969. **Reglamento Provisional del Consejo de Seguridad**. Disponível em: <[www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/263\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/263(1969))>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº S/8976, de 22 de janeiro de 1969. **Proyecto Conjunto de Resolución**. Disponível em: <[repository.un.org/handle/11176/75714](http://repository.un.org/handle/11176/75714)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3190, de 18 de dezembro de 1973. **Inclusión del árabe entre los idiomas oficiales y de trabajo de la Asamblea General y sus comisiones principales**. Disponível em: <[repository.un.org/handle/11176/75714](http://repository.un.org/handle/11176/75714)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 345, de 17 de janeiro de 1974. **Inclusión del chino entre los idiomas de trabajo del Consejo de Seguridad**. Disponível em: <[repository.un.org/handle/11176/71452](http://repository.un.org/handle/11176/71452)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 528, de 21 de dezembro de 1982. **Inclusión del árabe entre los idiomas oficiales y de trabajo del Consejo de Seguridad**. Disponível em: <[www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/528%281982%29](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/528%281982%29)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL DE LAS NACIONES UNIDAS (Org.). **Resoluciones y decisiones del Consejo Económico y Social**: Suplemento Nº 1. Nova Iorque: Naciones Unidas, 1982. Documentos oficiales. 59 p. Disponível em: <[www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/1982/82](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/1982/82)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Reglamento del Consejo Económico y Social**. Nova Iorque: Publicaciones de las Naciones Unidas, 1992. 52 p. Disponível em: <[www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/5715/Rev.2](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/5715/Rev.2)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

FALL, Papa Louis; ZHANG, Yishan. **El multilingüismo en las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas**: estado de aplicación. Genebra (suíça): Naciones Unidas, 2011. 81 p. Disponível em: <[www.unjui.org/es/reports-notes/Paginas/JIU\\_REP\\_1993\\_4\\_SPANISH.aspx](http://www.unjui.org/es/reports-notes/Paginas/JIU_REP_1993_4_SPANISH.aspx)>. Acesso em: 09 jun. 2016.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *In*: **Ciência da Informação**, Brasília, Vol. 24, nº 3, 1995. Disponível em: <[revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/566/567](http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/566/567)>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (Org.). **Linguística Aplicada à Terminologia e à Lexicologia**: Cooperação Internacional: Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 11-31.

HOFFMANN, Lothar. Conceitos básicos da linguística das linguagens especializadas. In: **Cadernos de Tradução**, nº 17 - out./dez.. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 79-90.

INSTITUTO CERVANTES (Espanha). **El español en el mundo**. 2015. (Anuario). Disponível em: <[http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario\\_15](http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_15)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ISO (International Organization for Standardization). **Country Codes Collection**. 2017. Disponível em: <<https://www.iso.org/obp/ui/#search>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

KRIEGER, Maria da Graça. O Termo: Questionamentos e configurações. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (Org.). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/são Paulo: Ed. Universidade/ufrgs/humanitas/usp, 2001. p. 62-81.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia**: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 2007. 163 p.

LAMBERTI, Flávia. Exercício de pesquisa terminológica no ensino da tradução técnica e científica. In: **Traduzires**, Brasília (DF), v. 2, n. 2, p.53-65, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/11672/0>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

L'HOMME, Marie-Claude. **La terminologie: principes et techniques**. Montréal (Québec): Les Presses de l'Université de Montreal, 2004.

MARTINS, Helder. A crítica da tradução literária. In: **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 4, p.39-55, 1999. Escola Superior de Educação da Guarda - Portugal. Disponível em: <[periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5524](http://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5524)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MEL'ČUK, Igor A.; CLAS, André; POLGUÈRE, Alain. **Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire**. Louvain-la-Neuve (Bélgica): Duculot, 1995. 256 p.

MELLO, Valérie de Campos; LAPIERRE, Sébastien. A diplomacia para a paz na ONU: mediação, resolução de conflitos e o papel do Brasil. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (Org.). **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília (DF): FUNAG, 2012. p. 273-288. Prefácio de Marco Aurélio Garcia.

MOREIRA, Marcelo V. S. **Estudos Funcionais da Tradução**: rupturas e continuidades. 2014. 252f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NAVARRO-COLORADO, Francisco de Borja. **Guía rápida de análisis de corpus (con AntConc)**. Alicante (Espanha): Universidad de Alicante, 2015. 34 p. Apostila do curso de

"Master Oficial en Estudios Literarios". Disponível em: <[www.dlsi.ua.es/~borja/riilua/grac.pdf](http://www.dlsi.ua.es/~borja/riilua/grac.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2017.

NIDA, Eugene A.; TABER, Charles R. **La traducción: teoría y práctica**. Tradução de A. de la Fuente Adánez. Madri (Espanha): Ediciones Cristiandad, 1986. 267 p.

ONU (Org.). **Naciones Unidas**. 2016. Disponível em: <[www.un.org/es/index.html](http://www.un.org/es/index.html)>. Acesso em: 09 jun. 2016.

PAGURA, Reynaldo José. **A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros**. 2010. 232 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês, Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/en.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/en.php)>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de Terminologia**. Québec (canadá): Bureau de La Traduction, 2002. 151 p. Traduzido em português por Enilde Faulstich. Disponível em: <<https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ROSCOE-BESSA, Cristiane; BELL-SANTOS, Cynthia Ana; LAMBERTI, Flávia (Org.). **A tradução em contextos especializados**. Brasília: Verdana, 2015. 224 p.

SAGER, Juan C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madri (Espanha): Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993. 448 p. (Biblioteca del Libro). Tradução do inglês: Laura Chumillas Moya; Título original: A practical course in terminology processing.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 135 p.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de Corpus**. Barueri (SP): Manole, 2004. 248 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 280 p.

SOARES, Mariana Schuchter; GAMONAL, Maucha Andrade; LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha. Rediscutindo a noção de equivalência linguística na tradução a partir da Sociolinguística Variacionista. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 14, p.00-00, dez. 2011. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistagatilho/edicoes-anteriores/ano-vii-volume-14-dezembro-de-2011/](http://www.ufjf.br/revistagatilho/edicoes-anteriores/ano-vii-volume-14-dezembro-de-2011/)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

STREHLER, René G.. **Francês: da Lexicologia à Lexicografia (Apostila e caderno de exercícios)**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2011. 67 p.

STREHLER, René G.; GOROVITZ, Sabine. **Manual do RepLET: acompanhado de elementos de Lexicologia e de Terminologia**. Brasília: Centro Editorial/Thesaurus - UnB, 2011. 98 p.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília (DF): FUNAG, 2010. 244 p.

VERMEER, Hans J.; REISS, Katharina. **Fundamentos para una Teoría Funcional de la Traducción**. Madri (Espanha): Ediciones Akal, 1996. 208 p. (Série Universitária). Tradução de Sandra García Reina e Celia Martín de León e coordenação de Heidrun Witte.

WOTJAK, Gerd. La Escuela de Traductología de Leipzig: su nacimiento, sus representantes más destacados y sus posturas y postulados (testimonio de un colaborador no directamente involucrado). **Hieronymus Complutensis: Revista del Instituto Universitario de Lenguas Modernas y Traductores (IULMYT) de la Universidad Complutense de Madrid**, Madri (Espanha), n. 1, p.93-111, janeiro-junho de 1995. Disponível em: <[https://cvc.cervantes.es/lengua/hieronymus/numero\\_1.htm](https://cvc.cervantes.es/lengua/hieronymus/numero_1.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

WOTJAK, Gerd. Equivalencia semántica, equivalencia comunicativa y equivalencia translémica. **Hieronymus Complutensis: Revista del Instituto Universitario de Lenguas Modernas y Traductores (IULMYT) de la Universidad Complutense de Madrid**, Madri (Espanha), n. 9-10, p.7-26, janeiro de 2002 – dezembro de 2003. Disponível em: <[http://cvc.cervantes.es/lengua/hieronymus/numero\\_9\\_10.htm](http://cvc.cervantes.es/lengua/hieronymus/numero_9_10.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

### **Obra de referência on-line**

Dicionário Aulete Digital [on-line]. Lexikon Editora Digital Ltda, 2008-2013. Disponível em <[www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)>. Último acesso em 22 nov 17.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Nomes originais dos arquivos que compõem os *corpora*

#### *Corpus 1 (Espanhol)*

- 1 – Artigo: Uruguay en Operaciones de Paz y los desafíos actuales de la MONUSCO;
- 2 – Artigo: Relevancia de misiones de paz para las FFAA (Uruguay);
- 3 – Artigo: Protección de Civiles en República Democrática del Congo (Uruguay);
- 4 – Artigo: Operaciones de mantenimiento la paz y las fuerzas de combate – Chile;
- 5 – Artigo (IEEE): La Carta de las Naciones Unidas y el Régimen Jurídico del uso de la fuerza;
- 6 – Artigo (IEEE): La consolidación de la Paz en la República Democrática del Congo – parte 1;
- 7 – Artigo (IEEE): La consolidación de la Paz en la República Democrática del Congo – parte 2;
- 8 – Artigo (IEEE): Las Operaciones de Mantenimiento de la Paz en curso de NNUU
- 9 – Artigo (IEEE): MONUSCO – de *Peacekeepers* a *Peacemakers*;
- 10 – Artigo (IEEE): NNUU Luz verde a la misión de la Unión Europea en República Centroafricana;
- 11 – Artigo (IEEE): Nuevos hitos en la lucha contra la explotación y abusos sexuales perpetrados por *peacekeepers*;
- 12 – Artigo (IEEE): Operaciones de Paz de NNU del Capítulo VII – el uso de la fuerza;
- 13 – Artigo (IEEE): Resolución 2155, sobre Sudán del Sur – Frenar la barbarie y alcanzar la paz;
- 14 – Artigo (IEEE): Consejo de Seguridad adopta nueva Resolución sobre Sahara Occidental;
- 15 – Livro: Introducción a Operaciones de Mantenimiento de la Paz (Centro Estudios Programas Interamericanos – CEPI) – México;
- 16 – Carta de las Naciones Unidas – (do *site* da ACNUR/ONU);
- 17 – Estatuto de la Corte Internacional de Justicia – (do *site* da CINU) – México;
- 18 – Manual do Curso – Operaciones de Mantenimiento Paz – de la Asociación NNUU (Venezuela);
- 19 – Manual – Conocimientos básicos de misiones de paz – Ejército de Ar (Espanha);
- 20 – Manual de Operaciones de Paz (Uruguay);
- 21 – Manual del CPTM – Prólogo al material básico de capacitación pre – despliegue;
- 22 – Manual del CPTM – Unidad 1 – Panorama general del nivel estratégico del mantenimiento de la paz;
- 23 – Manual del CPTM – Unidad 2 – Establecimiento y funcionamiento de las operaciones para el mantenimiento;
- 24 – Manual del CPTM – Unidad 3 – Cumplimiento eficaz del mandato;
- 25 – Manual del CPTM – Unidad 4 – Normas valores y seguridad del personal para el mantenimiento de la ONU;
- 26 – Manual del Curso POTI: Introducción al sistema de la ONU;
- 27 – Manual del UNIBAM II: Extracto 1 Doctrina Operacional Acordonamiento y Búsqueda;
- 28 – Manual del UNIBAM II: Extracto 2 – Doctrina Operacional – *Checkpoint*;
- 29 – Manual del UNIBAM II: Extracto 3 – Doctrina Operacional – Escolta de Convoy;
- 30 – Manual del UNIBAM II: Extracto 4 – Doctrina Operacional – Patrullas;

- 31 – Dissertação: Despliegue inicial de las misiones de paz (Argentina);
- 32 – Dissertação: Compañía de Ingeniería de Chile;
- 33 – Tese: Situación y perspectiva de las relaciones cívico militar en Ecuador;
- 34 – Tese: La ONU y la construcción de la paz en Haití y Guatemala (España);
- 35 – Monografía: Chile en operaciones de paz de NNUU – Haití: análisis del nuevo marco jurídico;
- 36 – Monografía: Legalidad y legitimidad de intervenciones humanitarias en Sierra Leona (Chile);
- 37 – Monografía: Fuerzas Militares en Operaciones de Paz ante eventual postconflicto (Colômbia);
- 38 – Monografía: 50 años al servicio de la paz mundial con NNUU (Uruguay);
- 39 – Monografía: Evaluación de las operaciones de paz – Caso de Somalia (Chile);
- 40 – Monografía: La difícil profesión de la paz (Uruguay);
- 41 – Resolução nº 1.325 31 OUT 2000 Congo;
- 42 – Resolução do Conselho de Segurança nº 1.961 – Congo (parte 1);
- 43 – Resolução do Conselho de Segurança nº 1.961 – Congo (parte 2);
- 44 – Relatório do Secretário-Geral: Alianzas para la paz (1º ABR 2015);
- 45 – Relatório do Secretário-Geral: Apoyo integral para reforma del sector seguridad (13 AGO 2013);
- 46 – Relatório do Secretário-Geral: capacidad civil pos conflictos (6 JAN 2014);
- 47 – Relatório do Secretário-Geral: capacidad civil pos conflictos (15 AGO 2012);
- 48 – Relatório do Secretário-Geral: capacidad civil pos conflictos (19 AGO 2011);
- 49 – Relatório do Secretário-Geral: Capacidad de NNUU para gestionar y sostener operaciones de mantenimiento de la paz (13 DEZ 2010);
- 50 – Relatório do Secretário-Geral: Construcción de oficinas en África (31 JUL 2012);
- 51 – Relatório do Secretário-Geral: Delitos contra personal de la misión (28 JAN 2011);
- 52 – Relatório do Secretário-Geral: Desarme, desmovilización y reintegración (21 MAR 2011);
- 53 – Relatório do Secretário-Geral: Estrategia global de apoyo a las actividades sobre el terreno (4 DEZ 2013);
- 54 – Relatório do Secretário-Geral: Estrategia global de apoyo a las actividades sobre el terreno (26 JAN 2010);
- 55 – Relatório do Secretário-Geral: Financiación de las operaciones de las Naciones Unidas para el mantenimiento de la paz (1 FEV 2010);
- 56 – Relatório do Secretário-Geral: Futuro de las operaciones de Paz de las Naciones Unidas (2 SET 2015);
- 57 – Relatório do Secretário-Geral: Situación en Abyei (13 NOV 2015);
- 58 – Relatório do Secretário-Geral: Situación en Sahara Occidental (10 ABR 2015);
- 59 – Relatório do Secretário-Geral: Tasas de reembolso a los países que aportan contingentes (29 JAN 2013);
- 60 – Relatório Especial Secretário-Geral: El examen del mandato de la Misión de las Naciones Unidas en Sudán del Sur (23 NOV 2015).

## Corpus 2 (Português)

- 1 – Artigo (CCOPAB): CIMIC na Fase de Transição de Operações de Paz Multidimensionais – A Experiência do BRABAT 18 no Haiti;
- 2 – Artigo (CCOPAB): A Participação do Esquadrão de Fuzileiros Mecanizados no Batalhão de Infantaria de Força de Paz;
- 3 – Artigo (CCOPAB): Relatório MINUSTAH 10 anos;
- 4 – Artigo (CCOPAB): Tradução e interpretação militar em Operações de Paz;
- 5 – Livro: Operações de Manutenção da Paz da ONU (MRE);
- 6 – Revista do CCOPAB (2015);
- 7 – Carta da ONU e Estatuto Corte Internacional Justiça (do site UNIC RIO);
- 8 – Dissertação (ECEME): A Participação Brasileira em Operações de Paz da ONU;
- 9 – Dissertação: O Emprego dos Esquadrões de Fuzileiros Mecanizados de Força de Paz no Haiti – Contribuições para a Tropa Mecanizada;
- 10 – Dissertação: A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na MINUSTAH (FGV);
- 11 – Tese (ECEME): A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz (Coordenação Civil-Militar);
- 12 – Monografia (ECEME): A ampliação da participação brasileira em operações de paz da ONU;
- 13 – Monografia (ECEME): Centro de Adestramento de Forças de Paz: adequabilidade, localização, missões;
- 14 – Monografia (ECEME): Experiência do Brasil nas Operações de Paz – principais reflexos da MINUSTAH;
- 15 – Monografia (ECEME): A Interação entre as Forças de Operações de Paz e as Organizações de Assistência Humanitária em Áreas Atingidas por Desastres Naturais;
- 16 – Monografia (ECEME): A participação do Brasil em operações de paz desde a Segunda Guerra Mundial;
- 17 – Monografia: A MINUSTAH na Política Externa do Governo Lula: Atuação do Contingente da Região Centro-Oeste;
- 18 – Monografia (ECEME): O Relatório Brahimi e a MINUSTAH: afinidades e contradições;
- 19 – Monografia (ECEME): O Processo Decisório Brasileiro para a Participação em Operações de Manutenção de Paz: o caso do Haiti;
- 20 – Monografia (ECEME): A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na MINUSTAH (FGV);
- 21 – Monografia (ECEME): A gestão da Reversão para tropa em Missão de Paz;
- 22 – Monografia (ECEME): A Reestruturação da Gestão Logística de Missões de Paz no Comando Logístico do Exército Brasileiro;
- 23 – Monografia (ECEME): O emprego das Forças Armadas do Brasil em Operações de Paz;
- 24 – Manual: Regras de Engajamento para os componentes da MINUSTAH;
- 25 – Manual: Normas para os Países Contribuintes com Tropas empregarem suas Unidades Militares na MINUSTAH – *Guidelines*;
- 26 – Manual: CPTM – parte 1;
- 27 – Manual: CPTM – parte 2;
- 28 – Manual: CPTM – parte 3;
- 29 – Manual: CPTM – parte 4;
- 30 – Manual: Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (Marinha);
- 31 – Manual: Operações de Manutenção da Paz (Exército);
- 32 – Manual: Operações de Manutenção da Paz (Ministério da Defesa);

- 33 – Manual: Preparo do 12º Contingente Brasileiro para a Missão de Paz da ONU no Timor Leste;
- 34 – Manual: Guia de Procedimentos para Operações de Ajuda em Casos de Desastre (CEA);
- 35 – Manual: CEA Guia Metodológico de Treinamento e Ensino em Operações de Manutenção da Paz (CEA);
- 36 – Manual: Operações de Paz (CEA);
- 37 – Manual: Manual de Operações de Manutenção da Paz para Batalhões e seus Elementos Subordinados (CEA);
- 38 – Manual: Manual de Lições Aprendidas para as Operações de Manutenção da Paz (CEA);
- 39 – Diretriz para o 25º Contingente no Haiti (DEC);
- 40 – Diretriz de apoio ao rodizio e desmobilização da tropa no Haiti (2014);
- 41 – Diretriz de Preparo do 4º Contingente da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti;
- 42 – Diretriz de Missões de Paz de Caráter Individual (EME);
- 43 – Diretriz de Preparo de Contingente Brasileiro designado para integrar Missão de Paz da ONU;
- 44 – Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRABAT e BRAENGCOY);
- 45 – Diretriz para as Atividades de Preparo e de Emprego do Exército brasileiro em Missões de Paz;
- 46 – Relatório: Redução do efetivo de militares na MINUSTAH e o futuro Operações de Paz (2014);
- 47 – Relatório de Retorno de missão de paz – Observadores Militares (2002);
- 48 – Relatório de Emprego do BRABAT 22;
- 49 – Relatório (CCOPAB): Proteção de Mulheres em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas;
- 50 – Relatório: Desafios de Operações de Paz (2011);
- 51 – Relatório: O Batalhão de Infantaria em Missão de Paz da ONU – vivências e ensinamentos;
- 52 – Relatório de término de missão – MARMINCA (2005);
- 53 – Relatório final de Emprego do BRABAT 23;
- 54 – Relatório Final da Missão da BRAENGCOY – 6º Contingente;
- 55 – Relatório final da Missão de Paz junto à ONU em Angola;
- 56 – Relatório de Apoio Logístico à BRAENGCOY (2005);
- 57 – Relatório: Missão de Desminagem na América Central (2003);
- 58 – Relatório: Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB;
- 59 – Relatório: Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH;
- 60 – Relatório da Missão das Nações Unidas em Angola – UNMA (2002–2003);
- 61 – Relatório de Observadores Militares na UNMISSET;
- 62 – Relatório: Treinamento para Proteção de Civis da ONU.

## ANEXO B

### Stoplists para a pesquisa com o AntConc

Palavras que compuseram a <i>stoplist</i> em espanhol							
a	aquellas	contigo	e	esté	la	para	también
abr	aquello	contra	el	esté	las	pero	tanto
abril	aquellos	cual	ella	esto	lo	pesar	tener
acorde	aquí	cual	ellas	estos	los	poner	tiene
adelante	aquí	cuando	ello	estos	mar	puede	tienen
además	así	cuanto	ellos	etc	marzo	pueden	toda
ago	así	cuya	en	feb	mas	pues	todas
agosto	aun	cuyas	ene	febrero	más	que	todo
ahí	aún	cuyo	enero	fin	mayo	se	todos
al	bajo	cuyos	entre	fue	media	sea	trae
alguien	bajo	da	eran	fueron	medio	sep	tras
algún	bastante	de	es	gran	mientras	septiembre	u
alguna	cada	debe	esa	grande	mismo	ser	un
algunas	cierto	deben	esas	ha	n	será	una
algunos	ciertos	del	ese	había	no	serán	unas
allá	cinco	demás	eso	hacia	nov	si	uno
allí	como	desde	esos	han	noviembre	siendo	unos
ambas	común	después	esta	hasta	o	sin	y
ambos	con	dic	están	hay	oct	sobre	ya
antes	conforme	diciembre	estaba	he	octubre	son	yo
apenas	conjuntamente	doble	estar	jun	otra	su	--
aquel	conmigo	doc	estas	junio	otras	sus	--
aqué	consigo	donde	este	jul	otro	suya	--
aquella	consiguiente	dos	este	julio	otros	suyas	--

Palavras que compuseram a <i>stoplist</i> em português							
a	àquela	conosco	dele	doc	estas	no	quanto
abril	aquelas	conquanto	deles	dois	este	nos	que
además	àquelas	conseguinte	demais	dos	estes	o	são
adiante	aquele	consigo	depois	doze	etc	onde	se
afim	àquele	contanto	desde	duas	eu	os	seja
agosto	aqueles	contigo	dessa	e	fev	ou	sem
ainda	àqueles	contra	dessas	ela	fevereiro	outra	sendo
além	aqui	contudo	desse	elas	fim	outras	ser
alguém	aquilo	convosco	desses	ele	foi	outro	será
algum	as	cuja	desta	eles	for	outros	serão
alguma	assim	cujas	destas	em	foram	para	seu
algunas	até	cujo	deste	enquanto	há	pela	seus
alguns	bastante	cujos	destes	entanto	havia	pela	sob
ali	cada	da	deve	entre	já	pelas	sobre
aliás	certo	dai	devem	entretanto	maio	pelo	sua
ambas	certos	daquela	dez	eram	mais	pelos	suas
ambos	cinco	daquelas	dezembro	es	mas	pode	tem
antes	cinquenta	daquele	dezesseis	essa	meia	pôde	ter
ao	cinquenta	daqueles	dezessete	essas	meio	por	toda
aos	com	daqui	dezoito	esse	mesmo	pôr	todas
apenas	comigo	das	disso	esses	n	pra	todo
apesar	como	de	disso	esta	na	pro	todos
após	conforme	dela	disto	está	não	qual	um
aquela	conjuntamente	delas	do	estão	nas	quando	uma

## ANEXO C

### Nomes próprios e suas siglas, acrônimos e abreviaturas

#### Órgãos e outras estruturas da ONU

Espanhol		Português	
Sigla/ acrônimo usado	Organismo	Sigla/ acrônimo usado	Organismo
---	Sistema de las Naciones Unidas	---	Sistema das Nações Unidas
ACNUDH	Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos	ACNUDH	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados	ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (sigla em inglês: UNHCR)
AGNU	Asamblea General de las Naciones Unidas	AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CIJ	Corte Internacional de Justicia	CIJ	Corte Internacional de Justiça
CPI	Corte Penal Internacional	TPI	Tribunal Penal Internacional
CS	Consejo de Seguridad	CS	Conselho de Segurança
CSNU	Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas	CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAAT	Departamento de Apoyo a las Actividades sobre el Terreno	DFS	Departamento de Apoio ao Terreno (sigla em inglês)
DDA	Departamento de Asuntos de Desarme	DDA	Departamento de Assuntos de Desarmamento (sigla em inglês)
DGAACS	Departamento de Asamblea General y de Gestión de Conferencias	---	Departamento de Assembleia Geral e de Gestão de Conferências
DOMP	Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz (DPKO - 3)	DPKO	Departamento de Operações de Manutenção de Paz (sigla em inglês / termo do inglês: <i>Department of Peacekeeping Operations</i> )
DPA	Departamento de Asuntos Políticos	DPA	Departamento de Assuntos Políticos (sigla em inglês)
DPI	Departamento de Información Pública	DPI	Departamento de Informação Pública (sigla em inglês)
ECOSOC	Consejo Económico y Social	ECOSOC	Conselho Econômico Social
ERC	Coordinador para Ayuda en Emergencias	ERC	Coordenador de Operações Emergenciais (sigla em inglês)
FMI	Fondo Monetario Internacional	FMI	Fundo Monetário Internacional (sigla em inglês: IMF)
HC	Coordinador Humanitario	HC	Coordenador Humanitário (sigla em inglês)

IBRD	Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento	BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
LOG BASE	Base Logística	Log Base	Base Logística (sigla em inglês)
MD	Ministerio de Defensa	MD	Ministério da Defesa
OCAH	Oficina del Coordinador de Asuntos Humanitario	OCHA	Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (sigla em inglês)
OACDH	Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos	OHCHR	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (sigla em inglês)
ONG	Organización no gubernamental	ONG	Organizações não Governamentais (sigla em inglês: NGO)
ONUSIDA	Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA	UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS
OSAA	Oficina del Asesor Especial para África de la ONU	OSAA	Escritório do Conselheiro Especial para a África
PMA	Programa Mundial de Alimentos (sigla em inglês: WFP)	PAM	Programa Mundial de Alimentos (sigla em inglês: WFP)
PNUD	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (sigla em inglês: UNDP)
PNUMA	Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente	PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RESG	Representante Especial del Secretario General (SRSG)	RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
SG	Secretario General (SG)	SG	Secretário-Geral
SGNU	Secretario General de la ONU (SGNU)	SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
UNDHA	Departamento de Asuntos Humanitarios	DHA	Departamento de Assuntos Humanitários (sigla em inglês)
UNDPKO	Departamento de Operaciones de Paz de NU	UNDPKO	Departamento de Operações de Paz da ONU (sigla em inglês)
UNESCO	Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (sigla em inglês)
UNHQ	Cuartel General de Naciones Unidas	UNHQ	Quartel-General da ONU (sigla em inglês)
UNHRD	Depósito de Respuesta Humanitaria de las Naciones Unidas	UNHRD	Depósito de Resposta Humanitária das Nações Unidas (sigla em inglês)
UNICEF	Fondo de Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF)	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (sigla em inglês)
UNIFEM	Fondo de Desarrollo para la Mujer	UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (sigla em inglês)
UNIOGBIS	Oficina Integrada de las Naciones Unidas para la Consolidación de la Paz en Guinea-Bissau	UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (sigla em inglês)

UNIOSIL	Oficina integrada de las Naciones Unidas en Sierra Leona	UNIOSIL	Gabinete Integrado das Nações Unidas na Serra Leoa (sigla em inglês)
UNIPSIL	Oficina Integrada de las Naciones Unidas para la Consolidación de la Paz en Sierra Leona	UNIPSIL	Escritório Integrado da ONU de Consolidação da Paz em Serra Leoa (sigla em inglês)
UNITAR	Instituto de las Naciones Unidas para Formación Profesional e Investigaciones	UNITAR	Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (sigla em inglês)
UNNY	Sede de la ONU en Nueva York	UNNY	Sede da ONU em Nova York (sigla em inglês)
UNOAU	Oficina de las Naciones Unidas ante la Unión Africana (UNOAU)	UNOAU	Escritório das Nações Unidas para a União Africana (sigla em inglês)
UNOG	Oficina de Naciones Unidas en Ginebra	UNOG	Escritório das Nações Unidas em Genebra (sigla em inglês)
UNOGBIS	Oficina de las Naciones Unidas de Apoyo a la Consolidación de la Paz en Guinea-Bissau	UNOGBIS	Escritório de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (sigla em inglês)
UNON	Oficina de las Naciones Unidas en Nairobi	UNON	Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (sigla em inglês)
UNOPS	Oficina de las Naciones Unidas de Servicios para Proyectos	UNOPS	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (sigla em inglês)
UNOSGI	Oficina del Secretario General en Irán	UNOSGI	Escritório do Secretário-Geral no Irã (sigla em inglês)
UNOV	Oficina de las Naciones Unidas en Viena	UNOV	Escritório das Nações Unidas em Viena (sigla em inglês)
UNOWA	Oficina de las Naciones Unidas para África Occidental	UNOWA	Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental (sigla em inglês)
UNPOS	Oficina Política de las Naciones Unidas para Somalia	UNPOS	Escritório Político das Nações Unidas para Somália (sigla em inglês)
UNSOA	Oficina de las Naciones Unidas de Apoyo a la Misión de la Unión Africana	UNSOA	Escritório da ONU de Apoio à Missão da União Africana (sigla em inglês)

Organismos relacionados à ONU, estabelecimentos de ensino,  
tratados, convenções e legislação pertinente

Espanhol		Português	
Sigla	Organismo, estabelecimento ou legislação	Sigla	Organismo, estabelecimento ou legislação
OIEA	Organismo Internacional de Energía Atómica (sigla em inglês: IAEA)	AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
OPAQ	Organización para la prohibición de Armas Químicas	OPAQ	Organização para a Proibição de Armas Químicas (sigla em inglês: OPCW)
TPCE	Tratado de Prohibición Completa de los Ensayos Nucleares	TPCE	Tratado de Proibição Completa de Ensaio Nucleares
TNP	Tratado sobre la no Proliferación de las Armas Nucleares	TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
CCW	Convención sobre ciertas armas convencionales	CCAC	Convenção sobre Certas Armas Convencionais
FF.AA.	Fuerzas Armadas	FA	Forças Armadas
EMCFFAA	Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas	EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CC.FF.AA	Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas	---	Comando Conjunto das Forças Armadas
MSF	Médicos Sin Fronteras	MSF	Médicos Sem Fronteiras
---	Declaración Universal de los Derechos Humanos	---	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DIH	Derecho Internacional Humanitario	DIH	Direito Internacional Humanitário (sigla em inglês: IHL)
DDHH/ DD.HH	Derechos Humanos	DH	Direitos Humanos (sigla em inglês: HR)
IAPTC	Asociación Internacional de Centros de Operaciones de Paz	IAPTC	Associação Internacional de Centros de Operações de Paz
ALCOPAZ	Asociación Latinoamericana de Centros de Operaciones de Paz	ALCOPAZ	Associação Latino-americana de Centros de Operações de Paz
CAECOPAZ	Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (CAECOPAZ)	CAECOPAZ	Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz
CECOPAC	Centro Conjunto para Operaciones de Paz de Chile	CECOPAC	Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile
CICR	Comité Internacional de la Cruz Roja - Cruz Roja (sigla em inglês: ICRC)	CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
OEA	Organización de Estados Americanos	OEA	Organização de Estados Americanos
IFRC	Sociedad de la Media Luna Roja	FIRC	Sociedade do Crescente Vermelho
UEMPE	Unidad Escuela de Misiones de Paz de Ecuador	UEMPE	Unidade Escola de Missões de Paz do Equador
CCOPAB	Centro Conjunto de Operaciones de Paz de Brasil	CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

## ANEXO D

### Relação final de candidatas a UTC com a palavra PAZ

Espanhol				Português		
Nr	Freq.	Alc.	Candidatos a Termos	Freq.	Alc.	Candidatos a Termos
1	14	1	acuerdo de la paz	--	--	---
	241	26	acuerdo de paz	94	23	acordo de paz
2	10	6	Acuerdo General de Paz	4	4	Acordo Geral de Paz
3	5	2	agenda de la paz	--	--	---
	2	2	agenda de paz	16	3	agenda para paz
	18	4	agenda para la paz	31	9	agenda para a paz
4	14	8	alcanzar la paz	18	11	alcançar a paz
	8	6	alcanzar una paz	5	2	alcançar uma paz
5	75	20	amenaza a la paz	110	22	ameaça à paz
	5	3	amenaza contra la paz	1	1	ameaça contra a paz
	16	12	amenaza para la paz	6	6	ameaça para a paz
6	2	2	amenaza o quebrantamiento de la paz	2	2	ameaça ou perturbação da paz
7	7	6	amenazar la paz	23	8	ameaçar a paz
8	57	11	apoyo a la paz	7	3	apoio à paz
	4	2	apoyo de la paz	--	--	---
9	339	32	consolidación de la paz	67	23	consolidação da paz
	9	4	consolidación de paz	5	1	consolidação de paz
10	22	15	consolidar la paz	13	11	consolidar a paz
11	86	10	construcción de la paz	25	13	construção da paz
	18	4	construcción de paz	2	2	construção de paz
	2	1	construcción de una paz	--	--	---
12	3	1	constructor de la paz	--	--	---
13	5	4	construir una paz	--	--	---
	6	5	construir la paz	3	3	construir a paz
14	2	2	defensa de la paz	26	15	defesa da paz
15	218	31	Departamento de Operación de Mantenimiento de la Paz	53	21	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
16	9	5	en tiempo de paz	20	11	em tempo de paz
17	76	21	establecimiento de la paz (peacemaking)	38	14	estabelecimento da paz
18	20	5	fuerza de mantenimiento de paz	--	--	---
19	81	16	fuerza de paz	243	29	força de paz (sem compor outras UTC)
20	2	2	fuerza regional de mantenimiento de la paz	--	--	---
21	--	--	---	12	3	Força Internacional de Paz
22	10	2	Fuerza Multinacional de Paz	--	--	---
23	10	6	imponer la paz	5	4	impor a paz

24	106	16	imposición de la paz	141	23	imposição da paz
	5	3	imposición de paz	6	1	imposição de paz
25	38	1	mantenedor de la paz	9	3	mantenedor da paz
26	126	21	mantener la paz	70	25	manter a paz
27	887	54	mantenimiento de la paz (sem compor outras UTC)	1167	47	manutenção da paz (sem compor outras UTC)
	107	17	mantenimiento de paz (sem compor outras UTC)	12	12	manutenção de paz (sem compor outras UTC)
28	157	33	misión de mantenimiento de la paz	41	14	missão de manutenção da paz
	18	6	misión de mantenimiento de paz	24	8	missão de manutenção de paz
29	211	21	misión de paz	1320	55	missão de paz
30	711	43	operación de mantenimiento de la paz	798	38	operação de manutenção da paz
	70	11	operación de mantenimiento de paz	163	28	operação de manutenção de paz
31	690	30	operación de paz	1486	52	operação de paz
32	39	5	operación multidimensional de mantenimiento de la paz	23	3	operação de manutenção da paz multidimensional
33	212	26	proceso de paz	94	24	processo de paz
34	26	4	promoción de la paz	43	17	promoção da paz
	11	1	promoción de una paz	--	--	---
35	45	13	quebrantamiento de la paz	42	15	ruptura da paz
	4	2	quebrantamiento a la paz (usado apenas no Chile)	--	--	---
36	27	13	restablecer la paz	21	12	restabelecer a paz
37	9	6	restablecimiento de la paz	13	10	restabelecimento da paz
38	19	6	tratado de paz	11	6	tratado de paz

### UTC validadas, formadas com o termo “Paz”

Espanhol			Português	
Nr	UTC validadas	Exemplo de uso	UTC validadas	Exemplo de uso
1	acuerdo de paz	El 15 de octubre de 1992, día en que entraba en vigor el acuerdo de paz, llegaron a Mozambique los observadores militares. (doc. 38)	acordo de paz	Os peacemakers, por exemplo, são responsáveis pelo acordo de paz necessário para a missão dos peacekeepers. (doc. 5)
2	Acuerdo General de Paz	De conformidad con el Acuerdo General de Paz, el mandato de ONUMOZ abarca cuatro elementos importantes: político, militar, electoral y humanitario. (doc. 38)	Acordo Geral de Paz	A Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) foi estabelecida para implementar o Acordo Geral de Paz, assinado em outubro de 1992... (doc. 10)

3	agenda para la paz	La Agenda para la Paz encuadraba formalmente las nuevas prácticas de las operaciones de paz, abriendo puertas a una segunda generación de estas misiones. (doc. 34)	agenda para a paz	O sistema de pronto-empleo das Nações Unidas surgiu com o relatório “Uma Agenda para a Paz” do Secretário-Geral Boutros-Ghali. (doc. 14)
			agenda para paz*	O documento “Agenda para Paz” afirma a existência de novas ameaças à segurança internacional. (doc. 18)
4	amenaza a la paz	El Consejo de Seguridad determinará la existencia de toda amenaza a la paz, quebrantamiento de la paz o acto de agresión. (doc. 16)	ameaça à paz	O CSNU pode deliberar sobre qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. (doc. 12)
	amenaza para la paz*	---	ameaça para a paz*	---
5	apoyo a la paz	...entre 1945 y 1987 solamente fueron movilizadas 13 misiones de apoyo a la paz de las Naciones Unidas. (doc. 34)	apoio à paz	...entre outros resultados positivos, também o financiamento de operações de apoio à paz seria favorecido... (doc. 6)
6	consolidación de la paz	Las acciones de consolidación de la paz no pueden resultar eficaces si no se logra el cese de las hostilidades. (doc. 6)	consolidação da paz	A Consolidação da Paz consiste de ações pós-conflito, destinadas a consolidar a paz e evitar o ressurgimento de controvérsias. (doc. 10)
	consolidación de paz*	---	consolidação de paz*	---
7	consolidar la paz	Actualmente más de 13 misiones encargadas de consolidar la Paz o misiones políticas están establecidas mundialmente. (doc. 26)	consolidar a paz	Neste contexto, a OEA, como organismo regional do continente, buscando consolidar a paz no istmo centroamericano. (doc. 56)
8	construcción de la paz	Al conjunto de acciones de desarrollo se le conoce como “Construcción de la Paz” (Peacebuilding) e incluye una gama de actividades asociadas con la construcción de capacidades, reconciliación y transformación de la sociedad. (doc. 15)	construção da paz	Ao DPKO cabe, também, oferecer orientação e apoio militar, policial, de desminagem e em outras consideradas relevantes pela ONU para a construção da paz. (doc. 32)
	construcción de paz*	---	construção de paz*	---
9	defensa de la paz	...lo que nos compromete aún más a seguir cumpliendo con	defesa da paz	O Brasil, por sua crescente inserção internacional e histórica postura em defesa

		inquebrantable vocación de Soldados la noble misión de la defensa de la Paz Mundial. (doc. 38)		da paz, tem sido convidado a participar de operações multinacionais. (doc. 10)
10	Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz	El Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz de las Naciones Unidas tenía a su cargo la gestión de 15 operaciones sobre el terreno. (doc. 18)	Departamento de Operações de Manutenção da Paz	O Departamento de Operações de Manutenção da Paz também elaborará as diretrizes logísticas e operacionais. (doc. 36)
11	establecimiento de la paz (peacemaking)	Los Estados Miembros conceden importancia a la diplomacia preventiva y el establecimiento de la paz. (doc. 18)	establecimiento da paz (peacemaking*)	Missões de estabelecimento da paz são realizadas tanto a curto quanto a longo prazo. (doc. 18)
12	fuerza de mantenimiento de paz	Las fuerzas de mantenimiento de paz realizan intentos para poner fin a la violencia. (doc. 39)	Força de Manutenção de Paz	As atividades das forças de manutenção de paz devem ser sempre visíveis e ostensivas. (doc. 31)
13	fuerza de paz (sem compor outras UTC)	Argentina y Chile han creado la Fuerza de Paz "Cruz del Sur", a fin de ser utilizada en Operaciones de Paz de las Naciones Unidas. (doc. 31)	força de paz (sem compor outras UTC)	As forças de paz normalmente são empregadas em um quadro político-estratégico complexo. (doc. 10)
14	imponer la paz	La organización se vio obligada a entender que intentar imponer la paz sin el consentimiento de las partes, es demasiado parecido a hacer la guerra y que en esto, no es buena. (doc. 39)	impor a paz	Exigia que impuséssemos a paz com medidas severas, previstas no Capítulo VII da Carta, sem, no entanto, violar os direitos dos cidadãos. (doc. 5)
15	imposición de la paz	Las medidas para la imposición de la paz incluyen la aplicación de medidas coercitivas incluyendo el uso militar de la fuerza. (doc. 8)	imposição da paz	As medidas de imposição da paz poderão implicar no desencadeamento de operações de combate para a consecução de seus objetivos. (doc. 11)
	imposición de paz*	---	imposição de paz*	---
16	mantenedor de la paz (peacekeeper)	Se dice que los mantenedores de la paz deben renunciar al uso de la fuerza. (doc. 34)	mantenedor da paz (peacekeeper)	É essencial que os mantenedores da paz de todas as nações, seja militar, polícia civil ou civil, entendam o significado das relações de gênero no trabalho que empreendem. (doc. 36)
17	mantener la paz	Hoy en día, el trabajo de mantener la paz en el mundo, en muchas ocasiones, se está	manter a paz	O principal propósito da ONU é manter a paz e a segurança internacionais. (doc. 36)

		convirtiendo en una tarea casi imposible. (doc. 18)		
18	mantenimiento de la paz (sem compor outras UTC)	...mantenimiento de la paz es una técnica que expande las posibilidades tanto para la prevención de conflictos como para la construcción de la paz. (doc. 15)	manutenção da paz (sem compor outras UTC)	...o foco da atuação da ONU é a manutenção da paz e do desenvolvimento em todos os países do mundo. (doc. 10)
	mantenimiento de paz* (sem compor outras UTC)	---	manutenção de paz* (sem compor outras UTC)	---
19	misión de mantenimiento de la paz	Varias misiones de mantenimiento de la paz han recibido el mandato de organizar elecciones. (doc. 18)	missão de manutenção da paz	Uma Missão de manutenção da paz é primordialmente uma operação política. (doc. 31)
	misión de mantenimiento de paz*	---	missão de manutenção de paz*	---
20	misión de paz	El inicio de esta misión de paz, MONUC, coincide con el comienzo del proceso de reforma de la ONU. (doc. 3)	missão de paz	O desdobramento de Missões de Paz da ONU passa por três fases distintas. / 2-As missões de paz da ONU tiveram início no ano de 1948. (doc. 1)
21	operación de mantenimiento de la paz	Casi 75% del total de las Operaciones de Mantenimiento de la Paz fueron implementadas después de 1989. (doc. 15)	operação de manutenção da paz	A crise de Suez foi um marco na história das operações de manutenção da paz da ONU. (doc. 5)
	operación de mantenimiento de paz*	---	operação de manutenção de paz*	---
22	operación de paz	Uruguay está participando en cinco operaciones de paz, cuatro bajo bandera ONU... (doc. 1)	operação de paz	As operações de paz das Nações Unidas podem ser divididas em quatro fases diferentes. (doc. 36)
23	proceso de paz	La imposición de la paz es diferente del mantenimiento de la paz ya que no existe un proceso de paz establecido ni consentimiento de las partes en guerra. (doc. 22)	processo de paz	É comum que a evolução do processo de paz ocorra de modo lento. (doc. 31)
24	quebrantamiento de la paz	...el Capítulo VII incluye las disposiciones relacionadas con las "Acciones en caso de amenazas a la paz, quebrantamientos de la paz o actos de agresión". (doc. 22)	ruptura da paz	O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. (doc. 5)

25	tratado de paz	El 21 de julio de 1938, se firmó el Tratado de Paz, Amistad y Límites. (doc. 38)	tratado de paz	...o CSNU criou uma operação de paz para verificar os termos do tratado de paz na Cachemira. (doc. 8)
----	----------------	--	----------------	---

Legenda: \* variante coocorrente

## ANEXO E

### Mostra do Vocabulário Bilingue de Missões de Paz da ONU Espanhol – Português

#### Espanhol

#### Português

**área de responsabilidad**

área de responsabilidade

Sigla em ambos os idiomas: AOR

Definição: área definida de terreno, na qual o comandante da zona (militarizada) é o responsável pela construção e manutenção de instalações, controle de movimentos e realização das operações.

**peacekeeper**

peacekeeper

Definição: refere-se a todo indivíduo, seja ele civil ou militar, que participa de uma operação de manutenção da paz sob a responsabilidade das Nações Unidas.

Ex. Esp: A pesar de los mejores esfuerzos de los peacekeepers, poco había cambiado en Haití.

Ex. Port: Exige-se do “Peacekeeper” uma necessidade de rigoroso preparo técnico, psicológico, noções de negociações.

**Variantes coocorrentes:**

**casco azul**

capacete azul

Ex. Esp: Los contingentes de Cascos Azules deben ser desplegados en cuanto se logra un cese al fuego. (doc. 15)

Ex. Port: Os capacetes azuis devem estar em condições não apenas de defender a si próprios, mas outros componentes da missão e o mandato. (doc. 5)

**mantenedor de la paz**

mantenedor da paz (mais usual) / mantenedor de paz

Ex. Esp: La historia ha enseñado que los mantenedores de la paz y los constructores de la paz son socios inseparables en operaciones complejas. (doc. 15)

Ex. Port: É essencial para todos os mantenedores da paz entender que está tudo ao redor do gênero por um número de razões. (doc. 36)

**pacificador**

pacificador

Ex. Esp: Aun cuando los pacificadores tienen el mandato de “auto-defensa”, este nuevo entorno puede requerir reglas de enfrentamiento más duras. (doc. 26)

Ex. Port: Os pacificadores sozinhos não irão alcançar uma paz duradoura. (doc. 36)

**peacekeeping**

peacekeeping

Definição: desdobramento de tropas das Nações Unidas no terreno, com o consentimento das partes envolvidas, normalmente envolve militares das Nações Unidas e/ou policiais, bem como civis.

**Variante coocorrente:**

mantenimiento de la paz

manutenção da paz

Ex. Esp: El Grupo constituyó una misión de mantenimiento de la paz (peacekeeping) bajo la autoridad del Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz (DPKO). (doc. 34)

Ex. Port: Peacekeeping é um dos instrumentos utilizados pelas Nações Unidas e por outros atores internacionais para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (doc. 5)

**peacebuilding**

peacebuilding

Definição: operação de construção da paz no pós-conflito, com medidas para identificar e apoiar estruturas que tendem a reforçar e consolidar a paz, a fim de evitar um retorno ao conflito.

**Variantes coocorrentes:**

– construcción de la paz (mais usual)

– consolidação da paz (mais usual)

– consolidación de la paz

– construção da paz

Ex. Esp: En la realidad esta separación entre el peacekeeping y el peacebuilding se transforma en una línea muy tenue. (doc. 34)

Ex. Port: Peacebuilding é um instrumento recente – reflexo das crises da década de 1990... (doc. 5)

**puesto de observación**

posto de observação

Sigla em ambos idiomas: OP

Definição: local de onde o militar é capaz de observar determinada área, objetivo (alvo) ou evento, podendo ser temporários, permanentes, estáticos ou móveis.